



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CARLOS EDUARDO DA SILVA CARVALHO

**A BIBLIOGRAFIA E A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA:
ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-
EPISTEMOLÓGICA DO CAMPO DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DOS
CONCEITOS DE DOCUMENTO E CLASSIFICAÇÃO**

Londrina
2025

CARLOS EDUARDO DA SILVA CARVALHO

**A BIBLIOGRAFIA E A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA:
ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-
EPISTEMOLÓGICA DO CAMPO DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DOS
CONCEITOS DE DOCUMENTO E CLASSIFICAÇÃO**

Projeto apresentado à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a qualificação para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de Albuquerque.

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Moraes.

Londrina
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C331a Carvalho, Carlos Eduardo da Silva.

A Bibliografia e a Documentação Museológica : aspectos da construção histórico-epistemológica do campo da Ciência da Informação no Brasil a partir dos conceitos de Documento e Classificação / Carlos Eduardo da Silva Carvalho. - Londrina, 2024.
170 f.

Orientador: Ana Cristina de Albuquerque.

Coorientador: Marcos Antonio de Moraes.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Bibliografia - Tese. 2. Documentação Museológica - Tese. 3. Classificação - Tese. 4. História e epistemologia da Ciência da Informação - Tese. I. Albuquerque, Ana Cristina de . II. Moraes, Marcos Antonio de . III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. IV. Título.

CDU 02

CARLOS EDUARDO DA SILVA CARVALHO

**A BIBLIOGRAFIA E A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA:
ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICO-
EPISTEMOLÓGICA DO CAMPO DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DOS
CONCEITOS DE DOCUMENTO E CLASSIFICAÇÃO**

Projeto apresentado à Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a qualificação para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Cristina de
Albuquerque
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Moraes
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr. André Araujo
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof.^a Dr.^a Raimunda Fernanda dos Santos
Universidade Estadual de Londrina – UEL e
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- UFRN

Londrina, 07 de março de 2025.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe e ao meu pai, Silvana e Carlitos. Obrigado por sempre estarem por aqui, por terem dedicado tanto esforço, tantos dias e noites de trabalho e cansaço pra que tudo desse certo. Quando conquisto alguma coisa, sempre está ali muito do suor de vocês. Amo muito vocês, mãe e pai. Agradeço também ao Arthur, meu mano, com quem eu sempre aprendo alguma coisa sobre o mundo. Ver suas vitórias me motiva a seguir buscando as minhas, te amo muito. Obrigado pelos macarrões da meia-noite, eles me salvaram em muitos dias.

Susi, obrigado por tanto. Você conhece como ninguém cada passo dessa caminhada, e me ajudou com cada um deles – dos penosos, aos prazerosos, das angústias às reflexões teóricas. Você ouviu os lamentos de incerteza e as epifanias de empolgação. Obrigado por ter tanta paciência, obrigado por dividir tanto. Você sintetiza o conceito de generosidade. Te amo muito.

Agradeço aos amigos que estiveram comigo nessa caminhada – vocês são indispensáveis e insubstituíveis. Ana, que além de uma valiosa amiga, muito me ensinou sobre teoria e epistemologia, obrigado pelos cafés e pelas risadas. Igor, obrigado por todos esses anos de amizade e dedicação – já aprendi tanto com você que até começo a esquecer. Júlio, agradeço imensamente pela amizade, e por todos os pitacos e sugestões, e principalmente pelas tardes às voltas com obras raras e especiais – que a caminhada seja longa! Larissa, obrigado pelas tardes de companhia na revista, pelo seu humor afiado e por ajudar a tornar este trabalho apresentável! Agradeço ainda à Mara, pelas tardes noveleiras, ao Miguel, pelos cafés e bons papos, à Luma por ter sempre as melhores opiniões em qualquer assunto, e à Naná, que tão cedo já emprestou seus ouvidos às conversas sobre bibliografia e documentação.

Agradeço à Prof^a Dr^a Ana Cristina de Albuquerque, orientadora que apoiou desde o início meus interesses de pesquisa, encorajando e aconselhando, apontando os caminhos de estudo possíveis e corrigindo os tropeços de alguém que ainda se localizava em um novo campo de estudos. Em cada orientação aprendi algo novo e fundamental, muito obrigado! Ao Prof. Dr. Marcos Moraes, coorientador que, além dos direcionamentos e comentários que contribuíram em muito com esta dissertação, abriu as portas de sua sala de aula para a realização de um Estágio

Docência onde muito aprendi sobre Ciência da Informação e docência. Agradeço ao Prof. Dr. André Araujo e à Profª Drª Raimunda Fernanda dos Santos pela disponibilidade e gentileza em aceitar o convite para compor a banca examinadora, despendendo esforço e tempo na leitura do trabalho. Agradeço ainda pelas contribuições realizadas pelo Prof. Dr. André Araujo e pela Prof. Dra. Ilemar Christina Lanson Wey Berti na banca de qualificação desta dissertação, que com atenção e esmero realizaram comentários e indicações fundamentais para o texto final.

Nas figuras da Profª Drª Brígida Cervantes e do Prof. Dr. Rogério Müller, agradeço a toda a equipe das revistas Informação & Informação e Informação@Profissões, verdadeiras escolas onde tem sido um enorme prazer atuar e onde muito aprendi sobre as engrenagens que movimentam a ciência brasileira.

Agradeço, por fim, a todos os servidores da Universidade Estadual de Londrina. Trabalhadoras e trabalhadores incansáveis, muitas vezes anônimos, que tornam possível a universidade pública – com a produção de ciência, tecnologia e reflexão, atendimento à população, mas que também deixam marcas em nossas vidas, trajetórias, sonhos e memórias.

“Os dois projetos que indiquei (um vocabulário infinito para a série natural dos números, um inútil catálogo mental de todas as imagens da lembrança) são insensatos, mas revelam certa balbuciante grandeza. Deixam-nos vislumbrar ou inferir o vertiginoso mundo de Funes. Este, não o podemos esquecer, era quase incapaz de ideias gerais, platônicas. Não só lhe custava compreender que o símbolo genérico *cachorro* abrangesse tantos indivíduos díspares de diversos tamanhos e diversa forma; incomodava-o que o cachorro das três horas e catorze minutos (visto de perfil) tivesse o mesmo nome que o cachorro das três e quinze (visto de frente). [...] Tinha aprendido sem esforço o inglês, o francês, o português, o latim. Suspeito, contudo, que não fosse muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo entulhado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos.”

- Jorge Luis Borges

“Desde a Antiguidade, a retórica sempre apreciou as listas ritmicamente escandidas e escandíveis, nas quais não importava tanto mencionar quantidades inexauríveis quanto atribuir propriedades a alguma coisa, de modo redundante, por amor da reiteração. Em geral, as várias formas de lista seriam incluídas naquela figura de pensamento que é a *acumulação*, vale dizer, sequência e emparelhamento de termos linguísticos pertencentes à mesma esfera conceitual.”

- Umberto Eco

RESUMO

CARVALHO, Carlos Eduardo da Silva. **A bibliografia e a documentação museológica**: aspectos da construção histórico-epistemológica do campo da Ciência da Informação no Brasil a partir dos conceitos de documento e classificação. 2025. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

Apresenta-se aspectos da configuração do campo da Ciência da Informação, bem como elementos históricos e epistemológicos das práticas da Bibliografia e da Documentação Museológica. Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é explorar possíveis relações entre os práticas e produtos da Bibliografia e da Documentação Museológica a partir de questões apresentadas sobre a área da Ciência da Informação e da conformação de seu objeto de estudo. Para tal, os conceitos de “documento” e “classificação” são apresentados e explorados como centrais para a prática de abordagens que se debruçam sobre o chamado “problema informacional”. A pesquisa é descritiva, de caráter qualitativo e realizada por meio de delineamento bibliográfico, com o levantamento da literatura sendo realizado em periódicos ligados à Ciência da Informação classificados entre o *Qualis* A1 e A4, e recuperados 54 textos para a composição do *corpus*. Na sequência, se procede ao emprego da Análise de Domínio sob a vertente dos estudos históricos e epistemológicos – operacionalizada em um roteiro de análise dividido em três passos elaborado para a pesquisa: 1) identificar a presença de concepções a cerca dos conceitos de “Documento” e “Classificação”; 2) identificar a caracterização das práticas da bibliografia e da documentação museológica e de seus produtos na literatura; 3) identificar as relações estabelecidas dos mesmos com a Ciência da Informação -, com o apoio de análise bibliométrica básica. Como resultado, identificou-se que, a despeito de diferenças em relação às suas construções disciplinares e vinculações teóricas e institucionais, a centralidade de conceitos como “documento” e “classificação” aproximam as práticas de Bibliografia e Documentação Museológica, principalmente a partir da perspectiva do *gesto*, observando que a atuação do bibliógrafo e do documentador em museus envolve um aberto processo de agenciamento sobre ideias e objetos, cristalizado a partir dos produtos de seu trabalho.

Palavras-chave: Bibliografia; Documentação Museológica; Documento; Classificação; História e Epistemologia da Ciência da Informação.

ABSTRACT

CARVALHO, Carlos Eduardo da Silva. **Bibliography and museological documentation:** aspects of the historical-epistemological construction of the field of Information Science in Brazil from the concepts of document and classification. 2025. 169 f. Dissertation (Master's degree in Information Science) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025.

This research presents aspects of the configuration of the field of Information Science, as well as historical and epistemological elements of the practices of Bibliography and Museological Documentation. In this sense, the aim of this work is to explore possible relationships between the practices and products of Bibliography and Museological Documentation based on issues related to the field of Information Science and the formation of its object of study. To this end, the concepts of “document” and “classification” are introduced and explored as central to the practice of approaches that address the so-called “informational problem.” The research is descriptive, qualitative in nature, and conducted through a bibliographic design, with the literature being surveyed in journals related to Information Science classified between Qualis A1 and A4. A total of 54 texts were retrieved for the composition of the corpus. Following this, Domain Analysis is employed under the perspective of historical and epistemological studies—operationalized through an analysis framework divided into three steps designed for the research: 1) to identify the presence of conceptions regarding the concepts of “Document” and “Classification”; 2) to identify the characterization of practices in bibliography and museological documentation and their products in the literature; 3) to identify the relationships established between these and Information Science, supported by basic bibliometric analysis. —supported by basic bibliometric analysis. As a result, it was identified that, despite differences in their disciplinary constructions and theoretical and institutional linkages, the centrality of concepts such as “document” and “classification” brings the practices of Bibliography and Museological Documentation closer together, mainly from the perspective of the *gesture*, noting that the work of the bibliographer and the documentalist in museums involves an open process of agency over ideas and objects, crystallized through the products of their work.

Key-words: Bibliography; Museological Documentation; Document; Classification; History and Epistemology of Information Science.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Publicações sobre Bibliografia por autoria	115
Gráfico 2 - Publicações sobre Bibliografia por ano	115
Gráfico 3 - Proporção de publicações sobre Bibliografia por periódico.....	116
Gráfico 4 - Publicações sobre Bibliografia por autoria	116
Gráfico 5 - Publicações sobre Documentação Museológica por ano.....	117
Gráfico 6 - Proporção de publicações sobre Documentação Museológica por periódico	118
Gráfico 7 - Teses e Dissertações sobre Documentação Museológica por instituição	118
Gráfico 8 - Teses e Dissertações sobre Documentação Museológica por Programa de Pós-Graduação	119
Gráfico 9 - Autorias mais citadas nas referências da literatura sobre Bibliografia	120
Gráfico 10 - Autorias mais citadas nas referências da literatura sobre Documentação Museológica	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relações entre a Ciência da Informação e os conceitos de Documento e Classificação	50
Quadro 2 - Síntese a respeito do conceito de Bibliografia	77
Quadro 3 - Características particulares da Documentação Museológica	100
Quadro 4 - Dados selecionados para a pesquisa.....	104
Quadro 5 - Etapas de análise.....	107
Quadro 6 - Trabalhos em periódicos sobre Bibliografia	109
Quadro 7 - Trabalhos selecionados em periódicos sobre Documentação Museológica	111
Quadro 8 - Teses e Dissertações sobre Bibliografia	112
Quadro 9 - Teses e Dissertações sobre Documentação Museológica	113

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SEU OBJETO	23
2.1	O conceito de documento e a Ciência da Informação	29
2.2	O conceito de classificação e a Ciência da Informação	38
3	ALGUNS ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOGRAFIA	52
3.1	O termo e a prática: alguns elementos de história da bibliografia	56
3.2	O que faz a bibliografia? Elementos a respeito de sua constituição disciplinar	63
4	BREVES ELEMENTOS DA HISTÓRIA E DO SENTIDO DOS MUSEUS	78
4.1	Documentação museológica e a construção do objeto do museu	84
5	METODOLOGIA	102
6	RESULTADOS	109
6.1	Análise de citações	119
6.2	Análise conceitual	122
6.2.1	Documento	122
6.2.2	Classificação	128
6.2.3	Caracterização e relações com a Ciência da Informação	130
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
	REFERÊNCIAS	153

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretendemos investigar possíveis relações entre as práticas desenvolvidas no âmbito da Bibliografia e da Documentação Museológica a partir da literatura acadêmica publicada no Brasil. Para estabelecer estas relações e explorar suas possibilidades na literatura, é necessário compreender o desenvolvimento e formação do campo configurado enquanto Ciência da Informação (CI), com vistas a apreender particularidades de seu objeto de trabalho. Este procedimento é necessário para situar a constituição do problema informacional que ocupa nossa literatura, possibilitando pensar de que maneira pode-se observar práticas que por vezes parecem tão próximas, e por vezes tão apartadas como a Bibliografia e a Documentação Museológica, inclusive na própria relação destas práticas com o campo que se constituiu historicamente como CI – todos atravessados por questões de classificação e ordenamento do mundo, com um papel preponderante do conceito de documento.

A despeito da especificidade de perspectivas em torno dos marcos fundacionais da CI, bem como de elementos de sua cronologia enquanto ciência – questões que exploraremos na primeira seção, em suas relações com outras disciplinas do campo informacional -, é fundamental atentar-se ao que constitui a especificidade de trabalho no campo da CI e às delimitações de suas fronteiras. González de Gomez (1990) afirma que mais produtivo do que procurar o objeto da CI em coisas ou em determinadas essências de fenômenos, é compreendê-lo nos conjuntos de normas e formas de relação entre agentes e seus processos e produtos – tanto simbólicos como materiais – em torno da informação.

Fernandes (1995) inverte a colocação clássica de um problema que costumamos cristalizar como fundador para o campo. Comumente, associamos o surgimento da CI à necessidade de controlar a chamada “explosão informacional” e suas consequências, com vistas ao ordenamento de uma profusão de informações criadas e disseminadas a todo mundo, clamando por tratamento técnico. Para a autora, a informação é em si um produto do encadeamento destes processos que chama de gestão institucional dos saberes (Fernandes, 1995). Frente à forma fragmentária experimentada pela modernidade, buscamos constantemente estabelecer coerência e sentido de mundo por meio de procedimentos de “religação”, produzindo e abundando as formas e instrumentos de gestão dos saberes

(Fernandes, 1995). Ao procurar ordenar e estabelecer coesão àquilo que parece separado e necessita ser religado, selecionamos e organizamos produzindo instrumentos, produtos e artefatos condicionados por maneiras específicas de pensar, sumarizando a partir de determinados pressupostos éticos, estéticos, sociais ou políticos, determinada representação do conhecimento e do mundo.

Nesse sentido, a CI pode ser também compreendida na dimensão em que expressa formas de uma filosofia representacional, ocupando-se do conhecimento ao lado de disciplinas como a Documentação, a Bibliografia e a Biblioteconomia (Saldanha, 2020). Entre encontros e desencontros na forma, muitas vezes expressos por meio de terminologias específicas, encontram-se atitudes teóricas muito próximas e, por vezes, identificadas (Saldanha, 2020).

Levando este argumento ao cabo, pode-se entender que a CI ocupa-se de um problema que é encarado por diversas culturas desde a antiguidade (Saldanha, 2020) – com a ressalva de que possui contornos próprios de seu tempo histórico, recordando o argumento de Fernandes (1995). No caso estudado, podemos pensar nas experiências de colecionismo (Possas, 2005) predecessoras dos museus, ou da elaboração de instrumentos assimilados a bibliografias na antiguidade (Araujo, 2018), muito antes da formalização destas instituições ou práticas. Para Amorim (2022), o chamado problema informacional é compartilhado por diversas áreas e disciplinas, demonstrando que não necessariamente as formas técnicas e metodológicas conferem privilégio de umas sobre outras.

O conceito de documento torna-se fundamental neste contexto, já que constitui uma das unidades básicas para que se pense os procedimentos de organização e gestão dos saberes. Noção tradicionalmente ligada à ideia de prova, de ensinar, em proximidade com o “dar forma” que liga-se ao termo informação (López Yepes, 1978; Ortega; Saldanha, 2019), estes objetos constituem-se por ações que visam, em sentido amplo, acesso e uso de informação – da qual é a face concreta e que do documento depende, afim de que sustente suas possibilidades de interpretação e significação (Lara, 2010).

No sentido proposto neste trabalho, os documentos devem ser concebidos com grande amplitude tipológica, com abrangência que escapa à forma do texto escrito e possibilita pensar qualquer objeto tangível. Tal acepção ampla em relação à configuração dos documentos encontra-se muito cedo, já na obra nonagenária de Paul Otlet (2018). A definição de Briet (2016, p. 1), discípula de Otlet, é bastante útil,

entendendo o conceito de documento “[...] toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova” (Briet, 2016, p. 1). Desta forma, podemos pensar tanto em documentos primários, como secundários (documentos produzidos sobre outros documentos), ou mesmo em documentos por intenção e por atribuição – documentos que foram produzidos intencionalmente, e objetos a que foi atribuída a função de documento em algum momento de sua existência (Lara, 2010).

A estes postulados, entende-se necessário acrescentar a noção trazida por Le Goff (2013) à discussão em torno dos documentos. Destaca-se, inclusive, que a construção do conceito de documento no âmbito da CI consome e beneficia-se do influxo teórico de diversos campos, como a documentação e a diplomática, além da historiografia (Rabello, 2009; 2011). No bojo desta, Le Goff (2013) sustentou que os objetos que se apresentam na condição de documentos são produto de seleção e tratamento, mas não apenas do tempo presente – a construção de objetos enquanto documentos é condicionada e possibilitada por diversas conjunturas históricas que permitem a permanência e constroem o sentido daquilo que passa a ser documento e ser operacionalizado para provar ou representar. Nesse sentido, todo documento é um monumento, pois todo documento é um produto das relações de força da sociedade que o fabrica (Le Goff, 2013). De tal maneira, o documento é sempre produto de negociações, resultado de processos mediadores que os formam e os fixam.

Outra dimensão incontornável para a CI e as práticas que ocupam-se do problema informacional, é a classificação. A partir de Piedade (1983), pode-se definir a atividade de classificar como a divisão de conceitos realizada em grupos ou classes com base em diferenças e semelhanças, traduzindo elementos do contato com o mundo para o interior de um sistema nocional. O fato de que o termo *classis* era utilizado na divisão da população romana (Piedade, 1983), nos recorda de que a atividade de classificação atravessa a experiência humana em todas as suas dimensões, desde as mais básicas formas de relação com o mundo, até as mais complexas. Nesse sentido, a classificação que operamos de maneira metódica, mesmo com suas especificidades, não perde a relação de princípio com as demais formas de classificar operadas pelo pensamento, o que nos leva à ideia de que todas as classificações são mediadas social e culturalmente (Costa, 1997; Albuquerque, 2012).

Nesse mesmo sentido, Vickery (1980) aponta que a adaptação de um esquema classificatório a determinada época significa, necessariamente, a inadequação a outro período, de forma que cada maneira de pensar e organizar o mundo ao redor, é marcada pelo tempo em que se configura, solidificando aquilo que Pombo (1998) chama de solo que necessitamos para manter o equilíbrio.

Ainda, a atividade de classificar envolve-se de maneira muito próxima com os conceitos que manipula – ao aproximar, distanciar, dar sentido, as classificações operam e produzem conceitos por meio do uso da linguagem (Hjørland, 2017). São sempre e incontornavelmente baseadas em princípios e valores, mais ou menos explícitos (Hjørland, 2017).

A classificação, além de uma atividade empreendida por seres humanos nos mais amplos aspectos de suas vidas, se expressa em produtos e artefatos concretos, constituindo linguagens estruturadas. Em síntese, funcionam como sistemas pré-coordenados de indexação artificial – das mais variadas especificidades (Piedade, 1983). Podendo ser construídos a partir de lógicas das mais diversas, que vão desde a alfabética até princípios temáticos, operam funcionalidades de armazenagem e recuperação da informação, ordenando documentos de diversas tipologias (Piedade, 1983).

As classificações enquanto sistemas, que dependem do princípio adotado como central para o estabelecimento de divisões, podem ser baseados em princípios naturais ou artificiais, desenvolvidos de maneira dedutiva ou indutiva, objetivando finalidades filosóficas ou bibliográficas, por exemplo (Piedade, 1983). É possível, ainda, considerar variações gerais, enciclopédicas ou especializadas. Exemplos de classificações gerais bibliográficas, podem ser observados nas desenvolvidas por Dewey, Bliss, Cutter e Ranganathan; um exemplo de um sistema de classificação especializada no ramo das ciências naturais, é a classificação das plantas desenvolvida por Carl von Linné (Piedade, 1983).

Destaca-se, ainda, que a abordagem da epistemologia historicista em torno dos problemas da classificação entende que não existe uma classificação ideal, reforçando a noção de que cada sistema atende e é sustentado por referenciais específicos, com a própria subjetividade que a atravessa sendo produzida historicamente (Hjørland, 2017). Nesse sentido, toda pretensão de aproximação a elementos “naturais” e de correspondência imediata com a realidade, termina por negligenciar o problema de que estruturas do mundo não são reproduzidas de

maneira direta em sistemas, mas sim interesses e práticas mediadas pelo ser humano (Pombo, 1998; Hjørland, 2017).

O termo “Bibliografia” liga-se tanto aos produtos a que estamos habituados, em forma de repertórios e listas de obras de determinada temática ou período, quanto à disciplina que se ocupa do estudo e produção destes repertórios, ou de elementos que gravitam o universo dos livros. Capaccioni (2006) sintetiza o sentido da bibliografia em uma metáfora geográfica, associando-a à imagem de um mapa que permite se orientar no interior de determinada área ou domínio do conhecimento, construindo interpretações, significados e relações para aquele que navega no interior de determinada área do saber.

É possível identificar desde a antiguidade maneiras de organizar e sistematizar o conhecimento por meio de diferentes formas de representação que assemelham-se e possuem grau de identificação com a bibliografia – mas é na Europa Moderna, a partir de figuras como Conrad Gesner que desenvolve-se o substrato teórico que permite pensar na prática de maneira sistematizada (Araujo, 2018). O campo foi animado pelo espírito de desenvolvimento das ciências e pelo espírito humanista em um primeiro momento (Alfaro López, 2012), e fortemente influenciado pelas revoluções burguesas e pelo ideário iluminista no século XVIII e na passagem para o XIX, em um espírito enciclopedista de mundo (Torres Ramírez, 1996).

Enquanto prática, a bibliografia toma por objeto documental desde livros, até objetos tridimensionais ou suportes marcados pela tecnologia contemporânea, como CDs, a depender de cada tradição de trabalho e de sua abertura teórica (Pensato, 1994; Reyes Gómez, 2010). Também a depender da tradição teórica, a bibliografia pode se ocupar de atividades mais amplas em relação ao objeto que se debruça, extrapolando a noção de uma ciência dos repertórios, chegando a acinzentar as fronteiras com campos como a História Cultural do Livro ou a Crítica Literária (Reyes Gómez, 2010; McKenzie, 2018).

A Documentação Museológica envolve uma série de procedimentos, técnicas de trabalho e pesquisa associados às práticas documentárias no interior de museus. Uma prática que comumente liga-se a nível de reflexão tanto à Museologia como à Ciência da Informação justamente, encontra-se associada a diversos níveis de abordagem da musealia, os objetos de museu (Padilha, 2014). Associada a outros termos como “Documentação Museográfica”, “Documentação em Museus”, ou mesmo “Documentação de Bens Móveis” (Camargo-Moro, 1986; Ceravolo; Tálamo, 2000;

Rocha, 2022), envolve questões que vão desde a entrada dos objetos de museu nas instituições e mecanismos administrativos para controle de acervo, até a classificação e arranjo das peças, pesquisa e divulgação das mesmas (Padilha, 2014; Albuquerque, 2015).

O que há de particular e específico na Documentação Museológica, liga-se ao que há de específico nos museus e em seu percurso de formação. Estas instituições, muitas vezes naturalizadas e eternizadas passado afora, associadas a coleções relíquias do mundo antigo e ao templo das musas, são na verdade especificamente modernas, cumprindo uma função de memória e relação com o passado muito específica de nosso tempo (Soares, 2023). Apesar de relacionar-se e em importante medida ser legatária das práticas colecionistas pré-modernas e espelhar diversos aspectos de figuras como os gabinetes de curiosidades, os museus que conhecemos cumprem funções específicas na formação de identidades e imagens do mundo (Marín Torres, 2002; Soares, 2023).

Nestas instituições, objetos são deslocados das funções que ocupam no mundo para performar discursos no interior de coleções, sistemas classificatórios ou exposições. O processo tradicional de transformação de um objeto corrente em documento no interior dos museus é chamado de musealização (Desvallées; Mairesse, 2013; Loureiro; Loureiro, 2013). Neste processo, a Documentação Museológica é determinante, produzindo uma série de documentos secundários que sustentam e garantem o sentido deste agora documento no interior da instituição, por meio de uma série de procedimentos de seleção, condicionamento, pesquisa e atribuição de valor durante seu tratamento (Albuquerque, 2015; Soares, 2023).

Nesse sentido, observando a relação da CI com diversas práticas possíveis que ocupam-se do chamado problema informacional, com interesse no que é específico e no que é compartilhado para diferentes abordagens deste problema, na especificidade da necessidade moderna da religação (Fernandes, 1995), gerindo saberes (González de Gomez, 1990) através de procedimentos classificatórios e produzindo e mobilizando documentos de diversas natureza, enunciemos nosso problema de pesquisa na seguinte questão: que relações é possível estabelecer entre a prática – desde os procedimentos de seleção e exclusão, até a produção de índices, repertórios e sistemas de organização - desenvolvida no âmbito das disciplinas da bibliografia e a documentação museológica a partir das literaturas a elas vinculadas?

Em nossa proposta, pretendemos estudar de maneira aproximativa a literatura

vinculada às duas práticas. Na sequência, apresentamos alguns indícios possíveis de abordagens presentes na literatura contemporânea.

À exceção de um trabalho realizado por Duarte e Chagas (2020), não se encontra na literatura trabalhos que discutem de maneira dedicada aproximações entre as práticas da bibliografia e da documentação museológica, observando seus objetos e formas de trabalho. Nesse sentido, torna-se necessário recorrer em paralelo às literaturas que discutem problemas da bibliografia e da documentação museológica, onde pode-se delinear problemas correlatos que ofereçam aberturas para discutir o problema aqui proposto.

Duarte e Chagas (2020) discutem problemas ligados à memória histórica e ao patrimônio na Coleção Getúlio Vargas. A proposta dos autores passa por pensar a Documentação Museológica como um ato de legitimação e institucionalização de narrativas e personalidades, ao passo em que inventaria processos e seres. A discussão realizada se enquadra nos marcos da noção de uma bibliografia material, que amplia o horizonte de abordagem da bibliografia para objetos outros além do livro, recuperando a obra de Paul Otlet para fundamentar a noção do trabalho documental com documentos que extrapolam a forma escrita. Pensando os produtos do processo de seleção, inventário, registro e classificação em museus como bibliografias, aproximam as duas práticas e delimitam os objetos de museu como informação materializada, passíveis de processos de recuperação e arranjo similares a outros gêneros documentais (Duarte; Chagas, 2020).

Temos a imagem da Bibliografia cristalizada em relação aos livros, contudo, há já muito tempo essa disciplina ocupa-se de objetos diversos e oferece mecanismos para pensar tipologias bastante distintas de materiais associados a informação (Almeida, 2019). Crippa (2016) situa a bibliografia nos marcos de uma "arte", entendida como dotada de uma somatória de regras e gestos no entorno da organização de um conjunto conceitual ou físico de conhecimentos, constituída de saberes e fazeres de grande expressão cultural, arrolando o bibliógrafo na posição de construtor e manipulador das condições que permitem acesso ao conhecimento. É por meio da familiaridade com os materiais e documentos que torna-se possível ao bibliógrafo estabelecer os chamados mapas do conhecimento. À noção da bibliografia como arte, deve-se agregar a ideia do "gesto bibliográfico", prática por meio da qual se constitui e articula determinado discurso sobre esta arte, moldando as possibilidades do conhecimento, constituindo a biblioteca na obra do artista bibliógrafo

(Crippa, 2016).

Em trabalho de 2020, Crippa observa textos que de alguma maneira antecipam os catálogos de arte. A autora identifica a atribuição e desenvolvimento de sentido a objetos representados por meio destes instrumentos, dotando-os de um caráter muito mais do que numeratório, com sentido narrativo - nesta chave, são compreendidos como objetos associados ao referido gesto bibliográfico, capazes de caracterizar e moldar o trabalho intelectual que deles se apropriam como fontes de trabalho. Crippa (2020) apresenta os catálogos como um instrumento de seleção de coisas não necessariamente relacionadas em sua dimensão primeira, mas apresentados reunidos apenas no objeto em questão.

A bibliografia, oferecendo um conjunto de informações sobre essa natureza ontológica de seu objeto, permite o acesso a uma constelação de materiais que gravitam em volta de formas e conteúdos bem mais fluidos do que se costuma pensar, em que o livro já é o resultado de um conjunto de operações não somente intelectuais (o autor e nossa idealização de uma criação “única”) para se tornar um universo de operações materiais, editoriais, comerciais [...]. (Crippa, 2020, p. 7).

Um fator importante que é objeto de destaque por parte de Crippa (2020), é a atenção às formas de produção de documentos, que permitem pensar as especificidades históricas de sua constituição. Além disso, é possível enxergar na sua composição elementos comuns na feitura de produtos por vezes concebidos como distantes, atentando ao apontamento da autora de que há pontos de contato entre catálogos de livro e de obras de arte, bem como os últimos enquadram-se em uma matriz bibliográfica. Nesse sentido, a composição de inventários e catálogos está associada a noções históricas de valoração, distinguindo e alocando em posições específicas objetos específicos, desenvolvendo produtos materiais e estabelecendo fundamentos epistemológicos, construindo hierarquias e disposições de conceitos, estabelecendo padrões e formatando o discurso sobre os objetos que envolve. Na conclusão do arco proposto, a autora (Crippa, 2020) recorda ainda que a forma como descrevemos conhecimento não é apenas técnica, mas fundamentalmente social.

Araujo e Araujo (2021) tratam da construção do Catálogo de Livros Antigos da Biblioteca do Mosteiro de São Bento de São Paulo, explorando-a a partir da perspectiva da Bibliografia - notadamente, da Bibliografia Histórica. Trabalhando a partir do contato empírico com o acervo da biblioteca em questão, os autores basearam-se nos estudos ligados à representação descritiva de livros antigos que,

como demonstram Araujo e Araujo (2021), constituem-se de maneira bastante particular em relação a coleções hodiernas. Entendemos como bastante importante este trabalho para a nossa discussão, em virtude do uso dos aportes da Bibliografia em suas dimensões epistêmicas e técnicas no tratamento de uma coleção que, mesmo não tratando-se de uma coleção museológica, guarda diversos pontos de contatos com elas – Reifschneider (2011) aponta para importantes relações que permitem tratar o livro como um objeto museológico. É bastante importante notar que, somando-se às especificidades descritivas deste tipo de coleção, encontram-se diversas preocupações ligadas às características materiais dos objetos (livros) em questão. A reflexão histórica sobre a origem, possibilidades e circulação dos materiais ganha um caráter central neste processo de inventário e construção de catálogo, já que o interesse sobre eles não é unicamente ligado ao conteúdo textual, mas entram em questão as formas de propriedade dos livros, a experiência bibliográfica dos monges e as relações estabelecidas entre materialidade e uso dos textos. Ainda, é importante destacar o argumento de que os livros devem ser classificados de acordo com as condições intelectuais do tempo em questão (Araujo; Araujo, 2021) - num movimento em que se assemelha à preocupação destinadas aos objetos de museus, sempre rearranjados e reinterpretados em função de sua própria condição de objeto.

Dentre os trabalhos que se dedicam a explorar casos de trabalho em documentação em museus sem necessariamente tratar ou estabelecer relações com a bibliografia, destacamos na figura de Reis, Barros e Santos Junior (2021) o estabelecimento de alguns problemas vinculados à representação e ao desenvolvimento de dispositivos organizadores voltados à recuperação da informação em acervos de museus. Os autores (Reis; Barros; Santos Junior, 2021) entendem que Sistemas de Organização do Conhecimento devem lidar com documentos museológicos tanto em propriedades materiais quanto simbólicas, construindo relações entre signos e conceitos, guiando-se pelo conhecimento especializado em relação aos acervos e pela noção de garantia literária (a presença de um corpo de referencial acadêmico amplo que sustente a leitura e o estabelecimento de determinados conceitos para representar documentos e objetos). Alonso e Barros (2023) sustentam os objetos com estatuto de documento e suporte de informação em museus, observando que no processo de documentação cria-se um novo contexto em relação ao primário do objeto, ao estabelecer relações entre outros objetos ou categorias.

Um importante elo para estabelecer a relação entre a documentação em museus e a bibliografia, é compreender o sentido de trabalho de cada uma dessas práticas. Se, como vimos, a documentação museológica é compreendida como uma prática que ordena e dá sentido a grupos documentais e que pode-se entender a bibliografia como um gesto ordenador e sistematizador, é também importante compreender a função destes produtos. Zammataro, Araujo e Albuquerque (2022) destacam o caráter análogo das práticas da Bibliografia e da Organização do Conhecimento (campo afeito à CI), com a primeira ocupando-se do chamado objeto-livro e a segunda de procedimentos documentais, ambas realizando atividades de descrição e classificação, mapeamento e representação, orientação à mediação do conhecimento e estruturação de processos. Esta perspectiva corrobora a ideia de que diversas maneiras de pensar e organizar o conhecimento, documentos e objetos se ocupam por caminhos próprios de problemas compartilhados.

Caminhando no sentido de compreender a construção dos objetos e das práticas vinculadas tanto à bibliografia quanto à documentação em museus, é importante também observar algumas questões importantes a respeito da construção epistemológica do campo da CI, campo no qual nos enquadrámos no presente e que, como vimos, é muitas vezes apresentado como uma continuidade histórica das práticas de bibliografia e documentação num sentido evolutivo, ou outras vezes apresentada como uma área agregadora de práticas como as que aqui estudamos. Se compreendemos que os museus e sua documentação procuram desempenhar viagens sem deslocamento (Possas, 2005) e que as bibliografias procuram oferecer mapas do conhecimento (Capaccioni, 2006), é importante observar discussões a respeito das práticas ligadas à CI e as possíveis relações do campo de maneira ampla com os problemas específicos da bibliografia e da documentação.

Com vistas a perseguir a questão problema apresentada nesta introdução, postulamos os seguintes objetivos:

Objetivo geral: identificar possíveis relações entre as práticas bibliográficas e de documentação museológica a partir de questões ligadas à Ciência da Informação.

Objetivos específicos: Identificar o estado do debate a respeito da prática bibliográfica na literatura de CI publicada no Brasil; identificar o estado do debate a respeito da documentação museológica nas literaturas de CI e museologia publicadas no Brasil; estabelecer relações a respeito destas práticas a partir da análise da literatura.

O trabalho justifica-se em relação à linha de pesquisa de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, por debruçar-se sobre questões ligadas aos fundamentos teóricos da área, bem como por explorar relações entre conceitos chave (como Documento e Classificação) para práticas afeitas aos universos tanto da Organização, como da Representação da Informação e do Conhecimento. Ainda, destaca-se a escassez de resultados que realizam aproximações explícitas entre as práticas da Bibliografia e da Documentação Museológica na literatura de Ciência da Informação, de maneira que apresenta-se como pertinente a possibilidade de investigar elementos fundacionais da área da CI a partir desta aproximação.

Desta forma, o presente trabalho configura-se como uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico (Gil, 2008). O método de análise empregado será a Análise de Domínio (AD), tomando como principal referencial Birger Hjørland.

O presente trabalho encontra-se estruturado em sete seções além desta introdução. Na seção seguinte, apresenta-se aspectos de formação e configuração da Ciência da Informação, explorando o papel e relevância dos conceitos de documento e classificação para o campo. Na terceira seção, abordamos a Bibliografia a partir de aspectos históricos e da conformação do campo, com destaque para as discussões em torno dos objetos que toma por documento. Na quarta seção, apresentamos elementos a respeito da Documentação Museológica e da formação dos museus modernos, discutindo aspectos da configuração e caracterização da musealia a partir do conceito de documento e suas implicações classificatórias. Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos do trabalho. A sexta seção apresenta os resultados, e as Considerações Finais fecham o trabalho.

2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SEU OBJETO

Na presente seção, são apresentados debates em torno do objeto do qual a Ciência da Informação (CI) se ocupa, bem como conceitos fundamentais para o desempenho das atividades atinentes ao campo. Nesse sentido, em um primeiro momento é apresentado um panorama geral com algumas das preocupações da área, que caracterizaram e configuraram as motivações para sua formalização nos moldes contemporâneos – autorias como Brookes (1980), Buckland (1991), Freire e Silva (2012) e Linares Columbié (2022) auxiliam na reflexão sobre como a CI historicamente situou suas preocupações e debates. Na sequência, com o objetivo de delimitar problemas da configuração epistemológica da área, observa-se principalmente as contribuições de González de Gomez (1990), com o destaque para atenção dedicada pela a autora às normas e regras, condições, bem como aos mecanismos gerenciadores da informação e do conhecimento, junto às contribuições de Fernandes (1995) que permitem pensar a informação como um produto da gestão institucional dos saberes, na tentativa de construção de sentido e coerência no mundo. Os trabalhos de Saldanha (2020) e Amorim (2022) contribuem para a compreensão da CI em paralelo com outras disciplinas que ocupam-se do “problema informacional”, permitindo discutir os condicionantes da gestão de saberes, informação e conhecimento.

Na subseção 2.1, trabalhos como os de Briet (2016) e Otlet (2018) são explorados com o objetivo de compreender os fundamentos da discussão sobre o conceito de documento no campo; autorias como Lund (2010), Lara (2010), Ortega (2010), Ortega e Lara (2010) e Ortega e Saldanha (2019) contribuem para um histórico e balanço das reelaborações do conceito, bem como seus usos e características nas tradições francófona, hispanófono e anglófona. Esta, marcada pelo chamado neodocumentalismo, aparece representada em autores como Buckland (1991) e Frohmann (2008). Às questões debatidas no campo informacional a respeito da noção de documento, acrescenta-se as contribuições vindas da historiografia principalmente a partir de Bloch (2002) e Le Goff (2013). Na subseção 2.2, Otlet (2018) aparece novamente como uma importante referência para a fundamentação da noção de classificação no campo, com autorias como Piedade (1983), Vickery (1980), Foucault (1990), Pombo (1998), Burke (2003), Albuquerque (2012) e Silva (2022) oferecendo importantes subsídios para a discussão sobre a classificação e a ordenação tanto em

sentido amplo, como vinculadas de maneira mais estrita à CI e em sua relação com o conceito de documento. Dahlberg (1978, 1979) e Hjørland (2009, 2017) aparecem como importantes referências em discussão a respeito das relações entre a classificação e a Teoria do Conceito – basilar para as atividades desenvolvidas no campo da CI.

As maneiras de apresentar o campo configurado enquanto CI são diversas e, por consequência, a construção do objeto de estudo e pesquisa da área também aparece em perspectivas que não necessariamente constituem um consenso. Se é certo que podemos encontrar na literatura tendências associadas ao cognitivismo e à ideia de que a informação é aquilo que transforma um estado de conhecimento, com proposições filosóficas de compreensão da informação de maneira apartada do mundo físico e do mundo intelectual, consistindo numa espécie de “conhecimento objetivo registrado”, como em Brookes (1980), podemos também encontrar definições que compreendem a informação em múltiplas dimensões, mas concentram a constituição do objeto nas relações de sistemas, pensando-a como “coisa” (Buckland, 1991).

A caracterização do campo a partir de condições de uma nova “situação informacional” presente no terceiro quartel do século XX, com a ênfase em novas formações tecnológicas específicas e necessidades de controle e gestão marcadas por cada vez mais aceleração, direciona à circunscrição da CI nos marcos das ciências naturais e tecnológicas – construindo um objeto a elas afeito e explorável por métodos análogos -, tendência que ao longo dos anos passa a ser alvo de críticas e objeções, numa temporalidade onde o conhecimento aparece cada vez mais como um recurso estratégico – e, por conseguinte, intensifica a relevância da informação – (Linares Columbié, 2022).

A abordagem de Freire e Silva (2012) situa a Ciência da Informação a partir da relação origem-finalidade do campo, apontando sua estruturação estar vinculada mais às questões a que se debruça, do que constituições teóricas pacificadas – a questão central, segundo os autores, é observada na necessidade de resolução de problemas informacionais. Freire e Silva (2012) contribuem para a compreensão do caráter da Ciência da Informação ao apresentá-la em contraste com disciplinas das humanidades que ao longo do tempo se especializaram e, em virtude disso, adotam formações generalistas de maneira anterior à especialização, enquanto a própria natureza fundacional da CI envolve a presença e prática de profissionais e intelectuais

já especializados em diversas áreas, que passam a compor conjuntamente um campo de atuação que possui interfaces com a biblioteconomia, documentação, ciência da computação, filosofia e ciências cognitivas, por exemplo (Freire; Silva, 2012).

González de Gomez (1990) indica três caminhos por meio dos quais a informação – objeto do qual pretende-se aproximar no fazer científico da Ciência da Informação – incorporou-se na temporalidade moderna: a recuperação da informação, o surgimento de novas tecnologias para comunicar e informar e a ênfase em informação científica e tecnológica. A autora compreende os sistemas de informação como modelos homogeneizadores de toda uma série de práticas ligadas à informação, seja em instituições como bibliotecas e centros de documentação, seja em ambientes menos institucionais como ambientes administrativos e financeiros. Esta homogeneização acontece, de acordo com González de Gomez (1990, p. 118) por meio de uma ação intermediária que conecta usuários a registros de dados e de conhecimento, num movimento em que

[...] só pode negar sua origem social, sua interligação com processos comunicacionais-cognitivos, na medida em que já nasce "prenhe" de uma referência substantiva a um contexto específico sócio-cultural, oculto enquanto formalizado em termos de definições sistêmicas.

Este processo, não natural, é estabelecido por meio de instrumentos discursivos dentre relações sociais, onde acontece este momento mediador legitimado institucionalmente que modula os fluxos de informação (González de Gomez, 1990). A autora compreende estes mecanismos como reformuladores e gerenciadores de um sentido construído por grupos históricos e sociais, arranjando construções derivadas de processos anteriores de interpretação do real (González de Gomez, 1990).

Este campo de estudos atravessado pela comunicação humana nas mais diversas áreas (da cultura de maneira mais abrangente, à política e à ciência) abrange também – em grande medida – a comunicação indireta realizada por meio de registros, de modo que por muito tempo se perseguiu a ideia de construir um modelo comunicativo com substrato teórico para o trabalho técnico em torno da informação (González de Gomez, 1990). Com essas premissas acerca da constituição da CI ao redor deste objeto, a autora (González de Gomez, 1990, p. 119) destaca a necessidade de inserir este processo num campo conceitual amplo que envolva “[...] condições culturais, históricas, sociais de processos de informação, condições quase sempre consideradas como ‘fatores externos’ que alterariam a posteriori as

‘aplicações’ ou a ‘distribuição’ dos produtos do conhecimento/informação já construídos”, propondo que as mencionadas condições sejam compreendidas como parte do processo de geração e uso de informação e conhecimento.

Nesse sentido, convém destacar que o objeto de estudo de determinada ciência não é um dado estabelecido ao natural, mas uma construção voluntária e intencional na maneira de abordar determinado fenômeno. Em geral, o objeto da Ciência da Informação é definido como a informação e suas propriedades, definição que por si não torna evidente a constituição da informação e nem a maneira como é abordada; apresentar este objeto como o estudo da transmissão e comunicação da informação é compartilhar dos problemas em apresentá-lo como o estudo de suas propriedades. Em outra mão, entender este objeto como um redutor de incertezas coloca a própria informação apenas como parcela de um processo (Fernandes, 1995).

É bastante relevante para a discussão em questão uma das consequências diretas da proposição de González de Gomez (1990): são antes as normas e regras que orientam as práticas informacionais que constituem um problema fundamental, e menos diretamente a expressão tecnológica de um momento específico – a pragmática da circulação da informação, as condições de disponibilidade e a legitimidade dos fluxos é que aparecem na proposta da autora como fundamentais. No argumento da autora, o que constitui o objeto da Ciência da Informação “[...] não seria logo uma ‘coisa’ ou uma ‘essência’ de uma região de fenômenos, mas um conjunto de regras e relações tecidas entre agentes, processos e produções simbólicas e materiais” (González de Gomez, 1990, p. 121).

Fernandes (1995) argumenta que apresentar o problema de origem da CI como uma avalanche de informações que o sistema capitalista e o Estado deveriam controlar é inverter a questão, que deve ser reelaborada no sentido de entender a própria informação como um produto do que chama de “gestão institucional dos saberes”, uma ação que busca operar um processo de “religação”, frente à especificidade fragmentária da modernidade, buscando uma ideia de coerência e sentido em meio a uma profusão de documentos e registros (Fernandes, 1995).

Na abordagem de Fernandes (1995), o produto informacional da tentativa de “religar” o que foi separado constitui um artefato que é, por essa natureza, a seleção e ordenação realizada sob perspectivas específicas de partes de saberes também dotados de especificidade diversas; artefato este que será oferecido como um ponto de vista sumário de todo um conjunto de produções humanas. Em outras

palavras, a informação – como um conceito - é o produto de um arranjo particular do conhecimento socialmente produzido, que lhe oferece um sentido sempre diferente e condicional. A partir destes problemas, surge a necessidade de desenvolver demais meios de controle da informação, invertendo a causalidade “explosão da informação”/ desenvolvimento do controle (Fernandes, 1995).

É comum que a literatura localize a Bibliografia no percurso histórico que leva à CI e os Museus como instituições ligadas ao campo informacional (Moreiro González, 1998). Entendemos que a partir destes elementos sobre a configuração do campo enquanto uma área vinculada à gestão de saberes, produtora da noção de “informação” como uma tentativa de religação e reordenação de registros e saberes fragmentários, podemos identificar alguns princípios centrais para a prática não apenas desenvolvida em CI, mas em trabalhos correlatos como os da Bibliografia da Documentação Museológica.

Saldanha (2020) desenvolve um percurso de crítica às leituras estabelecidas sobre o desenvolvimento e caracterização da CI. Alguns dos pontos centrais de seu trabalho são as discussões sobre a constituição dos objetos de estudo da área e sobre muitas de suas ideias de origem e autoafirmação. Interessante perspectiva para pensar nosso problema é, ao tratar da relação da área com, por exemplo, a Biblioteconomia, o seguinte trecho:

Ao percebermos, em nossa caminhada, uma circularidade, acreditamos, pois, que o que há é um permanente jogo de encontros e reencontros discursivos e práticos, que ora convergem de forma explícita na prática, na teoria e na terminologia, ora parecem se afastar exatamente por uma dispersão terminológica, mas que apresentam, em grande parte de suas aplicações, a mesma atitude teórica envolvida por termos diferentes. (Saldanha, 2020, p. 46).

Ainda, Saldanha (2020) destaca a ligação da CI com a filosofia representacional, operando meta-representações do conhecimento – prática que a coloca ao lado da Documentação, da Bibliografia e da Biblioteconomia. Em última instância, o argumento do autor (Saldanha, 2020) sustenta que a CI ocupa-se de um mesmo problema compartilhado por diversas práticas e por diversas culturas desde a antiguidade, sendo possível associar este argumento às contribuições de Amorim (2022), que propõe compreender a CI como um campo que compartilha do “problema informacional” com outras áreas e disciplinas, caracterizando-se não necessariamente por uma evolução de técnicas e métodos que a conferem uma posição privilegiada em relação às outras, mas colocando-a como uma ciência caracterizada por maneiras

específicas e próprias de observar o problema informacional, ao lado de campos e disciplinas como a documentação, a bibliologia, a bibliografia e a biblioteconomia, por exemplo, cada uma ocupando-se do problema informacional à sua maneira, com características específicas e próprias.

A fim de encaminhar a continuidade das discussões, recordamos a partir de Ortega e Saldanha (2019) que o documento oferece uma expressão concreta para o “dar forma” subjacente à ideia de informação. Nesse sentido, trabalhar com conceitos como o de documento permite perceber especificidades da CI, nas contínuas atividades de elaboração e reelaboração documentais e de tratamento informacional (Ortega; Lara, 2010). Em consonância com o acima exposto a respeito da construção do objeto da CI, Ortega e Lara (2010, p. 11) afirmam que:

A revisão de algumas propostas em torno do documento para a Documentação, e posteriormente para a Ciência da Informação, tende a mostrar que o objeto desta área não seria uma outra área de conhecimento, nem seria a informação – registrada ou não –, do que decorre que também não seria o documento. Não seria, ainda, o sistema de informação documentária, ou o usuário da informação. As propostas tendem a corroborar a ideia de que este objeto seja constituído das ações que visam a promoção do acesso e uso da informação. Estas ações são aquelas de elaboração da informação institucional, as quais são fundadas em hipóteses de organização. Para Smit (2000, p. 34), ‘institucionalização da informação’ é o fruto dos processos de estocagem e registro de informações, uma vez que estes decorrem de decisões institucionais (ou, por extensão, sociais).

O sentido em que se pretende trabalhar, é o de compreender unidades comuns que permitem associar a CI com práticas como a Bibliografia e a Documentação Museológica, com suas tecnologias e ações que operam determinada gestão dos saberes humanos, cristalizadas em produtos como listas, índices ou catálogos, que interpretam e dão sentido ao mundo à sua maneira - no sentido explorado por Fernandes (1995). Na sequência, trataremos de conceitos importantes para a CI, principalmente no que concerne nossa proposta de análise: primeiro, trataremos do conceito de Documento; em seguida, trataremos do conceito de Classificação. Frohmann (2008) afirma que o documento é a materialidade da informação em si, o que justifica pensá-lo como um núcleo importante para os problemas ligados à informação. A classificação pode ser entendida, conforme discute-se na seção 2.2, como uma atividade central para as práticas ligadas à CI.

2.1 O CONCEITO DE DOCUMENTO E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A relação dos documentos com a Ciência da Informação nem sempre é tratada de maneira explícita. Muitas vezes, conceitos como “informação” e “documento” são utilizados como sinônimos ou como intercambiáveis, ou mesmo, por vezes, o conceito de documento deixa de ocupar um papel central e explícito em determinadas linhas de trabalho da área. Se o conceito de informação carrega a ideia de “dar forma”, o de documento associa-se às ideias de contar, informar, instruir, demonstrar, mostrar, ensinar ou produzir jogos discursivos (Ortega; Saldanha, 2019). Uma das razões possíveis para este “apartamento”, pode ser identificada no desenvolvimento histórico da área em diferentes localidades. De acordo com Lund (2010), a tradução do Tratado de Documentação de Paul Otlet para a língua espanhola ainda no período de desenvolvimento da Ciência da Informação, fez com que esta obra e produções adjacentes ocupassem um espaço significativo na construção conceitual da área, diferente do desenvolvimento teórico e epistemológico que caracteriza a CI nos países anglófonos. Na formação da literatura nestas localidades, o conceito de “informação” passa a ser objeto de reflexão e definição, enquanto “documento” permanece em destaque nas regiões influenciadas pela francofonia (Lund, 2010; Ortega; Saldanha, 2019).

Se o conceito de documento perde espaço para o conceito de informação na chamada “corrida epistemológica pós-anos 1960”, não houve completo abandono, com a permanência em diversas abordagens da noção de documento (Ortega; Saldanha, 2019, p. 191). Na própria língua inglesa desenvolvem-se esforços para a retomada do conceito de documento como um sustentáculo importante para o campo epistemológico da Ciência da Informação, conforme abordaremos na sequência, importando sinalizar que a tradição que resgata as proposições de Paul Otlet e Suzanne Briet na literatura de língua inglesa não dialoga de maneira imediata com as produções desenvolvidas pelos continuadores da chamada teoria clássica da documentação - sustentando, contudo, uma virada de perspectiva em relação a uma apresentação do conceito de informação marcado pela subjetivação (Ortega; Lara, 2010; Ortega; Saldanha, 2019).

Apesar dos desencontros no desenvolvimento dos debates que envolvem conceitos importantes para nosso trabalho, a associação entre a noção de documento e os fundamentos de reflexão da CI são tratados pela literatura como profícuos. Lara

(2010, p. 55) entende que as principais discussões em torno do conceito aqui explorado apontam para vinculações que cada vez mais aproximam documento e informação, impossibilitando a definição isolada destes termos, criando uma associação simbiótica entre eles:

Ao conceber a informação como construção, a face concreta do documento, sem perder sua importância, põe em evidência sua insustentabilidade fora do contexto da interpretação, quando o documento passa a ter existência e permite desencadear relações de significação.

Ortega (2010), Lara (2010), Ortega e Lara (2010) e Ortega e Saldanha (2019) oferecem análises da compreensão do conceito de documento e das linhas de trabalho associadas à documentação ao longo do tempo e sob algumas perspectivas teóricas, fornecendo subsídio para observar de maneira ampla a relação da noção de documento com a CI. Ortega e Lara (2010) procedem à leitura das diferentes acepções do conceito de documento estabelecendo uma divisão geral que conta com uma versão clássica de abordagem (centrada nas figuras de Paul Otlet e Suzanne Briet), seguida por discípulos (Meyriat, Escarpit, Fondin, Veja, Guanter, Fernández e Arroyo) e uma segunda versão (com autores anglófonos, principalmente Buckland e Frohmann).

O quadro final indica que as definições iniciais de documento e Documentação já continham, em germe, a noção de informação tal como entendida contemporaneamente. Em especial, no entanto, constatamos que a construção histórica do conceito de documento no âmbito da Ciência da Informação é anterior ao surgimento desta denominação para a área. Por este motivo, consideramos pertinente o reconhecimento da noção de documento proposta pela corrente teórica denominada Documentação, representada pelos documentalistas franceses e espanhóis citados, entre outros ancorados nesta mesma corrente. (Ortega; Lara, 2010, [p. 11]).

Na abordagem clássica otletiana, o documento é entendido como detentor de elementos objetivos a serem “descobertos”, sendo pensado como o registro concreto de um pensamento – ou deste o transmissor (Ortega; Lara, 2010). Nas definições estabelecidas por Paul Otlet (2018, p. 580) em seu Tratado de Documentação, documento é “[...] a representação da realidade em forma literária [...] gráfica ou plástica [...]”, estratificadas em níveis de maior ou menor proximidade com o real - em uma associação em que objetos tidos como reais (objetos de museu, por exemplo) diferem-se de imagens (reproduções da realidade), que por sua vez são entendidas como mais próximas da realidade do que segundas reproduções ou texto escrito.

Nesse sentido, o documento figura como uma espécie de reprodução do mundo.

A diversidade tipológica documental aparece desde cedo com uma grande abrangência, não circunscrevendo a noção de documento ao texto escrito, mas agregando uma grande variedade de itens como possíveis documentos - se observarmos a obra de Otlet (2018), encontraremos referência tanto à forma escrita quanto a objetos tridimensionais (Otlet, 2018). Além da diversidade tipológica, Otlet (2018) reconhece que o documento não é um dado natural, mas um produto da atividade humana, questão fundamental a se considerar quando pensamos no documento como uma atribuição - frisa-se que, nesse sentido, já é possível observar diversos pontos de contato entre o conceito de documento e o conceito de informação (Ortega; Saldanha, 2019).

O objetivo da documentação é aqui postulado sempre no sentido de mapear o conhecimento, torná-lo acessível, melhorar as possibilidades de acesso, solucionando desordenações, repetições e contradições, aplicando lógica aos documentos a fim de construir substratos mínimos que otimizem o fluxo de conhecimento (Ortega; Lara, 2010). Sempre importante frisar, no centro desta compreensão reside a ideia de que os documentos operam como representação direta da realidade, em um veio positivista (Lara, 2010) - problema a que retornaremos mais à frente. Ortega e Lara (2010) ressaltam que a maneira de pensar de Otlet é cartesiana, trabalhando a partir de induções e deduções com a decomposição em partes que devem posteriormente ser arranjadas em um sistema de classificação universal fixo. Otlet trata do documento e do livro (que abarca tipos específicos de documentos), meios de depósito do pensamento, que demanda métodos específicos para que se dê conta das ideias do autor de maneira eficiente (Ortega; Lara, 2010).

Delimitar o que configura um documento também foi uma preocupação da documentalista francesa Suzanne Briet. Figura que manteve relação teórica muito importante com Paul Otlet, Briet (2016) preocupou-se em ampliar a compreensão de documento que se observava à volta, destacando que não basta pensá-lo como uma prova de determinado fato ou simplesmente uma base de conhecimento. Nesse sentido, argumentou em defesa da ideia de que um documento é “[...] toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova” (Briet, 2016, p. 1), procedendo ao argumento de que se uma estrela não é documento, o é uma fotografia da mesma, ou pedras em um museu e animais catalogados em um zoológico. É nesse sentido que a autora constrói o clássico

exemplo do antílope que, uma vez catalogado, constitui um documento primário que é base para uma série de documentos secundários oriundos de procedimentos como gravações em áudio ou estudos monográficos (Briet, 2016).

A ideia de “coletivização” (Briet, 2016, p. 8) atravessa o pensamento da autora, para quem o documento é um signo que representa e reconstitui, que não possui uma forma fixa, mas relaciona-se com a condição legada ao objeto a fim de cumprir tal função (Lara, 2010). De acordo com Ortega e Lara (2010), Briet e os demais discípulos das proposições otletianas (nas literaturas francófona e hispanófona) seguirão pelo esteio da compreensão clássica em torno do documento, mantendo características fundamentais, mas adicionando elementos principalmente em torno da comunicação da informação, observando dimensões materiais e conceituais do documento.

Segundo Ortega e Lara (2010), em Escarpit aparece uma caracterização do documento vinculada às noções de sincronia e estabilidade, ideias de que existe uma independência da mensagem e uma independência do objeto, que pode sofrer ações diversas. Estas noções associam-se, por sua vez, a funções icônicas, discursivas e documentárias – nesse sentido, o documento permite estabilizar um evento ao longo do tempo, colocando a produção de informação numa relação diacrônica, possibilitando que o documento seja explorado de maneira sempre diversa, de forma independente, fazendo com que revisitar um documento não seja reativar determinado evento, mas sempre produzir informação nova. (Ortega; Lara, 2010).

Para Ortega (2010), Lara (2010), Ortega e Lara (2010) e Ortega e Saldanha (2019), Meyriat defende que o potencial informativo de um documento jamais é esgotado, realizando-se no usuário – além do papel do usuário, a recepção em geral é importante para pensar o documento, podendo-se distinguir entre documentos por intenção e por atribuição. É na busca pela informação que se encontra o documento, que determinado item ocupa este papel (Lara, 2010). O documento é entendido tanto como um objeto que dá suporte à informação, durável e que comunica, definição dupla envolvendo o material (objeto suporte) e conceitual (informação conteúdo da comunicação) – desta maneira, não é possível pensar o documento sem pensar a mensagem que ele transmite (Ortega; Lara, 2010). Nesse sentido, pode-se argumentar que a informação/mensagem é uma condição inseparável da constituição do documento enquanto um conceito. O que se comunica é algo central para pensar esta relação.

O conceito desenvolvido por Buckland (1991) da “informação como coisa”

aproxima o documento de uma concepção fisicista, com grande ênfase na relação de recuperação e operações localizadas em um sistema. A inspiração teórica assumida por Buckland (1991) são as proposições de Briet com seu antílope, propondo pensar o documento como face tangível da informação. Buckland ressalta que o documento deve ser entendido como um termo abrangente o suficiente para pensar objetos além do papel e da escrita, considerando artefatos que intentam produzir discurso, como no caso dos livros, artefatos que não o intentam como objetos de outros tipos, e coisas que sequer são artefatos, retomando o exemplo do antílope utilizado por Briet. (Buckland, 1991; Briet, 2016; Ortega; Lara, 2010).

Em Frohmann (2009), o documento é lido como materialidade da informação, ressaltando novamente a fertilidade da relação entre os estudos de documentação e informação. Para este autor, o documento aparece como um problema fundamental para a CI, já que o estudo do documento permitiria estudar o caráter social da informação, com seus contextos sociais, políticos e culturais, sinalizando que os estudos documentais oferecem possibilidades que não estão presentes nas abordagens mentalistas da informação (Frohmann, 2009; Zammataro; Albuquerque, 2021). Ortega e Lara (2010) destacam que Frohmann não dispensa muita atenção para os processos de organização da informação, aparecendo de maneira não muito abrangente a ideia de “práticas documentárias”, deixando de lado especificações do tratamento informacional, preocupando-se mais com a produção e uso de documentos, do que com a atividade profissional em torno deles. Existem, contudo, relações abrangentes (apesar de não muito específicas) entre a produção de Frohmann e a abordagem clássica (Ortega; Lara, 2010).

Jacques Le Goff (2013) apresenta um importante debate a respeito do conceito de documento, fruto de um acúmulo não apenas da historiografia - campo de atuação do autor francês -, mas das humanidades de maneira mais ampla. Ao explicar que *documentum*, termo derivado de *docere* (ensinar) passa a assumir o sentido de prova ao longo do tempo - questão constatada também, por exemplo, por Briet (2016) - Le Goff (2013) demonstra que esta noção passa a ser apresentada como uma prova histórica por essência, com um caráter lido como objetivo em contraposição à intencionalidade que seria subjacente a outro conceito: o monumento. A acepção tradicional do documento o assimilou a um relato fiel do passado, construindo a noção de cientificidade em sua abordagem na ideia de “fazê-lo falar”. Estes apontamentos vindos do campo da História nos são bastante úteis, pois é possível perceber paralelos

com ideias do documento como uma reprodução do mundo e identificar cuidados necessários para entender o desenvolvimento do conceito. Nesse sentido (Le Goff, 2013, p. 492) diz que “A revolução documental tende também a promover uma nova unidade de informação: em lugar do fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória progressiva, ela privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua.”, compreendendo que o trato documental não é possível sem a seleção e arranjo, sem transformar objetos diversos em documentos.

[...] os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações. (Bloch, 2002, p. 83).

Le Goff (2013) insistirá, então, que todo documento é um monumento, por não existirem documentos objetivos e inerentemente capazes de função de prova a partir da constatação de autenticidade, entendendo que o documento não é um simples legado do passado, mas um “[...] produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 2013, p. 495). Associando as contribuições da historiografia com nosso campo, compreender os documentos como monumentos significa pensá-los como produto não apenas da seleção e arranjo realizado por quem os trata - seja num arquivo, biblioteca, museu ou centro de documentação - mas fundamentalmente como um produto construído por determinada condição histórica que assinala o que deve ou não perpetuar-se como registro humano. Vílchez (2012) demonstra que uma diversidade de causas ativas, desde elementos de ação do tempo, até objetivos pessoais, contextos ideológicos ou econômicos são determinantes para a possibilidade ou não de sobrevivência de determinado artefato - e, importa frisar, além de sua sobrevivência, a atribuição a si da condição de documento. Olhar para documentos, é olhar para suas condições de produção e legado - fundamento de sua configuração na maneira como se apresentam no tempo em que são observados -, com sua “intencionalidade inconsciente” (Le Goff, 2013).

Entendemos que constitui um exercício profícuo aproximar esta abordagem com elementos observados a respeito do pensamento de autores que vêm discutindo o documento no âmbito da CI. O caráter relacional do documento em Briet (2016), ou

do par documento por intenção e documento por atribuição presente nos discípulos da teoria clássica, bem como a atenção à recepção e funções atribuídas por usuários conforme apontado por Lara (2010) -, podem ser observados com pontos de contato interessantes em relação à proposição de Le Goff (2013). Em relação aos documentos por atribuição (no pensamento de Meyriat), Couzinet (2009, p. 14) destaca que

Na maioria das vezes, tratam-se de objetos materiais diversos, que guardam o registro de uma civilização, de uma arte de fazer ou de um uso preciso. Contudo, e aí está talvez o elemento essencial, não existe documento em si, ou então, para retomar a expressão utilizada por Jean Meyriat “ele está adormecido”. Para ativá-lo e lhe conferir a sua função de portador de um conteúdo informacional, é necessário questioná-lo. Assim a questão ou o interesse conferido ao documento, de alguma forma o desperta e o revela. A noção de informação muda, então. Deixa de se limitar a um conteúdo e se vincula a um processo, impulsionado pela vontade de se informar. Não existe documento a não ser ligado a essa vontade.

Ora, nesse sentido, o documento é compreendido como produto de negociações, resultado de uma série de processos mediadores que nele imprimem diversas marcas durante seu processo de formação e fixação. A compreensão de Couzinet (2009) de que o documento permite observar indicadores e demonstrar complexas relações, é relacionável com a noção apresentada por Le Goff (2013), de que a busca pela legitimidade e veracidade de um documento desconsidera que, em alguma medida, todo documento “mente”, já que é uma imposição de contextos históricos ao futuro. A isso, soma-se o fato de que, na prática documentária, a simples seleção do documento enquanto tal, já opera como um processo de elaboração a seu respeito, assumindo camadas de poder e autoridade (Zammataro; Albuquerque, 2021).

Lara (2010) nos aponta que, na concepção otletiana clássica de documento, opera-se uma “[...] reescrita a partir de uma seleção que, embora pressuposta como objetiva, já traz em si uma interpretação” (Lara, 2010, p. 44). A compreensão dos elementos aqui tratados, junto à asserção acima referida, nos auxilia a compreender que é necessário associar ao conceito de documento noções como ordenação e classificação, já que estes são processos arraigados à própria gênese e condição de existência do documento - sem a atribuição da posição de documento, e de determinado tipo de documento, por um processo ordenatório e classificatório, toda a configuração do processo documentário não seria possível. Ainda, observar o documento em sua relação intrínseca com esses processos, é fundamental para

pensar as relações possíveis entre a Bibliografia e a Documentação Museológica - atividades que carregam como alguns de seus pilares a coordenação de itens legados pelo processo histórico, arrolados como documentos - bem como enquadrar o conceito de documento à ideia do documento/monumento, do documento por atribuição, e observar as negociações e condicionamentos que os tornam possíveis.

Na relação entre o conceito de Documento e a Ciência da Informação, existem dois caminhos importantes a se observar (Lara, 2010). Em primeiro lugar, na relação de documentos primários com produtos da prática documentária, a informação documentária com a possibilidade de “substituição” e condução aos primários e originais – os produtos deste trabalho são documentos sintéticos de agrupamentos maiores, como bibliografias, catálogos e dossiês que podem ser pensados como arranjos ordenadores (Silva, 2022) ou produtos da classificação (Vickery, 1980; Pombo, 1998; Albuquerque, 2012) – reduzindo a dispersão de informação (Lara, 2010). Em segundo lugar, pode-se pensar a observação de documentos de maneira crítica, com uma função expansiva do conceito. A duplicidade das ações possíveis caminha, portanto, no sentido de uma operacionalização do trabalho documentário e da reflexão sobre o papel desempenhado pelos documentos na sociedade (Lara, 2010).

Em complementaridade ao debate explorado, Lara (2010, p. 37), recorda que a crítica foucaultiana dispensada ao documento envolve uma inversão - destacamos que próxima da abordagem de Le Goff (2013): deixar de pensá-lo como uma “[...] matéria inerte por meio da qual tenta-se reconstituir o que foi dito ou feito” para direcionar o foco ao “[...] seu papel nos sistemas sociais”. Nesse sentido, retoma-se a ideia do documento como uma materialidade que suporta determinada articulação, constituindo a materialidade para o conceito de informação, colocando a documentação em uma posição de destaque fundamental para os estudos informacionais (Frohmann, 2008).

Conforme argumentamos, é fundamental observar que todo o trabalho documentário é atravessado por interpretação e por atividade humana carregada de pressupostos e condicionamentos, desde o processo de seleção, do emprego de linguagens não naturais e ordenação, do arranjo em conjuntos e estabilização por processos classificatórios, por exemplo (Lara, 2010; Albuquerque, 2015; Silva, 2022). Neste momento, fica evidente o entrelaçamento dos problemas da ordenação e da classificação com o próprio conceito de documento. Se assumimos que a própria

condição de documento é delimitada por sua materialidade e condições de produção, pela maneira como se configura a relação documento/monumento, torna-se necessário reconhecer na atribuição deste conceito a referentes determinados – desde sua identificação germinal, primária na condição de documento – um ato de ordenação e classificação. Não se trata – alerta Lara (2010, p. 40) – de “[...] usar diretamente a crítica do documento de Foucault tal como se aplica à história, mas de tentar mostrar que os modos de arranjo dos documentos expressam, a seu modo, hipóteses de organização”.

*

Se há determinada emancipação no conceito de informação em relação ao de documento abordado pela Ciência da informação de maneira geral no ambiente anglófono, é importante exercer o esforço de observar de maneira conjunta estas propostas, devolvendo papel ao conceito de documento no universo epistemológico da CI; as consequências deste movimento são diversas, principalmente se levarmos em conta a oposição frente a abordagens mentalistas da informação, apoiadas no cognitivismo. Quando se pensa na aproximação com a díade documento/monumento, se está inclusive possibilitando pensar no estabelecimento de uma abordagem próxima ao estudo histórico-epistemológico proposto pela Análise de Domínio de Hjørland (2002), em uma abordagem que incorpora a “crítica interna das fontes” conforme concebida em Bloch (2002) e Le Goff (2013), para pensar a construção de determinados campos e os condicionamentos impostos ao futuro pelo processo histórico.

Sob esta perspectiva, centralizada no documento, depreende-se uma possibilidade de abordagem em relação às operações de diferentes práticas - se este problema é pertinente à CI, também o é à Bibliografia e à Documentação Museológica, principalmente por tratarem-se de atividades que operam o arranjo e a ordenação de materiais conduzidos à condição de documentos. Afinal, se os problemas do documento como a divisão entre documentos e metadocumentos (ou, em outros termos, primários e secundários), os últimos como produto das práticas documentárias são presentes na literatura de CI, podemos identificá-los como centrais às atividades tanto da disciplina bibliográfica quanto da documentação museológica, que produzem metadocumentos, produto do tratamento documentário – não o fazendo, contudo, sem produzir e estabilizar documentos em determinada condição.

No centro do processo das práticas que observamos reside a capacidade de transformar algo em documento.

Um objeto transformado em documento em determinado sistema de informação sempre estará em processo de adequação a determinada perspectiva discursiva e atendendo a pressupostos de determinada comunidade, já que toda a atividade documentária, conforme argumentamos ao longo desta seção, é atravessada por escolhas e atribuições que prioriza atributos específicos em detrimento de outros, ao mesmo passo em que encaixam estes itens em sistemas categóricos e classificatórios carregados de sentido, com diversos reflexos práticos (Albuquerque, 2012, 2015; Lara; Ortega, 2012). A partir deste problema e do necessário imbricamento das questões ligadas ao conceito de documento com problemas da classificação, trataremos na seção seguinte de aspectos presentes na literatura da área a respeito dos conceitos de ordenação e classificação

2.2 O CONCEITO DE CLASSIFICAÇÃO E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Otlet (2018) compreendia a atividade de classificação como uma operação elevada, pressuposto para as demais, baseada na capacidade de abstração unida à de sistematização e de síntese. Para o belga, classificar envolve extrair por meio da comparação classes e relações entre objetos determinados, atribuir uma designação a cada grupamento, identificar o lugar de cada objeto a fim de indexá-lo e formar uma coleção onde a ordenação corresponda à classificação (Otlet, 2018). Associando os conceitos de classificação e ordenação, Otlet (2018, p. 590) apresenta o primeiro como “[...] o quadro ou as tabelas que apresentam os conhecimentos na ordem em que as próprias obras deverão estar.” e o segundo como “[...] a arte de dispor as obras de acordo com sua matéria (assunto ou conteúdo)”.

Otlet (2018) sinaliza que vêm do século XVII as primeiras classificações a priori dos conhecimentos humanos, com influências de Bacon e importantes contribuições de figuras como Peignot, com os séculos XVIII e XIX trazendo a ideia de que por meio da Bibliografia seria possível alocar cada livro particular em sistemas baseados em classificações gerais do conhecimento. Além das classificações bibliográficas, o autor supracitado refere-se ao desenvolvimento de classificações de exposições, museus, patentes, estatísticas, mercadorias, e mesmo lojas de departamentos. Aqui, entende-se que um dos substratos das classificações é a lógica, condição para ordenar

conjuntos de ideias ou documentos (Otlet, 2018). Podemos, contudo, observar o desenvolvimento das classificações em uma perspectiva histórica um pouco mais ampla.

As formas de classificação utilizadas pela humanidade se basearam durante dezenas de séculos nas proposições de Aristóteles, com suas prerrogativas subsistindo até o século XVII (Vickery, 1980; Burke, 2003; Albuquerque, 2012). A maneira de organizar e pensar o conhecimento durante esse longo período, com determinadas particularidades em cada tempo, baseou-se nas ideias do grego que dividia o conhecimento em Teórico, Prático e Produtivo - mais tarde, em Metafísica, Matemática e Física (Vickery, 1980). A maneira de organizar o conhecimento que se transforma ao longo dos séculos, assumindo no medievo as noções de *Trivium* (Lógica, Gramática e retórica) e *Quadrivium* (Aritmética, Geometria, Astronomia e Música), vão lentamente assumindo novos elementos, até encontrar proposições como as de Bacon com seus pressupostos indutivos (Vickery, 1980; Burke, 2003; Albuquerque, 2012), caminhando posteriormente para proposições que consituam “[...] uma tentativa para dividir as ciências de acordo com os atributos das entidades materiais estudadas” (Vickery, 1980, p. 199). Determinadas propostas, como a de Dahlberg (1979), entendem que o desenvolvimento histórico das abordagens em torno da classificação levou a prática de arte a ciência.

O que é fundamental, nesse sentido, é perceber o caráter eminentemente histórico das classificações e dos sistemas classificatórios, sempre adequados às formas de conhecimento existentes e possíveis no período - não no sentido de que constituem sempre modelos mais avançados, mas de que são funcionais com a maneira de observar a realidade de cada tempo -, de forma que “[...] quanto mais uma classificação se adaptar a uma determinada época, menos adequada será para qualquer outra” (Vickery, 1980, p. 187), constituindo sempre o solo que necessitamos para mantermos o equilíbrio, conforme nos recorda Pombo (1998).

Pombo (1998) retoma a leitura realizada por Foucault (1990) de um trecho de Jorge Luís Borges, onde o escritor argentino descreve um sistema classificatório que provoca estranhamento por sua exotividade e aparente falta de lógica. O que o estranhamento denota - argumenta Foucault (1990), com quem concorda Pombo (1998) -, é a distância da estrutura disposta por Borges em relação às nossas maneiras de compreender como possível a ordenação de determinados objetos. Muitas vezes o que nos faz perceber determinada disposição de itens ou conceitos,

antes de um exame atento de características demarcadas por um princípio estabelecido, é a construção e estruturação de nosso discurso, aquilo que fixa a maneira de perceber e lidar com a realidade. Se deparar, portanto, com uma lista de animais arrolados em categorias como “pertencentes ao imperador”, “sereias”, “que se agitam como loucos”, “inumeráveis”, ou “etc” (Borges, 2000), provoca estranhamento porque não soa uma maneira razoável ou mesmo possível de ordenar animais - denota, inclusive, incompatibilidade com princípios classificatórios por nós consolidados. Nesse sentido:

Como conceito, o termo classificação se caracteriza pelo processo de agrupar e dividir o conhecimento por suas semelhanças, dispor as informações de modo que suas relações de analogia se sobressaiam, para que as ciências, o saber ou documentos possam ser apreendidos de forma precisa. A classificação é um fenômeno social e nela cada fato impulsiona a criação de novas formas de classificação entre os seres e os saberes. Dessa forma, as ações apresentadas no domínio das relações sociais são atos classificatórios. (Albuquerque, 2012, p. 52-53).

As principais abordagens da classificação são, conforme Pombo (1998): 1) ontológica, que envolve a classificação dos seres, interna a ciências como a biologia, a antropologia e a psicologia; 2) gnosiológica, que envolve a classificação dos saberes, ocupando-se das ciências, atividade desenvolvida principalmente pela filosofia e que ganhou fôlego no século XIX, mas que segue com grande relevância na contemporaneidade, dedicando-se a problemas como a estruturação e a relação entre diferentes saberes; 3) biblioteconômica, ligada à classificação dos livros e informacional, à classificação das informações, que ligam-se a uma espécie de ciência da classificação e permite observar o conceito sob um alto grau de abstração (Pombo, 1998).

Piedade (1983, p. 16) explica que “Classificar é dividir em grupos ou classes, segundo as diferenças e semelhanças. É dispor os conceitos, segundo suas semelhanças e diferenças, em certo número de grupos metodicamente distribuídos”. A capacidade de classificação atravessa a atividade humana em todos os seus atos, desde o reconhecimento de espécies animais até a seleção de alimentos selecionáveis para o almoço ou para o café da tarde. Envolve, fundamentalmente, a formação de conceitos e percepção de categorias que os impregnam (Piedade, 1983). Enquadrar e assimilar coisas diversas sob conceitos e ordenar agrupamentos são atividades eminentemente classificatórias. Classificar é, ainda, traduzir algo no contato com o mundo, para um sistema nocional qualquer. O termo latino *classis* era

utilizado para dividir a população romana, e foi unido a *facere* para instrumentalizar ordenações no campo do Direito, posteriormente aplicando-se à ordenação das ciências (Piedade, 1983).

Albuquerque (2012) explica que o processo de classificação acompanha os seres humanos desde a tenra infância, quando se aprende a observar o mundo e identificar, compreender e agrupar formas, constituindo uma tendência da experiência humana. Mesmo nas formas mais distantes da sociabilidade ocidentalizada contemporânea, sistemas de classificação atravessam e são atravessados pela experiência da cultura, sustentando maneiras de perceber e organizar o mundo ao redor, e configurando-se como a base que permite a possibilidade de se pensar classificações científicas, com noções de hierarquização e relacionamentos em seu embrião (Albuquerque, 2012).

Ainda, Albuquerque (2012) sustenta que o processo classificatório não é individual, mas constitui-se no desenvolvimento da vida social dos sujeitos - como sugerem diversas abordagens antropológicas pela autora expostas. Nesse sentido, depreende-se que não apenas o ato de classificar é atravessado pela cultura, como a cultura e a vida social são construídas em torno da classificação. Costa (1997) - com quem Albuquerque (2012) concorda - argumenta que no dia a dia da vida em sociedade, realizamos classificações na maneira como nos relacionamos, o que constitui e contribui com as classificações elaboradas de maneira formal. Nesse sentido, todas essas práticas são reproduzidas e transmitidas pela sociedade, inclusive por instituições como a família, a escola, o trabalho, ou mesmo as bibliotecas (Costa, 1997; Albuquerque, 2012). Aqui, podemos estabelecer uma relação com a concepção frohmanniana de documento enquanto materialidade. Se o conceito de documento defendido nesta perspectiva envolve uma carga de materialidade produzida socialmente, atravessada por linhas de força que dão sentido e poder aos documentos, configurando-os (Frohmann, 2008; Lara, 2010; Zammataro; Albuquerque, 2021), é possível entendê-los como conformadores de processos classificatórios, bem como por eles conformados (já que sua colocação na posição de documento é, em si, um ato de classificação).

Para Piedade (1983), um dos princípios da classificação é a característica, que em abundância pode oferecer possibilidades classificatórias incontáveis. Partindo do exemplo dos livros, a autora menciona a possibilidade de classificá-los por tamanho, cor, idioma, ou assunto, por exemplo. Piedade (1983) assume a existência de

características naturais (imutáveis) e artificiais (variáveis) - a título de exemplo, podemos pensar em veículos automotores subdivididos por suas cores, com as características naturais representadas por “veículos automotores” e as artificiais por “verde”, “amarelo” ou “azul” -, com a exigência de as características naturais sejam levadas à exaustão antes do emprego das artificiais (a noção de característica natural e alguns problemas ligados ao essencialismo são abordados por Hjørland (2017) e serão tratados mais à frente). A lógica subjacente às classificações na perspectiva acima exposta, contribui para evitar confusões e cruzamentos que prejudicam a revocabilidade e possibilidades de recuperação em sistemas de informação.

Seguindo a sistematização de Piedade (1983), classes são agrupamentos de objetos que possuem atributos em comum, com as categorias constituindo seu tipo mais amplo possível, conceitos de grande generalização. A autora destaca que a literatura ligada a Ranganathan utiliza-se dos termos “isolados” (conceitos desorganizados), “facetas” (agrupamentos de conceitos a partir de características) e “focos” (conceitos quando organizados em determinada faceta). Tratando da estruturação assumida pelas classificações, Piedade (1983) aborda a divisão em cadeias, classes ordenadas hierarquicamente, em subdivisões sucessivas e fileiras - focos alinhados sob determinada faceta -, além de atentar para a extensão e complexidade (também traduzida como intensão) presente em classificações. A primeira refere-se ao conjunto de itens que compartilham as mesmas características, fazendo com que uma maior extensão implique em uma menor especificação de características, enquanto a complexidade refere-se à atribuição de características distintivas, o que diminui a extensão (Piedade, 1983).

De maneira geral, Hjørland (2017) destaca dois sentidos para o termo “classificação”: além de referir-se tanto ao ato de classificar, como ao produto deste ato, a classificação é operada tanto em um sentido amplo, quando ao utilizar a linguagem utilizamos termos específicos para caracterizar e descrever coisas, assimilando-as ou colocando-as em posição de divergência, numa relação muito próxima com os conceitos por ela manipulados, quanto num sentido estrito, envolvendo classificações sistemáticas (o produto do ato) para abordar objetos específicos da realidade. Classificações são baseadas em atributos específicos e seus valores (Hjørland, 2017).

Pombo (1998) coloca em destaque dois tipos de classificação gerais - as dicotômicas e as baseadas em diferenças específicas. No primeiro caso, temos como

imagem solidificada a árvore de Porfírio, que constrói relações baseadas em diferença que, em uma estrutura hierárquica, vão do geral ao específico. No caso das classificações baseadas em diferença específica, destaca-se uma propriedade não compatível com as demais de mesmo nível, construindo novos arranjos classificatórios.

Deve-se ter em conta que classificação é um conceito fundamental para diversas áreas do conhecimento, aparecendo por exemplo na filosofia e nas ciências biológicas. O interesse no tema para a CI e para a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento são centrais para a reflexão aqui desempenhada. Nas práticas afeitas ao campo, podemos observar o papel central da classificação no tratamento documental - de seu arranjo à sua representação -, no estabelecimento e relacionamento de conceitos, e na elaboração e aplicação de sistemas de classificação - seja em centros de documentação, bibliotecas, arquivos ou museus - sendo uma área de interesse incontornável para pensar problemas do campo (Hjørland, 2017).

Existe uma relação muito próxima entre as noções de classificação e conceito, tanto por conceitos serem parte fundamental de classificações, quanto pela própria lógica de divisão e aproximação que uma classificação opera, e um conceito depende em sua formulação. Em Dahlberg (1978, 1979), a estrutura interna e o estabelecimento de relações entre conceitos são constitutivos da própria estrutura classificatória - processo que pode ser observado também de maneira similar em Piedade (1983). Para Hjørland (2017, p. 99), “There is a close relationship - if not total identity - between theories of classification and theories of concept.”, reforçando que classes com subclasses em classificação, podem ser equiparadas a conceitos com conceitos subordinados, da mesma maneira como determinada abordagem classificatória depende da maneira como se conceitualiza determinado objeto. Se em Dahlberg observamos em paralelo noções como as de que pode-se compreender “[...] o conceito como a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixada por um símbolo linguístico” (Dahlberg, 1978, p. 102) e de que “Com o auxílio da teoria de categorias de conceitos, os sistemas de classificação podem ser elaborados muito mais objetivamente do que antes” (1979), em Hjørland (2009, 2017) podemos encontrar paralelos na concepção dos mesmos planos epistemológicos ao tratar de conceitos e classificações: racionalismo, empirismo, historicismo e pragmatismo, entendendo que classificações específicas operam perspectivas

específicas, constituindo apenas uma forma de representar determinado objeto.

Hjørland (2017) estabelece uma divisão geral entre o modelo clássico (de inspiração aristotélica) e o modelo protótipo (de inspiração wittgensteiniana) de teorias da classificação. Em geral, a noção clássica baseia-se na ideia de que objetos de uma mesma classe compartilham características em comum, numa sistemática que permite identificar a pertença ou não de determinado item a um grupo pela completude de determinados requisitos. A proposição protótipa baseia-se na ideia de que não necessariamente um conceito é composto por partes com características necessárias ou suficientes, onde pode haver sobreposição de características entre determinados membros, mas não necessariamente cobrindo todos os pertencentes à classe. Uma questão destacada por Hjørland (2017), é a comum apresentação do modelo clássico como inquestionável, sustentando a estrutura de diversas ciências, enquanto a teoria protótipa supõe que cotidianamente não lidamos com características binárias para definir objetos - demonstrando que classificamos não de acordo com características dadas, mas a partir de objetivos e condicionalidades diversas.

Pombo (1998) sustenta que toda classificação possui um mecanismo classificador que a operacionaliza, visa determinados fins que a estruturam, ocupa-se de determinado domínio da realidade com características próprias, utilizando-se de classificações precedentes ligadas ao mesmo objeto, contando sempre com a realização de um produto com estruturação particular.

Discutindo os fundamentos metodológicos da formação de classes e a epistemologia da classificação, Hjørland (2017) aponta para as perspectivas racionalista, empirista, historicista e pragmática. Uma marca fundamental da abordagem racionalista para a classificação, é a construção lógica a partir de um grupamento de categorias fundamentais, sintetizando características e combinando com outras para agrupar determinados itens - com uma marca de destaque da perspectiva sendo o essencialismo, já que constitui uma necessidade selecionar critérios essenciais demarcadores para deduzir o processo divisório (Hjørland, 2017). A abordagem empirista envolve compreender que um grupo de objetos compartilha muitas propriedades, observando-as não a partir de teorias pré-estabelecidas. Um dos pressupostos desta teoria é a ideia de neutralidade, pensando o processo classificatório a partir da observação de características - contudo, alerta o autor que nesses pressupostos não se leva em consideração que qualquer objeto pode ser relacionado e identificado com qualquer outro a partir de um critério de seleção, que

sempre será necessário (Hjørland, 2017).

De acordo com Hjørland (2017), uma das principais características da perspectiva historicista é assumir que não existe uma classificação ideal e que cada necessidade e abordagem leva à construção de um sistema com referenciais específicos - a própria subjetividade que é atinente a cada classificação, desenvolve-se historicamente. Nesse sentido, as teorias tornam-se importantes para que compreender e explicar as categorias, mais do que a noção de similaridade entre os objetos - teorias diferentes fornecerão sempre classificações diferentes (Hjørland, 2017). As abordagens pragmáticas e críticas são descritas por Hjørland (2017, p. 109, tradução nossa) como “[...] baseadas em considerar os objetivos, valores, interesses, políticas e consequências da classificação.”, levando em consideração que classificações (tanto o ato, como o produto) nunca são neutras, servindo a interesses e objetivos específicos em detrimento de outros, mesmo que não explicitamente. O autor pondera que assumir estes pressupostos não significa abdicar de outras maneiras de classificar, já que é possível compreender necessidades outras a partir da via pragmática, notando que “[...] a reivindicação do pragmatismo e da teoria crítica é que, no fim, estes critérios devem servir a valores e interesses humanos” (Hjørland, 2017, p. 110).

Uma questão central para pensar a classificação é a divisão entre a concepção de um mundo que seja naturalmente subdividido e que precisa, portanto, ser compreendido, ou a concepção das divisões e classificações como produto da ação humana. Hjørland (2017) atenta para o fato de que a concepção de classificação baseada em algo “natural” negligência a ideia de que o que assim é compreendido não necessariamente reflete uma estrutura do mundo, mas interesses e práticas humanas. Pombo (1998, p. 8) discute os aspectos de naturalidade e arbitrariedade da atividade de classificar, argumentando que é possível dizer que

[...] nenhuma classificação natural é possível, que qualquer classificação implica uma irreduzível arbitrariedade. Tendo por base o estabelecimento de classes e suas respectivas fronteiras, a classificação mais não faz do que quebrar, violenta e arbitrariamente, a cadeia de imperceptíveis nuances que liga os seres entre si.

É bastante curioso que Pombo (1998) nos deixe a advertência de que esta constatação não deve levar à conclusão precipitada de que não se deva pensar em sistemas de classificação, exemplificando que Buffon entendia como a classificação mais natural possível a que coloca o homem em seu centro. A contradição aparente

nos recorda que ao contrário das pressuposições de neutralidade - que ocultam os pressupostos de que se parte (Hjørland, 2009, 2017) -, é entendendo que “A multiplicidade dos seres só pode ser unificada e subsumida a partir da relação que o homem estabelece com esses seres” (Pombo, 1998, p. 9), que se torna possível uma aproximação consciente do próprio processo operado.

Junto ao conceito de classificação, a literatura comumente reporta-se a um outro conceito que opera de maneira paralela, com importante papel neste processo (Vickery, 1980; Barité *et al.* 2015; Hjørland, 2017). Os conceitos de ordem e ordenação não necessariamente devem ser compreendidos como sinônimos do conceito de classificação, já que esta pressupõe determinados níveis de especificidade e elaboração que nem sempre se fazem presentes em processos de ordenação. Estas noções são, contudo, bastante caras aos problemas da classificação e do pensamento científico. Vickery (1980) relata uma concepção significativa no meio científico, que observa a disposição e ordem de elementos diversos que são objetos das ciências, de íons e átomos a elementos celestes, e identifica na ordem das coisas a ordem das ciências, buscando identificar na construção de sistemas de compreensão de determinados objetos, a própria ordenação deles no mundo.

Hjørland (2017, p. 100) situa o processo de ordenação como mais abrangente do que o de classificação, entendido como uma maneira baseada em alguma lógica de arranjar ou separar elementos, ou o ato de colocar coisas em determinado arranjo: *“Ordering depends on conceptual classification but it is broader than systematic classification. Books can be ordered by, for example, by size, language, or publication date, or alphabetically by author or title.”*¹. A partir de Hjørland (2017), pode-se entender que não é possível pensar numa ordem estável das coisas, mas sim numa ordem sempre transformada de acordo com o desenvolvimento dos planos de conhecimento.

Silva (2022) aborda o processo de Organização da Informação observando que em sistemas de informação uma das preocupações posteriores à formação de coleções é a representação dos documentos ali compreendidos, o que envolve forma e conteúdo e proporciona possibilidades de recuperação posterior. Estes processos, frisa a autora (Silva, 2022, p. 12), são caracterizados pela “[...] produção de sentido

¹ “A ordenação depende de uma classificação conceitual, mas é mais ampla do que a classificação sistemática. Os livros podem ser ordenados, por exemplo, por tamanho, idioma, data de publicação ou alfabeticamente por autor ou título.”. (Hjørland, 2017, p. 100, tradução nossa).

acerca das coleções, são propostos arranjos de documentos e de seus metadados a fim de que eles sejam dispostos de forma consistente e inteligível no âmbito do sistema”. Todo esse processo imbuído na Organização da Informação, que é responsável por tornar inteligível determinada coleção, com a disposição em um local físico, formação de índices, organização de referências ou alocação em estruturas classificatórias, remetem à relação estabelecida entre objetos em determinado arranjo depreendida de determinado processo de ordenação (Silva, 2022). Uma das formas possíveis de ordenação – que pode ser também, por exemplo, ordinal ou alfabética – é a classificatória, onde se estabelecem relações de proximidade e distanciamento em maior ou menor extensão, estabelecendo relações e apartamentos entre diferentes objetos (Silva, 2022).

Pensando a relação entre a ordenação e a formação de arranjos, Silva (2022) ressalta que estes remontam aos primórdios da lógica das bibliotecas, com “[...] seus documentos dispostos em mobiliários, passando ainda pela disposição de referências em bibliografias e índices em livros, catálogos e bases de dados [...]”, o que nos aponta à inevitabilidade do ato de ordenação que, conforme veremos, caracteriza a própria coleção em si. Quanto aos tipos de ordenação ligados à classificação bibliográfica, Silva (2022) destaca a ordenação de documentos e a ordenação de metadados de documentos, merecendo destaque o fato de que a ordenação guarda em si as possibilidades de exploração de coleções oferecidas aos usuários que com elas se relacionam, já que seu produto funciona como uma espécie de orientador – a maneira como uma coleção é lida em sua ordenação oferece determinada significação (Silva, 2022).

Uma concepção de ordem é aquela vinculada a uma ontologia típica do período medieval, mas não circunscrita a ele, cujo entendimento aponta para a ordem do próprio ser, de uma relação que se estabelece entre o real e a ideia. Outra concepção de ordem é aquela desenvolvida no período moderno, baseada no entendimento de que a ordem se refere a uma relação de elementos entre si e que se dá quando cada coisa está em seu lugar porque há um princípio que orienta para tal. Já segundo Abbagnano (2007), a ordem consiste na possibilidade de expressar de modo geral e constante, portanto segundo uma regra, a relação entre dois ou mais objetos. (Silva, 2022, p. 48).

A noção de ordem – e as derivações associadas à ordenação – estão ligadas, portanto, a determinadas configurações de elementos reunidos, com o estabelecimento de relações entre objetos e particularizações dos mesmos. O

estabelecimento de determinada ordem oferece determinadas possibilidades de localização de elementos outrora indistintos, sempre a partir de um critério determinado (Silva, 2022). A distinção entre ordem e desordem reside, nesse sentido, no observador como um referencial que apreende determinado arranjo a partir de uma lógica específica, ou não. Aqui, recorda-se o comentário de Foucault ao texto “*O idioma analítico de John Wilkins*” de Jorge Luís Borges (2000) (Foucault, 1990, p. 7):

Borges não acrescenta nenhuma figura ao atlas do impossível; não faz brilhar em parte alguma o clarão do encontro poético; esquivava apenas a mais discreta, mas a mais insistente das necessidades; subtrai o chão, o solo mudo onde os seres podem justapor-se. Desaparecimento mascarado, ou, antes, irrisoriamente indicado pela série abecedária de nosso alfabeto, que se supõe servir de fio condutor (o único visível) às enumerações de uma enciclopédia chinesa... Numa palavra, o que se retira é a célebre “tábua de trabalho”; [...] quadro que permite ao pensamento operar com os seres uma ordenação, uma repartição em classes, um agrupamento nominal pelo que são designadas suas similitudes e suas diferenças – lá onde, desde o fundo dos tempos, a linguagem se entrecruza com o espaço. [...] no seu rastro nascia a suspeita de que há desordem pior que aquela do incongruente e da aproximação do que não convém; seria a desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis na dimensão, sem lei nem geometria, do heteróclito; e importa entender esta palavra no sentido mais próximo de sua etimologia: as coisas aí são “deitadas”, “colocadas”, “dispostas” em lugares a tal ponto diferentes, que é impossível encontrar-lhes um espaço de acolhimento, definir por baixo de umas e outras um lugar-comum.

Barité *et al.* (2015) explicitam uma série de ordens possíveis: alfabética, canônica, cronológica, de citação, de intercalação, de precedência, evolutiva, hierárquica e sistemática. O elemento comum em destaque de todas estas ordens possíveis, é a aplicação a instrumentos de sistemas informacionais como bibliografias, fichas, listas ou catálogos, com grande ênfase para a sua relação com sistemas de classificação. A ideia de ordenação é explicitada em Barité *et al.* (2015) como a organização de determinados objetos homogêneos a partir de um critério, princípio este vinculado à disposição física dos objetos ou registros de catálogo, por exemplo. Nesse sentido, torna-se explícita a ideia de que “[...] a ordem é condição para os sistemas de informação, pois é subjacente a eles.” (Silva, 2022, p. 50).

Silva (2022) vincula o processo de ordenação à Organização da Informação. Entende-se possível, a partir de Barité *et al.* (2015) compreender a atribuição de ordem também nas atividades de Organização do Conhecimento – nesse caso, principalmente pensando no conhecimento registrado. Importa recordar que cada uma

destas atividades vincula-se também a práticas de representação, especificamente Representação da Informação e Representação do Conhecimento – respectivamente trabalhando com ênfase em objetos informacionais individuais e em modelos de mundo (Brascher; Café, 2008).

*

De acordo com Pombo (1998, p. 12),

É no contexto da classificação documental e biblioteconómica que a classificação pragmática ocupa o seu lugar privilegiado. Segundo Bhattacharyya e Ranganathan (1974: 119), a diferença entre as classificações das ciências e as classificações documentais e biblioteconómicas reside justamente no carácter em geral meramente especulativo das primeiras em contraste com os intuítos funcionais imediatos das segundas. Enquanto que as primeiras são esquemas globais, sistemas teóricos que não descem a detalhes nem se enredam com minúcias de classificação de domínios restritos, as segundas são propostas minuciosamente elaborados, em geral acompanhadas de um código em que cada classe é designada por um símbolo (veja-se o caso da classificação decimal de Melvil Dewey).

Processos como os de ordenação e classificação ocupam-se de problemas sempre, portanto, localizados no tempo e no espaço. Se a classificação ampla e de tom generalizante das ciências é sempre “ideal” em relação a exercícios pragmáticos e concretos, isso também é verdade para questões com as tecnologias de emprego e realização destes processos (Pombo, 1998). Ao pensar nosso problema, identificamos que os atos de ordenar e classificar não são específicos e unicamente ligados ao campo informacional, atravessando não apenas outras áreas do saber, mas principalmente os aspectos mais diversos e - cotidianamente - inimaginados, como nossas maneiras de estabelecer relações ou observar outros sujeitos. Contudo, é a sua concretização em formas específicas a que devemos nos atentar quando pensamos problemas informacionais, compreendendo que o ato de classificar - em uma CI que pensa constantemente a gestão dos saberes e procedimentos de organização e representação da informação e do conhecimento - é um dos principais instrumentos de nossas práticas, cristalizado não apenas em recomendações sobre maneiras de partição e agrupamento, formação de linhas e renques, como em sistemas de classificação consolidados como a CDD e a CDU, mas também em práticas como a Bibliografia e a Documentação Museológica, bem como em seus produtos - bibliografias, listas ou catálogos, para nos atermos a alguns exemplos. A dupla atenção às classificações é sempre um problema de fundamental importância para aqueles e aquelas que pensam e produzem instrumentos mediadores do

conhecimento e da cultura humana:

É assim que, se para o classificacionista, o que está em causa na apreciação do valor de uma classificação é a sua utilidade prática, a rapidez, exactidão e facilidade da sua utilização, para o filósofo, o problema da classificação é sempre, em última análise, um problema de adequação, isto é, de conformidade entre a classificação e o domínio de objectos classificados. (Pombo, 1998, p. 13).

Levando-se em consideração o carácter fundante que a classificação possui para as disciplinas do campo informacional, é interessante observar que, não apenas a classificação permanece uma atividade e um dispositivo atual frente aos novos problemas e tecnologias do campo informacional, como apresenta possibilidades de transformação – assim como em outras épocas, muito concretas e ligadas aos mecanismos contemporâneos. É o caso de abordagens como a das *folksonomias*, que pensa a aproximação entre usuários de sistemas e seus instrumentos classificatórios para otimizar recursos de recuperação da informação, usabilidade, representação e representatividade, além de permitir a ampliação da construção de sentido sobre objetos e itens custodiados por determinada instituição (Catarino; Baptista, 2007; Brandt; Medeiros, 2010; Zubiaga; Körner; Strohmaier, 2011).

Nesse sentido, nas próximas seções nos ocuparemos de explorar aspectos da Bibliografia e da Documentação Museológica no que diz respeito às suas configurações enquanto práticas ligadas a objetos específicos, mas atentando à maneira como operam procedimentos ordenatórios e classificatórios, lidando fundamental e inescapavelmente - não apenas como uma matéria prima - com os problemas que giram em torno do conceito de documento.

Com o objetivo de sintetizar as relações construídas e estabelecidas na presente seção, apresentamos a seguir o Quadro 1:

Quadro 1 – Relações entre a Ciência da Informação e os conceitos de Documento e Classificação

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	
Área disciplinar consolidada ao longo do século XX, que ocupa um espaço ligado aos problemas informacionais, avizinhand-se de áreas como a Bibliografia, a Bibliologia e a Documentação, debruçando-se sobre problemas ligados à gestão dos saberes e à necessidade de religação surgida no contexto fragmentário da modernidade.	
DOCUMENTO	CLASSIFICAÇÃO

Conceito correspondente a itens que operacionalizamos com finalidades que vão desde a prova e a legitimação, até o exemplo e substituição. Documentos são produzidos por sujeitos, com sentido atribuído por meio de processos classificatórios. Constituem sempre, incontornavelmente, <i>monumentos</i>, no sentido de que são legados e condicionados por determinada possibilidade histórica que os sustenta. É elemento fundamental para pensar a materialidade da informação.	Atividade operada pelos seres humanos desde a mais tenra idade, que consiste na aproximação e diferenciação de elementos da realidade a partir de similaridades baseadas em critérios mediados socialmente. Possui uma dimensão formal desenvolvida ao longo dos séculos pela filosofia e pelas ciências. É um dos procedimentos que cria e coloca as condições de possibilidade de existência e sentido para os documentos.
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No quadro acima, apresenta-se os conceitos de Documento e de Classificação associados à CI – ambos remetem a uma diversidade de problemas e campos do conhecimento, sendo compartilhados com a CI de maneira específica – ao mesmo tempo em que se propõe sua consideração como necessária para a delimitação do campo e práticas da própria CI. Imbricados no sentido de que documentos são produzidos em processos necessariamente classificatórios, e que a classificação no âmbito da CI precisa mobilizar objetos articuláveis sob a chave do documento, entende-se que as práticas de gestão dos saberes, de organização e representação da informação e do conhecimento, bem como seu compartilhamento, são dependentes tanto do conceito de documento e sua materialidade, como do ato classificatório.

3 ALGUNS ASPECTOS DA RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

Nesta seção, partimos de breve apresentação de comentários a respeito da bibliografia em trabalhos que discutem a história e evolução da CI, mobilizando autores como Le Coadic (1996), Moreiro González (2002), Pinheiro (2002), Carlos Araújo (2018), Saldanha e Couzinet (2018) para situar um lugar comumente legado para a bibliografia no curso da história de nosso campo – ora entendida como uma “etapa” de desenvolvimento histórico, ora como uma raiz e estrutura epistêmica. Araujo, Crippa e Saldanha (2015) e Bufrem (2019) auxiliam na demonstração da atualidade da bibliografia, bem como a pujança de publicações contemporâneas que a discutem. Na subseção 3.1, autorias como Balsamo (1990), Pensato (1994), Torres Ramírez (1996), Moreiro González (2002), Reyes Gómez (2010), Crippa (2015) e Araujo (2018) são mobilizadas – em sua heterogeneidade de perspectivas – para apresentar debates e questões a respeito da construção histórica da prática conhecida por bibliografia e sua conceituação sob o termo contemporaneamente empregado. Na subseção 3.2, a abordagem parte notadamente das posições de Otlet (2018) e seus comentários a respeito da bibliografia em seu Tratado de Documentação, passando novamente por autorias como Pensato (1994), Torres Ramírez (1996), Capaccioni (2008) e Reyes Gómez (2010) para realizar aproximação em relação à maneira como a prática da bibliografia é concebida em suas produções, e chegando aos debates realizados por figuras como Alfaro López (2012), Crippa (2016), Sabba (2016), Araujo (2018), Caproni (2018), McKenzie (2018) e Bianchini, Sabba e Sardo (2021) – produções que, mesmo com perspectivas distintas, possibilitam perceber linhas de debate e problematização contemporâneas do campo.

Não é incomum encontrar na literatura de CI, abordagens que localizem a bibliografia como um capítulo passado - e superado - de uma série de desenvolvimentos e processos de evolução que levam ao seu cabo à CI. Em materiais de introdução ao estudo da CI, pode-se encontrar abordagens que situam a bibliografia enquanto um acontecimento importante no desenvolvimento de práticas que chegam ao nosso tempo sob seus auspícios. A título de exemplo, Carlos Araújo (2018, p. 9) argumenta ser relevante para a trajetória do campo o trabalho cujo “[...] objetivo não era montar uma coleção nem construir uma instituição física, mas sim inventariar a produção intelectual humana, produção essa expressa em diferentes

livros e manuscritos espalhados por diferentes bibliotecas”, em um capítulo intitulado “*Os Antecedentes da Ciência da Informação*”.

É comum, também, observar o tratamento da bibliografia enquanto um antecedente da CI em estreita relação com a documentação. Autores como Freire (2006) tratam do papel da documentação e do Instituto Internacional de Bibliografia como antecedentes importantes da CI, destacando a noção de bibliografia de maneira ligada à memória da produção científica sem uma relação direta com a custódia de materiais. Podemos mencionar também Le Coadic (1996, p. 81), que coloca a CI como uma sucessão de “[...] um novo conjunto de técnicas de organização, análise e descrição bibliográfica, (chamada ‘documentação’), que diferia notavelmente das práticas bibliográficas convencionais [...]”, atribuindo premência ao desenvolvimento tecnológico, que teria deslocado o objeto informacional da fisicalidade. Nesse sentido, assume-se uma postura que não apenas relega práticas como a bibliografia e a documentação ao passado, como assume uma mudança de objeto.

Em trabalhos como o de Pinheiro (2002, p. 3), a bibliografia e a documentação são abordadas numa espécie de “pré-história da Ciência da Informação”, inclusive com destaque à substituição do termo bibliografia pelo termo documentação, em virtude de uma possível conformação mais ampla de documentos sob a segunda designação. Em alguns autores, a bibliografia aparece como uma espécie de ciência dos repertórios, mas que encontra-se em alguma medida como integrada e superada em fins e aplicações pela documentação, que da primeira dependeu para seu desenvolvimento (Moreiro González, 2002).

Saldanha e Couzinet (2018) identificam a relação da tradição francesa ligada à bibliologia e a documentação com a bibliografia, bem como o lugar desta na própria conformação do campo da CI. Os autores destacam a curiosa dificuldade de classificação da bibliografia na amplitude de campos do conhecimento, atividade à qual a disciplina umbilicalmente se vincula. Ao longo da trajetória francófona, a prática da bibliografia será deslocada por diversos caminhos, desde uma associação ao grande projeto da bibliologia, mas em subordinação a ela, até às formalizações otletianas que posteriormente a suplanta por noções como a documentação (Saldanha; Couzinet, 2018). É digno de nota, contudo, que Saldanha e Couzinet (2018, p. 199) compreendam a bibliografia como “[...] a raiz e a estrutura de um castelo epistêmico rachado, hoje tratado como info-comunicacional no discurso francófono-francês [...]”.

André Araujo (2018) nos aponta, importa destacar, que as noções de documento e informação, fundamentais como bases epistemológicas da CI, possuem raízes inescapáveis na Bibliografia, não sendo possível compreender e pensar o presente sem o exame das formulações no campo da tradição bibliográfica.

A permanência da bibliografia ao longo do tempo é uma de suas marcas, como podemos perceber com alguns dados apresentados por Otlet (2018) e Bufrem (2019). Considerando o grau de difusão e dispersão das bibliografias enquanto um produto, Paul Otlet (2018, p. 448) se refere em sua obra (publicada originalmente em 1934) à existência de “[...] 75 mil títulos classificados como bibliografias, incluindo 60 mil catálogos de bibliotecas e de editoras ou livrarias e 15 mil bibliografias especializadas.”, especulando a possibilidade do número se aproximar no momento em que escrevia (90 anos atrás) dos 100 mil exemplares.

A atualidade dos estudos ligados à bibliografia é patente, inclusive na literatura brasileira. Estudo realizado por Bufrem (2019) a partir de materiais indexados na Brapci, demonstra que, se a temática tinha uma média de publicação que raramente ultrapassava seis unidades até o ano de 2010, entre os anos de 2010 e 2018 foram registradas 137 publicações, com um pico de 27 trabalhos em 2015. Estes trabalhos ocupam-se da bibliografia mormente a partir de uma perspectiva tecnometodológica, seguido por abordagens teórico-epistemológicas e, finalmente, sociopolíticas - de acordo com a autora, a abordagem técnica metodológica está muito associada a avanços no campo da tecnologia que se desenvolvem desde os anos de 1970, e o aumento da produção teórico-epistemológica liga-se ao interesse na temática por grupos de pesquisa contemporâneos, ligado ao seminário “*A Arte da Bibliografia*” (Bufrem, 2019).

Araujo, Crippa e Saldanha (2015) salientam que bibliografia pode se referir tanto à atividade disciplinar quanto ao seu objeto em suas diversas formas concretas ao longo do tempo - se pensarmos nos argumentos apresentados por Lara (2018) e Capaccioni (2006) por exemplo, é possível apontar práticas bibliográficas desde os esforços de Cassiodoro até as práticas contemporâneas a nós. É necessário manter no campo de visão a clareza de que a bibliografia enquanto prática de organização de registros de conhecimento é constituída por uma série de elementos determinados pelo contexto específico em que se insere (Araujo; Crippa; Saldanha, 2015).

La bibliografía-documentación-ciencia de la información han servido al hombre para orientarse en la existencia de la información a lo largo de

la historia. Mediante éstas se consigue economía de tiempo y dedicación, y acceso a la información sobre las cuales se posibilita que el conocimiento se transfiera. (Moreiro González, 2002, p. 54).

O desenvolvimento da prática da bibliografia pode ser entendido como a matriz disciplinar que permite o desenvolvimento das ciências que pensam a organização do conhecimento humano: “O projeto da documentação de Otlet não excluiu a bibliografia, ao contrário, atribui a ela as bases técnicas de tratamento dos objetos da biblioteca, do museu, dos arquivos.” (Lara, 2018, p. 141). Uma imagem muito viva da bibliografia se vislumbra na metáfora geográfica mencionada por Capaccioni (2006), onde é entendida como um mapa que possibilita se orientar dentro de um domínio do conhecimento, bem como organizá-lo. Vinculada fortemente à intenção de mapear e organizar o conhecimento humano produzido e publicado, a humanidade produziu bibliografias de toda sorte, sobre uma variedade infinda de temas e assuntos, tópicos e questões, com desdobramentos cada vez mais particulares em nosso tempo presente (Araujo; Crippa; Saldanha, 2015; Capaccioni, 2006; Lara, 2018).

La bibliografía es el estudio, o ciencia con arte, teoría, metódica, técnica y práctica de la compilación de los instrumentos repertoriales. La bibliografía compilativa o documentación bibliográfica es la bibliografía genuina. En la medida y en el momento en que se presenta no a la unidad “libro” sino a la unidad “escrito”, para aseverar las ideas, los conceptos base, la bibliografía se pone, en “histórica relación instrumental con el saber”, como brújula de orientación de la cultura, más allá de los horizontes “más angostos y especializados, o meramente profesionales” de la “abstracta” bibliografía bibliológica y de la biblioteconomía. (Pensato, 1994, p. 29).

Uma importante contribuição para a reflexão a respeito da Bibliografia, pode ser encontrada na obra de Charles-Victor Langlois, que a dividia a partir de dois sentidos primordiais: amplo e estrito. No primeiro caso, comportando-se como uma metadisciplina e, no segundo, quando ocupa-se de tarefas como os repertórios – Araujo (2018) apresenta esta concepção em sua tese, e alude à recuperação da abordagem por autores como Rudolf Blum e Andrea Capaccioni². A fim de adentrar as discussões teóricas e epistemológicas que fundamentam a constituição deste campo ao longo dos últimos séculos, procederemos a uma breve incursão que pretende observar alguns aspectos do desenvolvimento histórico do conceito e da

² Andrea Capaccioni apresentou na quarta edição do Seminário Internacional A Arte da Bibliografia uma palestra intitulada “Em sentido amplo e em sentido estrito... Dinâmica epistemológica entre Bibliografia e Biblioteconomia”. Disponível em: <https://www.ecceliber.org/single-post/2017/10/25/em-sentido-amplo-e-em-sentido-estrito-r-blum-din%C3%A2mica-epistemol%C3%B3gica-entre-bibliografia-e>.

prática da bibliografia.

3.1 O TERMO E A PRÁTICA: ALGUNS ELEMENTOS DE HISTÓRIA DA BIBLIOGRAFIA

A bibliografia foi a primeira a colocar para o livro o problema da totalidade, superando assim a biblioteca que, em estágio precedente, tinha colocado o problema da coleção. A bibliografia introduziu assim em toda a documentação o espírito universal e enciclopédico que a conduz e a transforma neste momento. Esse espírito, superando a própria documentação, penetra por sua vez completamente na organização do trabalho. (Otlet, 2018, p. 452).

Moreiro González (2002) argumenta que desde a antiguidade e do medievo, a humanidade ocupou-se da criação de documentos, mas com uma baixa produção que não exigia um esforço e dedicação tão demarcados para conhecer o montante do que se havia publicado que, quando havia, constituíam exceções. Contudo, a formação de bibliotecas e o desenvolvimento de sistemas de classificação e catalogação que se desenvolvia nestes ambientes podem ser observados como embriões da bibliografia, desde os intentos de organização de depósitos de livros na antiguidade, ou no cultivo e preservação de determinados clássicos literários durante o medievo (Moreiro González, 2002).

Ao tratar dos antecedentes do desenvolvimento do conceito de bibliografia, Torres Ramírez (1996) defende que não se pode datar o surgimento desta prática com o surgimento da imprensa, existindo uma produção anterior a ela que deve ser considerada. Nesse sentido, desenvolve argumento semelhante ao de Moreiro González (2002), e aponta que os livros manuscritos eram poucos e não constituíam um objeto disposto ao surgimento de prática tal qual a bibliografia, salientando que a preocupação dos sujeitos não residia em criar instrumentos de controle informacional, e sim criar os próprios documentos. Vale destacar neste momento, que esta posição, defendida por autores como Moreiro González (2002) e Torres Ramírez (1996) não constitui absoluto consenso na literatura. Autores como André Araujo (2018), apesar de concordarem com a identificação da maturidade e formalização da Bibliografia enquanto uma disciplina séculos mais tarde, identificam a presença de equivalências a bibliografias já em Calímaco, bem como a presença do substrato teórico do campo em Conrad Gesner.

Para Torres Ramírez (1996), apesar de ser possível falar da bibliografia já constituída no século XVI, só seria possível observá-la como um conceito em

formação e disciplina constituída quando se inicia o processo de reflexão a respeito da prática, principalmente a partir do século XVIII. Nos séculos XVI e XVII para a autora, pode-se observar já incubadas todas as técnicas que se desenvolveram posteriormente, como “[...] *repertorios generales y especializados, universales y nacionales, podemos también encontrar bibliografías alfabéticas y sistemáticas, descriptivas y críticas.*” (Torres Ramírez, 1996, p. 41). Um traço das primeiras bibliografias seria o centramento na figura das autorias, e não nas obras em si - uma proximidade maior com o sentido de “historiadores da cultura”, do que bibliógrafos em sentido estrito. Otlet (2018, p. 450) argumenta que

Houve, desde a alta Antiguidade, listas de conteúdos de bibliotecas e narrativas que falavam de livros. Antes da imprensa, as obras são designadas pelas primeiras palavras do texto. Só mais tarde é dada importância ao nome do autor; começa-se, mesmo na ordem alfabética, a considerar somente o prenome.

A relação entre os catálogos de livros e as bibliografias é também importante - Otlet (2018) estabelece paralelos nesse sentido. Torres Ramírez (1996) apresenta ressalvas que frisam a necessidade de distinguir as bibliografias dos primeiros catálogos de livros das bibliografias que, por mais que tenham sido inclusive fonte de consulta para bibliógrafos, consistiam mais em listas de colecionadores e livreiros, com objetivos distintos. Nesse sentido, a autora argumenta que a produção das bibliografias nos séculos XVI e XVII não reflete ativamente sobre o fazer bibliográfico (Torres Ramírez, 1996).

Araujo (2018, p. 35), contudo, equipara o trabalho desenvolvido por Calímaco nas Pinakes à produção de bibliografias, já que “[...] considera o aspecto intelectual e o conteúdo formal dos documentos”, operando em categorias como retórica, epopéia ou poesia, por exemplo - além de lidar com conteúdo das obras e com a estrutura da biblioteca. Ainda, Crippa (2015) remete-se a Casiodoro para pensar questões da bibliografia, possibilitando compreender contribuições distantes como a do romano num sentido distinto do proposto por Torres Ramírez (1996, p. 40), para quem “[...] *estos precedentes, además de ser escasos, tienen poca importancia para el establecimiento del concepto de Bibliografía que es lo que perseguimos aquí*”. Araujo (2018) também entende que Cassiodoro constituiu uma bibliografia em sua produção, haja vista que elaborou listas de recomendações de obras a partir de definições e pressupostos elaborados como necessidades. Retomando o processo no sentido de maior elaboração da prática, compreende-se que “[...] a organização e

representação dos saberes já estava presente desde o mundo antigo e medieval, mas é na formação da Europa Moderna que se formula uma sistemática bibliográfica.” (Araujo, 2018, p. 36).

Essa sistemática bibliográfica deve ser compreendida como um marco importante, já que sinaliza um momento onde se passa a refletir mais ativamente a respeito da prática desenvolvida e empreendendo esforços não apenas na confecção de produtos, mas também para a análise e elaboração em torno dos motivos e do como se confeccionam estes produtos. Araujo (2018) identifica na obra de Conrad Gesner a solidificação dessa sistemática, sublinhando que apesar de não consistir em um manual propriamente dito, torna-se referência incontornável para concepção e elaboração de bibliografias, com elementos nevrálgicos da metodologia e da técnica para o campo, apoiando-se em Serrai para argumentar que é apenas em período posterior à *Bibliotheca Universalis* que opera-se uma divisão que consolida um determinado sentido estrito da bibliografia, ligado à descrição e enumeração de obras, recalcando a segundo plano o caráter enciclopédico da mesma que até então se destacava, já que

Com Gesner, confirma-se e assume-se a natureza da Bibliografia: disciplina que não se restringe à repertorição de documentos, posto que contribui para esquematização destes, ao formular verdadeiros mapas documentários e do conhecimento. (Araujo, 2018, p. 154).

Pensato (1994) também localiza em Gesner o problema do desenvolvimento metodológico para a bibliografia, a partir das normas e indicações teóricas e práticas presentes nas *Pandette*. Nesse sentido,

El conocimiento teórico y metodológico que se encuentra en un gran polígrafo-sabio-bibliógrafo-humanista como Conrad Gesner debería convencer a algunos de que el problema del orden y de la racionalización en bibliografía es, en definitiva, el problema de su significado cultural y de su fin último: el ordenar la producción de literatura por categorías constantes, reconocibles, científica y culturalmente relevantes y funcionales para la investigación, con fines de información, hallazgo y orientación. (Pensato, 1994, p. 13).

Os séculos XVI e XVII foram imbuídos no espírito de desenvolvimento das ciências, animado pelo ambiente de Kepler, Galileu e Newton, inicialmente marcado pela especialização da produção bibliográfica, justamente pela associação aos sujeitos de ciência, e caminhando ao longo do tempo para a tendência do universalismo (Torres Ramírez, 1996). O espírito científico do tempo, marcado profundamente pelas tendências do humanismo (Alfaro López, 2012) embalou o

desenvolvimento da prática bibliográfica e a produção de bibliografias. Esta questão, conforme veremos à frente, também movimentou o desenvolvimento dos museus e a produção de coleções museológicas.

No século XVIII, marcado pelas revoluções burguesas e pelo ideário iluminista, onde os dicionários e enciclopédias são prerrogativas e os periódicos passam a abundar, as bibliografias afastam-se de desempenhar mais dedicadamente o controle da produção localizada no passado, para observar e realizar um controle cada vez mais atualizado e dedicado ao presente da produção literária. É também nesta altura que, cada vez mais, as figuras doutas dão lugar aos livreiros, com sua atenção às especificidades comerciais e valorativas dos livros - inclusive, bibliógrafo é um termo que também se referia àqueles que compunham à mão catálogos de venda (Torres Ramírez, 1996; Balsamo, 1990).

De maneira a demonstrar a força da História sobre a prática bibliográfica, é interessante observar que durante a Revolução Francesa

Inmediatamente se creó un programa de catalogación colectiva unificada. A tal empresa se llama <<bibliografía>>. Pero, pese a los esfuerzos, la tarea no avanza como se esperaba, porque no existe un número suficiente de personas con una cualificación técnica en este campo. Es necesario, pues, formarlas y se pone manos a la obra. En este clima convencido de la importancia de la formación en materia <<de bibliografía>> hay que inscribir una circular de 1798, en la que el Ministro del Interior del Directorio invitaba a los bibliotecarios de la Escuela Central a organizar cursos intensivos de Bibliografía que <<adiestraran a los jóvenes en el conocimiento de los libros, para proporcionarles un hilo que los guiase en el laberinto docto de las grandes bibliotecas>>. (Torres Ramírez, 1996, p. 65).

Ao longo do século XIX desenvolve-se a produção de toda uma sorte de tratados que ocupam-se da bibliografia. Contudo, estas publicações direcionam-se para abordagens diversas, que vão desde uma aproximação de objetos por outros autores entendidos como tradicionalmente ligados à bibliologia - quais sejam, aspectos gerais a respeito do livro enquanto objeto - ou mesmo à gerência e funcionamento de bibliotecas (Torres Ramírez, 1996; Balsamo, 1990). Uma maior depuração do conceito e o surgimento de elaborações que concentram a noção de bibliografia nos repertórios, não impede que sigam se desenvolvendo associações com a bibliologia e a biblioteconomia, como uma ampla ciência do livro. O nacionalismo do século XIX - em contraposição ao universalismo do XVIII - resulta numa produção cada vez maior de bibliografias nacionais, tanto correntes como retrospectivas. A definição que se estabiliza da bibliografia europeia-continental é,

segundo Torres Ramírez (1996), o conhecimento através de repertórios das produções do espírito.

*

A origem etimológica do termo “bibliografia” remete à união de formas gregas equivalentes a “livro” e “escrever”, assimilando-se de maneira geral à ideia de escrever livros à mão, tarefa associada aos copistas (Pensato, 1994; Torres Ramírez, 1996; McKenzie, 2018; Araujo, 2018). A origem do termo em si, não remete diretamente aos sentidos que a ele atribuímos, bem como seus objetos e funções. Apesar do equivalente grego a “grafia” associar-se também a práticas de descrição, e não apenas de escrita, o termo utilizado pela população helênica para designar a atividade de descrição de livros e equivalentes, não era a junção de “livro” e “grafia” - contudo, Torres Ramírez (1996) argumenta que os sentidos que neste termo identificamos, se contém nele enquanto potencial, não restando dúvidas de que a origem da palavra se dá na língua grega, com a significação construída nas línguas modernas desenvolvendo-se principalmente a partir da modernidade (Torres Ramírez, 1996; Reyes Gómez, 2010; Araujo, 2018).

De acordo com Torres Ramírez (1996), é a partir de Gabriel Naudé com sua *Bibliographia politica* publicada em 1633, que o termo passa a ser empregado com o sentido antes desempenhado por *bibliotheca*, ou seja, uma lista de livros ou repertórios. O emprego de *bibliographia* em detrimento de *bibliotheca* se deu no sentido de esquivar-se da confusão advinda do emprego do último para uma listagem de livros, quando se pretende nomear um determinado conjunto (Torres Ramírez, 1996). Entre os anos de 1645 e 1654, Louis Jacob de Saint Charles, seguidor de Gabriel Naudé, publica dois exemplos do que seriam bibliografias nacionais, reunindo materiais publicados nos anos que o circundavam, a *Bibliographia parisina* e a *Bibliographia gallica* - que diferiam do material de Naudé, já que não ocupavam-se apenas de comentar autores e obras de determinado tema, mas detinham uma função explicitamente repertorial (Torres Ramírez, 1996).

O termo é identificado no século XVIII também como um equivalente para o conhecimento de manuscritos antigos - tanto em publicações diversas, como na própria enciclopédia de Diderot e D'Alembert -, sendo o bibliógrafo a figura que os interpretava (Torres Ramírez, 1996). De acordo com a autora supracitada, é com Michel Denis em 1774, em seu *Gründriss der Bibliographie* que primeiro se utiliza o

termo aqui tratado para tratar uma ciência do livro - abordagem que seguirá e que se mobilizava para tratar da arte tipográfica ou do próprio estudo dos livros, difundindo a perspectiva de uma ciência do livro ao longo do século XIX.

Diversas obras surgem em torno da ideia de uma bibliografia, ocupando-se de temas diversos como história tipográfica e história da impressão, normas de catalogação e sistemas classificatórios, conservação de materiais, ou mesmo funções do profissional bibliotecário. Estes interesses diversos alocados junto à ideia de bibliografia, são objeto posteriormente de propostas como as próprias bibliologia e documentação, além de poderem ser associadas a disciplinas e práticas diversas que hoje conhecemos, como a biblioteconomia, a paleografia, a história cultural do livro, ou mesmo a crítica literária, por exemplo (Torres Ramírez, 1996; Reyes Gómez, 2010; McKenzie, 2018).

Retomando y profundizando una idea de clara raigambre peignetiana, Charles Mortet, primer titular de la Cátedra de Bibliografía en l'École des Chartes y archivero, paleógrafo y bibliotecario de prestigio, dio a la palabra bibliografía en 1897 un significado más acrisolado, al definirla de forma precisa como <<EL ESTUDIO DE LOS REPERTORIOS en los que son descritos y classificados los libros, repertorios a los que es preciso recurrir, tanto para identificar los libros como para informarse acerca de lo que se ha publicado sobre un determinado tema>>. (Torres Ramírez, 1996, p. 24).

Há na literatura, determinada intenção de atribuir à bibliografia um caráter subordinado à documentação e, nesse sentido, diz García Morales (1958, p. 20 *apud* Reyes Gómez, 2010, p. 81) que “[...] *es curioso que la Documentación, que fue en un principio una parte de la Bibliografía, ha asimilado y rebasado esta ciencia hasta convertirla en una rama suya*”. Torres Ramírez (1996) sustenta que a relação entre bibliografia e documentação envolve o desenvolvimento de práticas surgidas na primeira pela segunda, onde mesmo com diferenças substanciais, pode-se observar a resposta a uma mesma exigência da cultura, a partir de determinado espírito universalizante e enciclopédico. Ocupando-se de um mesmo problema informacional, a documentação dedicaria-se a suportes mais diversos e a demandas mais individualizadas de acesso, muito ligadas a técnicos e especialistas (Balsamo, 1990; Torres Ramírez, 1996).

A assunção da noção de bibliologia desenvolvida por Peignot como uma espécie de ciência do livro, leva determinados autores e publicações a compreender e definir a bibliografia como uma parte da bibliologia que se preocupa com a busca e tratamento em repertórios de documentos impressos, com algumas tendências

desenvolvendo o procedimento acima referido e a “substituindo” pela documentação, ou alocando-a enquanto subordinada à mesma (Torres Ramírez, 1996; Saldanha; Couzinet, 2018). Importa destacar que esta substituição ou “obsolescência” da bibliografia frente a novas formas e técnicas é criticada por estudos recentes, conforme trataremos à frente – no momento, vale mencionar que autores como Balsamo (1990, p. 3) sustentam que a bibliografia é uma atividade “[...] *which has recently been joined, but not replaced, by documentation*”.

Estas concatenações e sistematizações não significam que as maneiras de se referir à prática de listar obras ou comentá-las tenha a um só tempo assumido determinado termo designador. Pelo contrário, coetaneamente aplicava-se o termo *bibliotheca* para designar listas, ou nomes como paleografia e diplomática para a abordagem a manuscritos antigos. Tampouco pode-se dizer que observamos uma sucessão de elaborações conceituais que levam a determinada pacificação; os sentidos de lista de livros, ciência dos livros, ciência da elaboração de repertórios, ou mesmo de subordinação à documentação, seguem existindo contemporaneamente e de maneira simultânea (Torres Ramírez, 1996).

Ao longo do século XX, Torres Ramírez (1996) argumenta estabelecer-se certa consolidação de metodologia e objeto, com trabalho cooperativo, periódico e especializado, marcado pela integração tecnológica principalmente a partir da década de 1960, com o abandono da tentativa de uma bibliografia geral universal, cuja última empreitada fora protagonizada por Otlet e La Fontaine.

Neste longo percurso de desenvolvimento de um campo e de disputas em torno de um conceito, observamos o problema colocado por Fernandes (1995) e apresentado na primeira seção do presente trabalho, onde compreende-se que a natureza fragmentária da consolidação da modernidade demanda esforços de “religação” de saberes em meio a uma profusão de documentos e registros.

Para Krummel (1993, p. 18), não vivemos uma época particular no sentido de que no passado não se produzisse uma proporção grande de registros, mas “*El afortunado lector de hoy tiene indudablemente una selección mejor que cualquiera en el pasado y necesita más que nunca que se le encamine en la dirección correcta*”, demandando cada vez mais necessidade de controle do mundo do conhecimento em expansão.

3.2 O QUE FAZ A BIBLIOGRAFIA? ELEMENTOS A RESPEITO DE SUA CONSTITUIÇÃO DISCIPLINAR

A elaboração de bibliografias atende a necessidades incontornáveis de disciplinas específicas, áreas do conhecimento e mesmo sujeitos individualmente. Tal tarefa demanda toda uma sorte de conhecimentos e competências elaboradas, além do aprofundamento do conhecimento das matérias de que se ocupa. Krummel (1993) destaca que é necessário incluir tudo o que se sabe sobre o tema dentro de uma comunidade especialista, alguns elementos talvez desconhecidos por alguns deles, e tudo o que deve estar no radar de conhecimento de um iniciante - tudo de maneira acessível e coerente com o público de destino, com índices de complemento e demais mecanismos facilitadores, além de um ensaio que introduza a serventia e modo de uso da bibliografia em questão.

Egan e Shera (1952) argumentam que a relação de conhecimento do indivíduo com o meio em que vive é possibilitada por instrumentos desenvolvidos pela humanidade para a comunicação, que permitem e oportunizam a relação com o que está além do alcance do indivíduo, construindo sínteses intelectuais a respeito de seu entorno no mundo. A coordenação de conhecimento que, na proposta dos autores supracitados compreende a ultrapassagem do conhecimento e ação individuais, reforça a ideia de que as bibliografias enquanto instrumentos operam uma poderosa função de mediação, síntese e transmissão da cultura - materializada em comunicação gráfica e, na concepção de Egan e Shera (1952), caminhando no sentido de uma Epistemologia Social.

Entre las motivaciones aduzidas por Gesner encontramos en primer lugar la voluntad-necesidade de transmitir a las generaciones venideras la memoria de los buenos libros, amenazados por las destrucciones causadas por los hombres (menciona las grandes catástrofes bibliotecarias de la antigüedad y de tiempos más recientes, Alejandría, Bizancio, Buda...), por la carcoma y por el ambiente ("partim ipsa vetusta tineis ac situ corrupti"), pero también por la pasajera gloria del mundo literario, que consiente y anima a que se vuelvan a publicar más y más veces obras de escasa importancia y condena al olvido muchos libros buenos, que desaparecen apenas impresos y no se vuelven a ver más. (Pensato, 1994, p. 12).

Otlet (2018) define em seu Tratado de Documentação a Bibliografia como um inventário descritivo de obras publicadas, sem relação de dependência com a localização física dos itens arrolados, em quaisquer coleções ou bibliotecas. Esta

caracterização, além de garantir informações sobre livros - ocupando um papel mediador entre os materiais bibliográficos e os leitores -, constituiria a base do projeto da documentação encabeçado pelo autor.

Otlet (2018) destaca, então, algumas modalidades de bibliografias: desenvolvidas em caráter pessoal e de maneira particular, dirigidas por órgãos oficiais, manuscritas e impressas (Otlet, 2018). A função cumprida por estes inventários desempenharia, segundo Otlet (2018), uma série de funções. Em primeiro lugar, o registro e inventário da produção intelectual humana, seguido pela produção de um catálogo e um guia para interessados, onde reside a possibilidade de ter clareza do estado da produção de estudos sobre questões em específico - bem como da anterioridade de determinados estudos em relação a outros -, observar o desenvolvimento histórico de problemas do pensamento e da ciência, acompanhar e comparar a produção de obras, além de permitir a valoração de coleções contemporâneas. Com estes atributos, as bibliografias constituem para Otlet (2018) material indispensável para elaboração de teses ou consultas profissionais, por exemplo.

No sentido exposto, as bibliografias constituem-se em instrumentos incontornáveis para o controle da produção bibliográfica humana - nas suas mais variadas vertentes, da religião à ciência, da técnica à filosofia, ou da arte aos esportes. Controle tanto no sentido de clareza a respeito da natureza do que se produz e discute, quanto necessariamente ao tratamento e destinação classificatória destes materiais - seja por tipologia, como entre livros, jornais e revistas, seja por vinculação disciplinar, temática ou qualidade.

Significado e grau do termo bibliografia. No primeiro grau, a bibliografia é o registro tão exato e tão completo quanto possível de um escrito, a partir do momento em que esse escrito veio a existir, embora nem sempre seja possível obtê-lo, como, por exemplo, no caso de um livro representado por um único exemplar, um livro destruído, etc. A descrição tem a forma de um registro bibliográfico. No segundo grau, a bibliografia é a reunião e apresentação de registros bibliográficos de escritos que se enquadrem em certas condições de fundo, forma ou autor, determinadas pelo objeto da bibliografia e cujos registros apresentem certa uniformidade, de modo que possam ser vistos como unidades de um conjunto. Utilizando as coleções e outras fontes de informações bibliográficas é que se faz bibliografia na prática. (Otlet, 2018, p. 448).

A relação entre bibliografia e catálogo que aparece de maneira implícita em alguns momentos no Tratado de Documentação torna-se evidente quando o autor

estabelece esta vinculação de maneira direta, argumentando que bibliografia é parte da catalografia (Otlet, 2018). De acordo com o documentalista belga (Otlet, 2018, p. 449), “A catalografia geral pode ser definida como inventário, levantamento, lista, catálogo ou cadastro, tendo em vista conhecer a consistência dos conjuntos de todas as coisas”, incluindo neste bojo “[...] documentos, seres, fenômenos, acontecimentos e fatos” e ressaltando que um catálogo pode assumir diversas características, com detalhamento em níveis diversos, possuindo maior ou menor objetividade e agregando níveis diferentes de subjetividade, com avaliações por exemplo. Conforme exploramos ao longo do presente capítulo, a alocação da bibliografia em determinada relação particular com outras áreas do saber ligadas ao livro e ao documento varia conforme a tradição da autoria que trabalha a questão (Torres Ramírez, 1996; Pensato, 1994; Reyes Gómez, 2010; Krummel, 1993). No caso, a associação da bibliografia à catalografia e à produção de catálogos de maneira ampla, é uma das acepções possíveis do termo enquanto ligado à produção de repertórios, vinculado a uma rama específica do trabalho documental. Desta maneira, é possível recordar as proposições de Briet (2016), por exemplo, para identificar na associação de Otlet (2018) uma equivalência a partir da produção de documentação secundária ou, em outras palavras, metadocumentos (Lara, 2010). O fundamental, nesse sentido, é observar o encadeamento de procedimentos ordenadores e classificatórios a partir de fontes documentais durante a realização e cristalização destes produtos documentários.

A organização pode ser na forma de conjuntos mais ou menos universais, suscitando várias possibilidades de *ordenação* segundo distintas características, de modo a facilitar a pesquisa das coisas, e permitir a identificação dessa coisa, ou seja, a confirmação de uma relação entre cada um dos exemplares ou indivíduos e toda a classe descrita no catálogo. (Otlet, 2018, p. 449, grifo nosso).

Produzir bibliografias exige um conhecimento profundo das matérias em questão. Não se trata de uma simples tarefa enumerativa, despida de um sentido intelectual profundo. É necessário conhecimento a respeito do objeto sobre o qual se debruça, e sobre as técnicas e maneiras de realizar a construção de repertórios, cobrindo a maior parte possível da literatura produzida (Pensato, 1994). No caso de trabalhos que procurem elencar a produção de determinada nação ou temática, é necessário esgotar as possibilidades materiais. No caso de operações que impliquem seleções e guias, é necessário conhecer o peso e a posição de cada contribuição.

Um aspecto importante a que retornaremos ao longo da presente seção, é uma das funções cumpridas por este tipo de item em relação aos objetos que procuram inventariar, descrever e organizar. Otlet (2018) refere-se ao catálogo - e por conseguinte à bibliografia, que considera uma particularização daquele - como uma espécie de substituto daquilo que não se possui, seja pelo tamanho, dificuldade de conservação, ou pela impossibilidade de determinado item figurar em diferentes espaços simultaneamente. Nesse sentido, importa destacar que a função de sucedâneo operada em determinada prática de documentação que produz uma bibliografia ou outra sorte de catálogo, configura um produto novo em relação àquilo que mobiliza enquanto documento. Esta operação exploramos em algum grau na seção anterior, ao discutir o conceito de documento (Lara, 2010; Lara; Ortega, 2012; Ortega; Saldanha, 2019; Zammataro; Albuquerque, 2021; Le Goff, 2013), e a ela retornaremos na sequência. O próprio Otlet (2018) sinaliza a operação classificatória empreendida na catalografia, com distinções em classes e tipos. Ainda a respeito da relação com o catalografia, uma distinção estabelecida pelo autor entre bibliografia e catálogo estaria na abrangência destas ferramentas, com a primeira sendo mais extensa e detalhista (por vezes dispensando a consulta do material descrito e comentado) e o segundo centrando-se apenas em objetos específicos de determinada coleção. A bibliografia é entendida pelo autor, como um catálogo de livros em sua maior extensão (Otlet, 2018).

A bibliografia em relação às ampliações de seu escopo é abordada por Otlet (2018) no sentido de publicações em revistas, excertos de obras e textos específicos, notas a respeito de conteúdo e apresentação dos registros por elementos como local de publicação, assunto, ordenação alfabética ou idioma. Quanto à diversidade de possibilidades concretas para as bibliografias, Otlet (2018) elenca seis tipos. Em primeiro lugar, as bibliografias nacionais, de caráter retrospectivo ou corrente; depois, as bibliografias especializadas, particulares a cada ramo científico, podendo cobrir materiais nacionais ou internacionais, tanto em perspectiva corrente como retrospectiva; as bibliografias ditas universais carregam a expectativa de arrolar os materiais explorados por bibliografias específicas - a exemplo do Repertório Bibliográfico Universal; as bibliografias analíticas e críticas referem-se a balanços realizados a respeito tanto de disciplinas específicas, como da literatura geral, abordando conteúdo e analisando relevância dos materiais, em contraposição aos trabalhos que apenas elencam títulos publicados; as bibliografias seletivas são

realizadas a partir de critérios estabelecidos, como o de instituições com seus acervos; por fim, as bibliografias comerciais são produzidas por livreiros e editores, seja em catálogos para livrarias, editoras, leilões, ou alfarrabistas, por exemplo. Há ainda as bibliografias de bibliografias, cujo primeiro exemplar foi publicado pelo jesuíta Philippe Labbé, a *Bibliotheca bibliothecarum* de 1664 (Torres Ramírez, 1996), demonstrando a abundância que iniciava-se a desenvolver na produção documental de controle bibliográfico.

A bibliografia jamais é terminada: ela deve continuar. 1° Devido à incessante publicação de novos livros e documentos. 2° Porque o trabalho que foi feito não o foi em condições satisfatórias. 3° Porque estamos sempre preocupados em refazer bibliografias diferenciando-as por causa do campo abrangido, do público-alvo, da extensão, do tipo de ordenação. Para facilitar esse imenso trabalho, evitar os recomeços; começamos a introduzir a cooperação, a divisão das operações do trabalho, a concentração dos produtos do trabalho. (Otlet, 2018, p. 450).

Torres Ramírez (1996) concorda com Pensato (1994) ao afirmar que os múltiplos sentidos atribuídos à bibliografia não se referem especificamente à expressão, mas sim ao objeto a que esta disciplina se dedica. Este objeto seria o livro, tanto como suporte físico de signos, como veículo e memória de informações e ideais. No mesmo sentido, o livro pode ser utilizado em dupla função: tanto no uso de seu conteúdo, como de sua fisicalidade - na ironia de Greg, como suporte de ideias ou para se atirar a uma cabeça (Torres Ramírez, 1996; Pensato, 1994). O termo que guarda desde a ambiguidade de seu próprio objeto, é operado como conceito para a corporificação tanto da disciplina de tratamento de repertórios, quanto da prática de elaborá-los e dos produtos desta atividade, procedimentos e resultados (Torres Ramírez, 1996).

Mesmo no presente, são observadas pela literatura diferenças na constituição da bibliografia em diferentes tradições, com maior ou menor dedicação à reflexão teórica, por exemplo (Capaccioni, 2008). De maneira geral, a literatura costuma dividir duas tendências amplas de reflexão a respeito da bibliografia - a europeia continental e a anglosaxã. Não são incomuns as abordagens continentais que liguem a bibliografia a instrumentos de informação a respeito da produção literária, enquanto leguem o estudo do livro e de seu desenvolvimento histórico à bibliologia (Pensato, 1994). Para Torres Ramírez (1996), na tradição anglosaxã, Bibliografia é um sinônimo para Bibliologia, constituindo uma ciência que observa globalmente o livro, sob diversos aspectos: histórico, descritivo, analítico, crítico, calalográfico etc.

O filão conhecido como “continental” compreende a bibliografia em sentido mais estrito, atrelada aos repertórios bibliográficos e a teoria que subjaz a esta atividade, envolvendo resumos, descrição e ordenação, por vezes utilizando a ideia de ciência dos repertórios (Torres Ramírez, 1996; Reyes Gómez, 2010). Em geral, costuma-se vincular a tradição italiana à ideia de uma bibliografia ligada mais estritamente à proposta continental (Torres Ramírez, 1996), sendo fundamental destacar a associação de alguns autores a aspectos compartilhados da leitura anglosaxã, como no caso de Serrai (Reyes Gómez, 2010). A tendência anglosaxã propõe a cobertura de todo o campo da ciência dos livros enquanto entidades físicas, envolvendo história, formas, materiais e métodos de fabricação, descrição e compilação - em suma, estudo dos livros enquanto objetos tangíveis. Nesse sentido, poderia-se falar de subdivisões como bibliografia sistemática (ligada à compilação) e bibliografia crítica (ou analítica, histórica), envolvendo análise e descrição dos livros. (Torres Ramírez, 1996; Reyes Gómez, 2010).

A tradição anglosaxã se divide em algumas abordagens que merecem destaque, e que exploramos a partir de Reyes Gómez (2010). Primeiramente, a abordagem sistemática é a mais próxima da tradição continental, ocupando-se principalmente da elaboração de repertórios. A vertente analítica ocupa-se do livro enquanto objeto material, analisando-o e descrevendo-o (processo que pode ser entendido como uma subdivisão numa vertente descritiva) com atenção a detalhes e minúcias de sua fisicalidade. A textual, que ocupa-se da história de edições e versões de um determinado texto e sua crítica no universo literário, observando alterações, transformações, ou transmissão ao longo do tempo. A bibliografia histórica seria a que se dedica a estudar os métodos de produção de livros, envolvendo suporte, impressão, encadernação e demais elementos de sua constituição, com dedicada atenção à história da impressão. Reyes Gómez (2010) ainda se refere à sociologia dos textos como uma abordagem particular da bibliografia, estudando as formas registradas em sua produção e recepção. A abordagem de McKenzie (2018), que fundamenta o argumento da bibliografia como uma sociologia dos textos, retomaremos à frente, importando mencionar neste momento que o autor não defende necessariamente a adoção de uma nova terminologia para a disciplina.

Uma questão importante destacada por Pensato (1994), é que as diversas classes de trabalho bibliográfico têm base e interesse comuns, com diferentes abordagens ocupando-se umas das outras, em razão da constituição do objeto de

estudo e prática concentrar-se no livro - nesse sentido, o autor argumenta que mais interessante do que demarcar um terreno de atuação e defender determinada tendência, é importante pensar abordagens integradoras no campo teórico, para robustecer a prática bibliográfica.

Alfredo Serrai é mencionado pela literatura como um dos mais destacados debatedores da reorganização epistemológica da bibliografia, para quem é necessário relacioná-la necessariamente como o livro, suas características físicas, condições de sua publicação, gênero de discurso, conteúdo semântico, e o agrupamento de outros livros a partir de questões a eles intrínsecas ou outras intenções (Pensato, 1994; Torres Ramírez, 1996). Nesse sentido, a bibliografia deveria ser entendida como uma espécie de ciência do livro, dividida em três especificações: 1) bibliografia descritiva-analítica-crítica, também chamada de bibliologia; 2) bibliografia histórica; e 3) bibliografia catalográfica. A bibliografia assim entendida ocupa-se tanto do livro enquanto objeto material, quanto intelectual (Pensato, 1994; Torres Ramírez, 1996). É interessante destacar que, apesar da alternativa apontada de nomeação da primeira especificação enquanto bibliologia, Serrai aproxima-se da corrente anglosaxã ao definir a bibliografia enquanto uma ciência do livro, seja no sentido material, seja no intelectual (Reyes Gómez, 2010).

Se as formulações a respeito da divisão de tipos de bibliografias (quando tratamos do objeto produto) ou das diferentes práticas ligadas à bibliografia, discutindo bibliografias gerais ou temáticas, nacionais ou universais, enumerativas ou analíticas, descritivas ou críticas, ou então a bibliografia histórica, prática ou bibliotecária, se ocupa-se da formação de repertórios ou da história do livro, temos no mínimo um substrato comum. Em algumas abordagens, conforme apresentado acima, trata-se do livro; em abordagens mais abertas, do texto em sentido amplo, incluindo imagens ou objetos. A questão que subjaz estas práticas possíveis e os objetos manipuláveis, são as ações empreendidas pelo bibliógrafo sobre o texto.

Observando o conjunto e procurando pontos de contato entre diferentes abordagens, Pensato (1994) afirma que todas as atividades que se ligam ao livro, somente encarnam-se enquanto bibliografia a partir das listas de livros, enquanto publicação, independente da localização dos materiais a que se refere. Nesse sentido, o autor adota uma postura integradora que procura conciliar determinados elementos tradicionalmente ligados à tradição continental, com elementos ligados à escola anglosaxã, no sentido de escapar da disputa entre as duas tradições, integrando

proposições em torno do livro (Pensato, 1994).

La enumeración de ediciones, por ejemplo, puede ser, tanto para la bibliografía material como para la bibliografía enumerativa, idéntico punto de partida y momento conclusivo del trabajo: la simple función primaria de listar documentos individuales, lo que es conocido como bibliografía enumerativa, está, según Stokes, en la base de todos los trabajos bibliográficos, los cuales se concluyen por otra parte, generalmente con nuevas enumeraciones, aunque en la bibliografía material o bibliología, y en la textual, el objetivo final del trabajo puede prescindir del listado y concentrarse en cada documento. (Pensato, 1994, p. 18).

Em relação aos objetos com os quais a bibliografia se relaciona na condição de documento, Reyes Gómez (2010) destaca que para determinadas perspectivas, o conteúdo é mais importante do que a forma de reprodução específica, sinalizando que trabalhos manuscritos podem ser objeto da bibliografia tanto quanto os impressos. Para o autor, retomando a discussão sobre a origem da disciplina, assumir apenas impressos enquanto objeto relevante, é relevar e desconhecer a produção intelectual anterior à imprensa. Além da questão dos manuscritos, a inclusão de outros materiais no universo da bibliografia é objeto da tradição anglosaxã plasmada na chamada bibliografia material. Materiais bibliográficos em geral, a relação entre distintas edições de um determinado texto, bem como documentos diversos que são passíveis de reprodução, incluso documentos que comumente não são associados à ideia de texto (Reyes Gómez, 2010).

A título de exemplo, Robinson (1992, p. 20) assinala que podem figurar como objetos para a bibliografia documentos como

1) libros y folletos impresos; 2) publicaciones periódicas; 3) artículos que hayan aparecido en publicaciones periódicas y otras publicaciones colectivas; 4) manuscrito. Y a éstas pueden añadirse hoy en día: 5) películas, filmstrips, fotografías y programas de televisión en vídeo; 6) discos (discografía) y registros en cinta magnética, y 7) carteles.

Enquanto Krummel (1993, p. 41) refere-se

[...] más ampliamente en términos del llamado libro genérico. Este último incluye no sólo los libros comerciales y otros, sino también material impreso de cualquier clase: folletos, antologías, publicaciones gubernamentales, tesis, informes, actas de conferencias y un amplio abanico de otros tipos, desde revistas eruditas a revistas populares, anuarios, boletines informativos, periódicos, publicaciones seriadas, anuncios y otras cosas semejantes.

Hay un corto paso del libro a otros documentos impresos, talles como los mapas o la música [...] después están los documentos audiovisuales (registros sonoros, diapositivas, películas

cinematográficas y cintas de vídeo y creaciones en soportes múltiples)
[...]

*

Em meio às discussões que debatem o papel da bibliografia em relação ao seu objeto em paralelo com outras disciplinas afeitas ao campo informacional - com as consequências de debates a respeito de sua origem e desenvolvimento, questão que toca diretamente a concepção a respeito do que deve ser a bibliografia, surgem algumas questões de relevo: a bibliografia se mantém atual, ou cedeu lugar a outras práticas, como a documentação? Ela é capaz de relacionar-se com as demandas presentes e com as características tecnológicas de nosso tempo? Estas questões levam a reflexões nodais desenvolvidas pela literatura, que observam para além da forma histórica específica de expressão da bibliografia, os elementos básicos que norteiam sua operação e condicionam sua possibilidade.

[...] há algo em comum – além dos traços específicos de cada um – entre o livro em papel e/ou o file, ou entre a tipografia e a tecnologia digital? Quais relações a Bibliografia mantém com este sistema de dados compartilhados geral e genérico do século XX de livros (e documentário), com a sociedade da informação do século XXI? Como adere a cultura tipográfica a esta chocante revolução que leva à afirmação do digital? E, ainda, como, em alguns casos, se separa dela tomando um rumo que conduz, através de uma fórmula abstrata, a lugares não jurisdicionais? (Caproni, 2018, p. 5-6).

O autor recorda que a bibliografia opera a memorização de textos, transmitindo unidades livrescas e documentárias, simultaneamente transpondo e interpretando a cultura. Apesar de observar transformações significativas na cultura geral, com marcas intensas de uma sociedade visual, baseada em imagens e em dispositivos que operam a partir da projeção, Caproni (2018) fia-se à ideia de que a escrita segue sendo uma forma de preservação e transmissão de ideias mesmo na era do digital.

Porque escrever, ler, buscar, legar, indexar são parte daquele *sapere aude* que Kant convidava a respeitar, de modo que todo achado da inteligência, inclusive aquele do saber escrito, possa transitar para além dos tempos contingentes. (Caproni, 2018, p. 12).

Conforme pudemos observar ao longo da exposição, a maneira como se concebe e interpreta o desenvolvimento de um campo disciplinar, esquadrinha os caminhos de possibilidade para as práticas a ele associadas. Nesse sentido, recordamos Alfaro López (2012) que argumenta que Gesner já pensava a bibliografia como um exercício humanista, uma expressão da natureza humana por meio de um artefato de informação e conhecimento. Uma questão de grande importância que o

autor nos aponta, é que instrumentos como a bibliografia permitem que os livros integrem uma nova estrutura de organização do saber, deixando de ser uma produção esparsa em meio às montanhas de material escrito publicado, em uma espécie de universalismo enciclopédico que possibilita a integração humana:

Cuando cada una de las voces aisladas de los libros se integra a la partitura de la bibliografía pasan a ser acordes de la gran sinfonía de la información y el conocimiento. Lo que de humano se encuentra en potencia en cada libro se realiza en acto humanista en la bibliografía. Acto humanista que por fin acaba consumándose en el espacio público a través de la interacción concreta del yo y el tú. El tránsito que va del libro aislado a la bibliografía es lo que permite contestar la pregunta de cuál es el fundamento humanista de la bibliografía; mientras que el paso de ésta a su circulación pública posibilita responder al cómo es la fundamentación humanista de la bibliografía. (Alfaro López, 2012, p. 134).

Bianchini, Sabba e Sardo (2021) nos recordam de que, mesmo com mudanças de identidade, tecnologia e abordagens, a bibliografia segue ocupando papel de disciplina com objetos, instrumentos e metodologias de trabalho, e meta-disciplina, que trabalha com o desenvolvimento e transformações de outras áreas do conhecimento.

From the organisation of print production in the 16th century to the understanding of the interweaving of textual typologies on the Web, Bibliography has always pursued its fundamental objectives while facing and overcoming numerous difficulties. Throughout its history, it has developed new heuristic interpretations, influenced and conditioned by different historical, geographical, cultural, social, and professional contexts and by the changing systems of organisation and dissemination of knowledge and their technical requirements (related to traditional and new media). (Bianchini; Sabba; Sardo, 2021, p. 140).³

Mesmo com as necessidades de mediar a relação entre toda uma tradição de tratamento do conhecimento com metodologias e ferramentas contemporâneas, negociando as fronteiras de atuação disciplinar, a questão central da reflexão bibliográfica segue em torno de “[...] *identifying, subjecting and indexing recorded knowledge*.” (Bianchini; Sabba; Sardo, 2021, p. 143).

Sabba (2016) argumenta que a bibliografia funciona como uma metaestrutura

³ “Desde a organização da produção impressa no século XVI até a compreensão da inter-relação entre tipologias textuais na Web, a Bibliografia sempre perseguiu seus objetivos fundamentais, enfrentando e superando inúmeras dificuldades. Ao longo de sua história, desenvolveu novas interpretações heurísticas, influenciadas e condicionadas por diferentes contextos históricos, geográficos, culturais, sociais e profissionais, bem como pelos sistemas em transformação de organização e disseminação do conhecimento e suas exigências técnicas (relacionadas aos meios de comunicação tradicionais e aos novos meios).” (Bianchini; Sabba; Sardo, 2021, p. 140, tradução nossa).

que opera produtos produzidos em outras ramas do conhecimento e os devolve de forma organizada, possibilitando recuperação, permanência e fruição. Nesse sentido, ferramentas como índices possibilitam mapeamento e organização do conhecimento, possibilitando pensá-la como uma ciência das comunicações mediadas por índices, ou ainda uma filosofia que permite construir abordagens estruturais e responsáveis em relação ao universo dos documentos, realizando uma função fundamental na manutenção da civilização (Sabba, 2016). Desta maneira, para a autora, a bibliografia é mais atual do que nunca, com princípios incontornáveis para o futuro presentes desde Gesner, como a preocupação em “[...] registrar o patrimônio escrito, classificá-lo, e identificar o que ainda era inédito, portanto ainda não público” (Sabba, 2016, p. 91).

Se podemos pensar e observar a bibliografia a partir de uma perspectiva que compreende a produção e a difusão de documentos que registram, organizam e representam a cultura escrita, em formas repertoriais (Araujo, 2018), lidamos com uma disciplina que opera diretamente em atividades de organização e representação do conhecimento por meio de práticas documentárias, no sentido em que discutimos no primeiro capítulo. A bibliografia opera, portanto, a “[...] reconstrução da história biográfica, literária e do livro, juntamente com as investigações relacionadas de natureza linguística, gráfica, iconográfica, tipográfica e bibliológica” (Araujo, 2018, p. 40).

Crippa (2016) mobiliza o conceito de gesto para discutir o gesto bibliográfico, que constitui um conjunto de teorias e práticas em torno da bibliografia, entre o campo da reflexão e da ação – no caso da bibliografia, elaboração de listas, repertórios ou catálogos.

O gesto se define, em um primeiro momento, como o estabelecimento, por parte do bibliógrafo, de sentidos aos dados, orientando-os dentro de um quadro de conhecimentos socialmente compartilhados que ele, na medida em que manipula os registros produzidos, contribui para constituir, desenvolvendo técnicas e selecionando tecnologias. (Crippa, 2016, p. 24).

O gesto bibliográfico não opera, portanto, somente no sentido de manutenção e garantia de permanência para os materiais produzidos pela humanidade, mas principalmente na atribuição de sentido e criação em torno dos repertórios. Seguindo o raciocínio de Crippa (2016), pode-se argumentar que no trabalho com coleta e seleção documental, vinculado à organização da informação, selecionando materiais

úteis em meio à incontabilidade da produção bibliográfica que se desenvolve na modernidade, há uma presença marcada do bibliógrafo enquanto alguém que pesquisa e orienta usuários, produzindo as condições de possibilidade do material que possui como produto.

A configuração da bibliografia enquanto Arte se dá, para Crippa (2016), pela sua vinculação ao fazer – no caso, o fazer ligado à organização do conhecimento em diferentes espaços possíveis -, num sentido artesanal (como a tecelagem ou a navegação, esclarece a autora) onde o bibliógrafo é artífice que molda as maneiras de acessar o conhecimento. “O gesto bibliográfico, nessa dimensão, remete ao desenvolvimento e à capacidade e habilidade no uso de dispositivos para a seleção e organização do conhecimento, dentro de um quadro de racionalidade individual.” (Crippa, 2016, p. 36).

Couzinet (2012) recorda que bibliografias constituem das mais antigas formas de listas, demarcando o “núcleo” fundamental do que caracteriza o trabalho do bibliógrafo. A descoberta de catálogos como os elaborados por Calímaco, fizeram com que a bibliografia fosse percebida para além dos impressos, lançando luz aos materiais manuscritos das mais diversas formas, ligados desde a bibliotecas, museus, ou mesmo locais de comércio (Couzinet, 2012). Uma das dimensões apontadas pela autora que marcam a função da bibliografia, é especialmente significativa para o tema que tratamos: as listas e, no caso, as bibliografias, possuem uma dimensão memorialística significativa, onde desempenham o fundamental papel intermediário que demonstram e tornam disponíveis elementos para a memória – que possibilitam, em alguma medida, o arranjo das heranças do passado nos termos do presente (Couzinet, 2012). “Fabriquer la liste est fabriquer le souvenir, fabriquer la mémoire, exprimer le témoignage. Cependant la liste se fait humble devant les objets qu’elle repertorie [...]” (Couzinet, 2012, p. 146).

É importante observar a potência ferramental para desempenhar tarefas no sentido de uma espécie de arqueologia dos saberes, permitindo aos usuários transitarem por fios que se desenrolam para além do texto em si (Caproni; 2011). Centrando a atenção na capacidade da bibliografia em contribuir com a salvaguarda da memória do saber, observamos um esforço curatorial, como aquele dispendido na confecção de uma exposição que procura ater-se ao fundamental de terminado tema, mobilizando objetos para produzir efeito e sentido, quando “[...] el bibliógrafo diseña los mapas que permiten orientarse en el interior de los territorios del saber pero

También organizar, em la vasta región que acoge los testimonios escritos, los temas y los contenidos registrados em los documentos” (Capaccioni, 2006, p. 22).

Serrai (2010) destaca a articulação da Bibliografia por dois caminhos principais, teóricos e aplicados, plasmados na Bibliografia indicial, e na Bibliografia científico-repertorialística. No primeiro caso, trata-se de aspectos da identificação das obras em suas diferentes edições, bem como seu estudo semântico por meio dos loci e indici. No segundo caso, trata-se do exercício que seleciona e organiza obras de importante contribuição para o progresso do conhecimento – o que lhe dá um caráter metadisciplinar, já que obriga o conhecimento amplo e capaz de identificar testemunhos literários de áreas diversas (Serrai, 2010). Ainda, importa destacar que Serrai (2010) concebe o documento como, além de entidade material, passível de ser observado como um objeto, algo não natural, ocupando a posição de artefato – algo construído por sujeitos com finalidades específicas. A mensagem que é subjacente ao documento, constitui seu caráter de monumento – cujo mapeamento, pesquisa, arquivamento e recuperação, são objeto da bibliografia (Serrai, 2010).

McKenzie (2018) destaca que os livros são sempre produtos da agência humana, constituindo-se em testemunhos valiosos da experiência humana que devem ser recuperados para que se possa compreender a comunicação como uma das questões centrais para a humanidade. Compreendendo a bibliografia de maneira ampla, como uma prática que estuda o livro em diversos sentidos e não exclusivamente a partir da produção repertorial, para McKenzie (2018, p. 23),

[...] no momento em que devemos explicar signos em um livro, diferentemente de descrevê-los ou copiá-los, eles assumem um status simbólico. Se um meio influencia uma mensagem em qualquer sentido, então a bibliografia não pode excluir de suas próprias preocupações a relação entre forma, função e significado simbólico. Se a bibliografia textual fosse apenas icônica, poderia produzir somente fac-similes de diferentes versões. Quanto à análise bibliográfica, essa depende totalmente do conhecimento histórico anterior, pois só pode funcionar "com a assistência de informação previamente adquirida sobre as técnicas da produção de livros.

Nesse sentido, sustenta que a descrição não é suficiente para o trabalho bibliográfico, com a demanda de estudos históricos a respeito da feitura dos materiais que se estuda. Como questões afeitas ao campo da bibliografia, o autor destaca questões de composição, design, transmissão entre produtores, do trabalho bibliotecário, além da recepção dos leitores (McKenzie, 2018). À indagação que pergunta se não seria mais condizente com tais propósitos deixar a bibliografia e

ocupar-se de outra área do conhecimento, McKenzie (2018, p. 24) responde que é “[...] tentador afirmar que toda a bibliografia é, propriamente falando, bibliografia histórica.”.

Em suma, a proposição da ideia de uma sociologia dos textos está posta em contraste com a ideia de que o trabalho bibliográfico deve se confinar à reprodução de marcas em papel, retomando a fisicalidade do livro – ou dos objetos que se tome como material para a bibliografia – como um fator essencial (McKenzie, 2018). “Ao escolher ignorar sua inevitável dependência de estruturas interpretativas, ela obscureceu o papel dos agentes humanos e virtualmente negou a relevância para a bibliografia de qualquer coisa que possamos hoje entender como uma história do livro” (McKenzie, 2018, p. 29). Para o autor, ressaltando o sentido de sociologia dos textos para a Bibliografia (e preservando a palavra e seu uso), não existe fronteira entre esta e a crítica de texto, crítica literária ou história literária.

O enfoque destinado por McKenzie (2018) aos diversos suportes possíveis – expandindo para muito além da forma escrita a noção de texto e os materiais passíveis de serem estudados e repertoriados -, bem como a retomada e abertura para o trabalho multifocal, que persegue o livro desde os elementos de sua produção e circulação, até sua recepção, abre toda sorte de relações possíveis com a reflexão aqui construída a respeito do objeto sobre o qual as disciplinas do campo informacional se debruçam, além da natureza incontornável do trabalho documentário. A noção de gesto exposta por Crippa (2016) retoma como ponto nodal da operação desempenhada no exercício bibliográfico a agência humana entre as dimensões técnicas e tecnológicas historicamente postas do processo, e trabalhos como os de Araujo (2018), Sabba (2016), Bianchini, Sabba e Sardo (2021) ou Alfaro López (2012) nos permitem identificar elementos que atravessam os séculos e permanecem presentes na prática bibliográfica, justamente em decorrência da perenidade do gesto nela envolvido.

Esta prática, marcada pela ação sobre documentos, pode ser compreendida em consonância com a reflexão desempenhada no primeiro capítulo do presente trabalho, que destaca a constituição em monumento dos documentos não apenas em um processo de causalidades históricas, mas também operacionalizado durante as práticas documentárias desempenhadas por profissionais, significativamente na construção de documentos secundários, como é o caso da bibliografia. Com vistas a sintetizar os elementos apresentados neste capítulo, apresentamos na sequência o

Quadro 2:

Quadro 2 – Síntese a respeito do conceito de Bibliografia

BIBLIOGRAFIA				
Produto	Listas e repertórios organizados a partir de princípios variados, que pretendem operacionalizar o controle da produção do conhecimento.	Campo formalizado e caracterizado disciplinarmente na modernidade, vinculado ao estudo do livro e à elaboração de repertórios e mapas do conhecimento, com eco em iniciativas de	Ocupa-se principalmente da elaboração de repertórios, deslocando o estudo de aspectos gerais ligados ao livro para os campos da Bibliologia e da Documentação.	Tradição Continental
Disciplina	Diferentes tradições que se ocupam tanto de aspectos vinculados à elaboração dos repertórios, como do estudo do livro de maneira ampla, divididas principalmente em europeia continental e anglo-saxã.	organização do conhecimento registrado ao longo da história humana. Por meio de procedimentos classificatórios, operacionaliza documentos, produzindo documentos secundários.	Busca a ampliação do escopo de trabalho sob a perspectiva da Bibliografia, incluindo formas documentais amplas, e ocupando-se da fisicalidade do documento, bem como de suas formas de produção e formas de circulação, recepção e transformação.	Tradição Anglo-saxã

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Conforme pode-se observar no quadro acima, a bibliografia é trabalhada enquanto produto – o sentido mais comum, um repertório - e enquanto campo disciplinar, refletindo sobre a prática que conduz aos produtos. Diferentes abordagens ocupam-se tanto da discussão a respeito dos produtos, como do que deve ser o campo da bibliografia – nas abordagens mais ligadas ao pensamento continental, uma área que ocupa-se dedicadamente dos repertórios; nas abordagens ligadas à perspectiva anglo-saxã, uma área que se ocupa amplamente do documento.

Na sequência, passaremos a observar aspectos ligados à Documentação Museológica, para pensar possíveis relações com os objetos e a prática da Bibliografia.

4 BREVES ELEMENTOS DA HISTÓRIA E DO SENTIDO DOS MUSEUS

Na presente seção, autorias como Giovanaz (1999), Marín Torres (2002), Possas (2005), Albuquerque (2012), Poulot (2013) e Soares (2023) aparecem para auxiliar na construção de um percurso de compreensão dos elementos que caracterizam os museus nos marcos contemporâneos, instituições modernas revestidas de certa “aura” ligada à memória e ao passado. Na sequência, produções como as de Camargo-Moro (1986), Ceravolo e Tálamo (2000), Barbuy (2008), Desvallées e Mairesse (2013), Loureiro e Loureiro (2013), Padilha (2014), Albuquerque (2015) e Brulon (2015), pavimentam o caminho para compreendermos as relações entre os museus e o conceito de documento, sua relação com a *musealia*, e as características do que se define como Documentação Museológica. Em consonância com as seções anteriores, novamente recorreremos ao Tratado de Documentação de Paul Otlet (2018), revisitando seus apontamentos no que toca questões ligadas aos museus – as reflexões do documentalista belga em torno de temas que atravessam este trabalho são valiosas não apenas para procurar relações entre produtos como repertórios bibliográficos e catálogos museológicos, ou entre a prática da bibliografia e da documentação em museus, mas principalmente para perceber fios condutores comuns entre práticas de gerência do conhecimento e da informação, bem como suas nuances ao longo do tempo.

*

a) Noé levava na arca o mais lindo museu de história natural que jamais existiu. Alexandre Magno, segundo uma tradição aceita como mais ou menos verdadeira, durante suas expedições militares, reuniu uma grande coleção de animais que serviu a Aristóteles para escrever sua história natural. Alguns acreditam que isso era mais como uma espécie de jardim zoológico. (Otlet, 2018, p. 556).

O trecho acima, escrito por Paul Otlet há 90 anos, demonstra uma das caracterizações hodiernas em torno dos museus: sua constituição em torno da formação de coleções e sua utilidade perante a possibilidade de representação de elementos constitutivos do mundo, seguida pela possibilidade de compreensão do mundo. Nesta observação que generaliza e projeta em passados remotos o conceito de museu, pode-se ler uma questão importante sobre a construção de seu objeto e de seus princípios epistemológicos: reunir um exemplar de cada espécie afim de conhecer, preservar, custodiar e eternizar.

A história dos museus compartilha de uma disputa localizada em um campo teórico e político. Ao mesmo tempo em que a busca pelas raízes das instituições a que chamamos de museus é motivada pela discussão em torno das coleções e da maneira específica de se relacionar com objetos, envolve também o questionamento a respeito da *atemporalização* de um modelo de relação com o passado que o reinventa constantemente ao perseguir a legitimação do presente.

É comum que se busque nas práticas de colecionismo e em figuras como a dos gabinetes de curiosidades o princípio daquilo que configura o museu. Apesar de não haver correspondência imediata entre conceitos como museu ou musealização com coleções em geral, é possível resguardar algumas características específicas do museu enquanto uma figura típica da modernidade, e observar elementos de continuidade e similitude entre estas questões (Marín Torres, 2002) - objetivamente, muitas das coleções dos grandes museus europeus formaram-se a partir de coleções acumuladas pela nobreza e converteram-se em riquezas nacionais (Soares, 2023).

A prática de colecionar envolve a remoção de um determinado objeto de seu uso corrente e do sentido comum que possui no mundo, para desempenhar dentro de determinado conjunto uma função diversa, carregando determinado sentido – dos mais íntimos e pessoais, às aspirações universalizantes de representação do mundo (Giovanaz, 1999; Pomian, 2004; Albuquerque, 2012; Brulon, 2015). A necessidade e capacidade de agrupar objetos, pensar a realidade a partir de coleções de itens diversos, é um dos principais traços observáveis em museus:

A principal atividade que alimenta e conduz a existência de um museu são as coleções. O colecionismo tem um papel fundamental na formação e na condução de um museu, aliás, para manter estas coleções preservadas e organizadas com o objetivo de mostrar ao público, é necessário um lugar onde, além do espaço físico, seja possível o tratamento destes objetos. (Albuquerque, 2012, p. 194).

Ainda a respeito das coleções, importa observar de acordo com Soares (2023, p. 96) que, no caso das coleções que se formavam no seio da nobreza europeia, sua origem

[...] provinha de uma necessidade de se engendrar uma fonte outra de prestígio entre as já existentes. Nelas se via a possibilidade de se projetar um poder intelectual sobre o todo, o macrocosmo, por meio da criação e da posse de um microcosmo do universo. Esta concepção fundadora dos primeiros museus, que possibilitou que fossem colocados em cena estes “teatros do conhecimento”, teve como base um paradigma específico.

Segundo aquele que podemos chamar de um paradigma do conhecimento colecionável, cada pedaço de informação era uma

evidência - isto é, um fato autossustentado - apresentado por meio de uma coisa material.

Os museus que começam a se delinear no sentido a que estamos habituados, com uma configuração moderna, desenham-se a partir do século XVIII. Neles, é possível observar inicialmente uma proposta de compreensão progressiva da história do mundo, com a apresentação de objetos em galerias contínuas. Com o passar dos anos, predomina uma proposta de formação de coleções e exposições de grande inspiração nacionalista e cronológica, o que evidencia o papel dos museus enquanto importantes espaços de construção e consolidação dos projetos nacionais em desenvolvimento na Europa:

A exigência de uma classificação da exposição por época e por nação acabou triunfando aos poucos: em 1765, Mathias Österreich, originário de Dresden, é chamado a Potsdam para classificar a coleção de pinturas de Frederico, o Grande, por escolas históricas (mesmo que Winckelmann tenha reclamado de sua mediocridade); e, no decorrer das décadas seguintes, as principais galerias nobiliárquicas adotaram a mesma classificação. O Museu de Kassel, construído nos anos de 1769-1777 pelo landgrave Frederico II, na Friedrichsplatz, e de natureza enciclopédica, é dedicado à utilidade pública e aberto ao público em horários fixos. (Poulot, 2013, p. 61-2).

Contudo, o que predominava à época ainda era a dificuldade de acesso aos espaços de museus para públicos mais amplos, questão que desenvolveu-se com lentidão e fez com que os principais usufruintes das coleções ainda muito baseadas em objetos considerados raros e exóticos, fossem artistas e especialistas (Poulot, 2013). No século XIX, consolida-se o museu de expressão nacional, promotor de um senso de coletividade onde os itens arrolados e expostos operam a função de representantes e testemunho de determinada cultura, da história de um povo, e oferecem um sentido de pertencimento a uma comunidade que, em última instância, é imaginada (Poulot, 2013; Soares, 2023). Nesse período, solidifica-se a ideia das coleções guardadas por estas instituições como tesouros, depósitos preciosos do conhecimento humano e de um templo que se dedica aos estudos, ao mesmo tempo em que reformulações urbanas como no caso vienense optam por realizar-se em torno do museu - colocando-o em uma posição central e privilegiada no espaço urbano (Poulot, 2013). Estes elementos são significativos, pois demonstram que a consolidação destas instituições, junto às preocupações em torno de suas coleções, não são inocentes aproximações da ideia de conhecer o mundo por meio de fontes privilegiadas - podem até se apresentar desta maneira, com a crença no progresso e

na ciência características do período influenciado pelo espírito iluminista -, mas são fundamentalmente tentativas de consolidar determinada imagem de evolução, progresso e grandiosidade, vinculando-se e diferenciando-se de recortes específicos do passado e do mundo - em determinado momento demarcando figuras heróicas, e em outros confinando determinados objetos à curiosidade e alteridade (Soares, 2023).

O século XX traz, no bojo de seu belicismo e dos conflitos que arrasaram o território europeu, uma ênfase na função pedagógica dos museus, procurando afirmar sentidos do mundo político em suas exposições, colocando em primeiro plano a dimensão educativa do museu enquanto instituição pública (Poulot, 2013). A despeito de avanços tecnológicos, transformações temáticas e mudanças na própria configuração do objeto instrumentalizado nos museus, conforme trataremos à frente, persiste nos dias correntes determinada aproximação realizada por significativa parte dos museus que alude a uma suposta dimensão clássica e antiga destas instituições.

Soares (2023) argumenta que a oposição entre noções como antigo e moderno são aspectos abundantes nos museus, mesmo os que não se configuram explicitamente como museus históricos, em um par que sustenta a ideia de antiguidade como um critério de valor, muitas das vezes associado ao conceito de autenticidade:

No processo de seleção que leva um objeto à coleção do museu, o mais antigo é também o mais conhecido, o mais documentado, o que deixou mais marcas, e, logo, é o mais digno de ser preservado e transmitido. A ancianidade é também um dos principais fatores da raridade, pois os riscos da destruição aumentam com o tempo. (Soares, 2023, p. 52).

Este é um problema importante para compreender a formação e sustentação dos museus no tempo presente, porque a sugestão do clássico, ligado ao antigo e, portanto, legítimo, é muitas das vezes ignorada, e assim passa despercebido um mecanismo de naturalização das opções narrativas - operados pela seleção, formação de coleções, documentação e classificação - adotadas pelas instituições que oculta seu caráter intrinsecamente ideológico (Soares, 2023). Ao abordar o mito das musas como um mito de origem ligado aos museus, Soares (2023) sugere que ocorreu uma espécie de rapto das musas, que universalizou a ideia do museu, despindo-o de sua razão diretamente ligada à afirmação dos Estados Nacionais e suas burguesias ascendentes durante a modernidade.

Nesse sentido, é importante que observemos as relações que se constroem

entre as práticas de colecionismo e a consolidação das formas de pensar e conhecer ao longo do tempo com cautela, compreendendo o universo intelectual e social em que estas propostas se desenvolveram:

Os museus científicos tiveram origem nos gabinetes de curiosidades naturais que nascem junto com as ciências naturais. Os progressos da navegação, as viagens, as descobertas, seguidas pelas grandes conquistas coloniais e, especialmente no século XVIII, a prática de enviar naturalistas em expedições distantes levaram a que fossem reunidas na Europa coleções de quase tudo que vive no globo, animais e plantas. Um longo e laborioso trabalho de descrição e classificação pôs em ordem uma multiplicidade de formas, do que resultou uma série de inventários que ainda nos servem hoje em dia. Para completá-los, outros seguiram os exploradores nas viagens rumo às últimas terras desconhecidas, outros percorreram os mares. Inúmeros amadores coletaram, em diversas regiões, todos os seres que lhes interessavam. Há cinquenta anos, os navios oceanográficos revelaram um novo mundo, que vive nas profundezas das águas. O censo dos seres vivos enriquece-se constantemente com novas formas. A partir de 1619 é publicada uma lista de gabinetes científicos. Em 1681 é instalada a sala de anatomia e o anfiteatro público da universidade de Leiden. Por volta de 1750 é fundado o museu de Brückmann, em Wolfenbüttel, o qual contém curiosidades mecânicas. As oficinas dos alquimistas antigos, os gabinetes de física, os salões científicos do século XVIII são contribuições para a formação dos museus científicos. (Otlet, 2018, p. 557).

Desta maneira, pode-se compreender que a classificação é ponto incontornável dos museus, tanto pela pragmática necessidade de ordenar elementos, quanto pela necessidade de criar e consolidar sentido sobre o real, alimentada por formas específicas de compreensão do mundo e modelos a respeito do que e como pensar e representar o mundo (Albuquerque, 2012; Brulon, 2015; Soares, 2023).

Vale destacar que este espírito do tempo, racionalista e universalizante, ligado ao projeto colonial, projetava sobre outras instituições a verve enciclopedista. Observe-se, por exemplo, a análise de Otlet (2018) a respeito da maneira como se configurava a proximidade entre museus e bibliotecas em relação a razão e ao desenvolvimento destas instituições: desde a transformação de um repositório de objetos raros e tesouros privilegiados em locais de documentação abertos e cada vez mais acessíveis, com a ampliação de réplicas e cópias para a ampliação de coleções, além de textos e materiais de apoio, até a expansão para diversas áreas do conhecimento em contraste com a restrição anteriormente experimentada por estas instituições. Ainda, Otlet (2018) destaca a tendência (à época) de transição de uma instituição arraigada ao local e às especificidades para uma tendência ao universal, não apenas em apropriação do mundo, mas também na relação com outras

instituições, aproximando-se de bibliotecas, do ensino, da pesquisa, e da vida comum.

Assim, Hernández Hernández (2006) desenvolve seu argumento apresentando o aprimoramento do museu e da museologia em fases assim identificadas: a época dos museus através da formação, por meio de saques, dos tesouros antigos em toda a Antiguidade; a etapa pré-científica, entre os séculos XVI e XVII, onde a tradição enciclopedista de conhecimento atinge igualmente arquivos, bibliotecas e museus; a etapa museográfica, datada do século XIX, em que “terá lugar a origem e o desenvolvimento inicial da museologia e das técnicas museográficas aplicadas aos museus, com propósito de organizar, expor e interpretar os objetos que são guardados neles” (Hernández Hernández, 2006: 35. Tradução da autora); e, por fim, no começo do século XX a etapa das investigações sobre a museologia e a museografia. (Rocha, 2022, p. 503).

Marín Torres (2002), corrobora com a identificação de relações de proximidade e interesse na constituição de coleções anteriores à formação dos museus que conhecemos, como no caso dos gabinetes de curiosidades. Destacando que existem particularidades e características específicas que configuram o museu moderno enquanto instituição, a autora concorda com a presença de elementos comuns e influenciadores na formação destas coleções:

[...] las formas de coleccionismo anteriores al siglo XVIII se conforman como los antecedentes del museo moderno, por lo que, con anterioridad a su fundación, el término debe utilizarse siempre con precaución, pudiéndose hablar, en todo caso, de protomuseos, ya que la verdadera irrupción de estos organismos y su multiplicación se ha producido en los siglos XIX y XX. (Marín Torres, 2002, p. 48).

No que toca a formação de coleções, a transição para os museus em sua forma clássica e o estabelecimento de procedimentos de documentação, é importante observar que até o século XVIII eram realizados procedimentos de registro simples, envolvendo principalmente informações a respeito da posse de objetos, a formação de inventários, e elementos classificatórios (Marín Torres, 2002). A realização destes tipos de registro vincula-se principalmente a necessidades ligadas ao prestígio e poder ligados às coleções, bem como a necessidade de garantia de procedência e legitimidade de determinado item (Marín Torres, 2002). Nesse sentido, pode-se identificar uma forte relação do surgimento de procedimentos que mais tarde podem ser identificados com elementos presentes na documentação museológica, com a necessidade e realização de garantias ligados à manutenção de relíquias e tesouros.

A época das Luzes, que como vimos desempenhou importante influência nos processos ligados à bibliografia, também desempenha demarcado papel no desenvolvimento de instrumentos de racionalização científica para as coleções no

período onde, na transição do século XVIII para o XIX, passam a se consolidar os museus modernos no sentido em que os compreendemos no presente (Marín Torres, 2002; Soares, 2023). Princípios classificatórios que passam a surgir baseados em origem humana ou não, de interesse histórico, artístico, natural, ou mais tarde etnográfico, seja no fomento da curiosidade ou na consolidação de conceitos a respeito de um determinado passado ou mitos de origem (Marín Torres, 2002; Possas, 2005; Brulon, 2015; Soares, 2023), persistem e podem ser observados na construção de abordagens para a integração de objetos mesmo na contemporaneidade (Camargo-Moro, 1986).

4.1 DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DO MUSEU

Conforme observamos, os museus que conhecemos na contemporaneidade advém da modernidade e relacionam-se profundamente com práticas de colecionismo (Giovanaz, 1999) e com figuras como a dos gabinetes de curiosidades presentes já no século XVI. Ao se deparar com o perigo de perder de vista toda a criação divina e tudo que fora produzido pelos homens, coleções em geral e gabinetes especificamente, começam a surgir com o objetivo de sistematizar e compreender tudo o que existe no mundo (Possas, 2005). Com caráter enciclopedista, estas práticas não pressupunham necessariamente critérios rígidos de classificação e nomeação, que afirmam-se mais lentamente ao longo do tempo, junto ao desenvolvimento da prática científica. Na elaboração e desenvolvimento de espaços como os gabinetes de curiosidades, apresenta-se de forma clara o apartamento dos objetos de seu sentido empregado no mundo para a realização de papéis próprios às coleções, de acordo com sua própria lógica – tanto em um sentido enciclopédico, como para afirmar poder, controle e conhecimento sobre o mundo (Possas, 2005). Com o tempo, elaboram-se estudos especializados, além procedimentos para coleta e conservação, garantindo que “Tratava-se, então, de proporcionar aos estudiosos uma viagem ao mundo desconhecido sem o deslocamento físico” (Possas, 2005, p. 157).

O desenvolvimento da ciência moderna acompanha o desenvolvimento dos museus, em uma época onde o conhecimento em relação ao mundo natural e humano significava abandonar o papel de observador da história para tomar a posição de dominador e guia, tanto da natureza quanto da história (Possas, 2005; Desvallées;

Mairesse, 2013). É nesse sentido, entendendo o objeto-documento musealizado no centro do que entende-se por prática científica ligada aos museus, que Desvallées e Mairesse (2013, p. 58) argumentam que “[...] desde o Renascimento, como atividade que visa explorar a realidade por meio da percepção sensorial pela experiência e pelo estudo de seus fragmentos”, ocorrem as tentativas de desviar do templo no sentido do laboratório.

Se é possível pensar o desenvolvimento histórico das instituições caracterizadas como museus, é necessário observar que a prática museal não necessariamente está associada a estas instituições, já que de museal é um termo que designa determinada maneira de se relacionar com a realidade (Desvallées; Mairesse, 2013), aproximando tanto instituições tradicionais, como ecomuseus, museus virtuais, museus extramuros, ou mesmo museus sem coleções. Desta maneira, o que configura o processo museológico não é o pertencimento a um prédio que leva o nome de museu, mas sim a musealização – que envolve o transporte de determinado objeto de seu meio “natural”, onde existe de maneira orgânica, transformando-o conceitualmente em objeto de museu, em *musealia* (Desvallées; Mairesse, 2013; Loureiro; Loureiro, 2013). Este objeto ao ser encarado precisa ser entendido, necessariamente, como um objeto transformado – uma panela em uma coleção de museu não é uma panela comum, precisa-se ter clareza de que já não desempenha a função de uma panela no mundo, e que por uma série de procedimentos de ordens diversas, foi convertida em *musealia*.

Nesse sentido, a apresentação sensível e a imaginação da realidade são marcas constitutivas do que é substância do museal (Desvallées; Mairesse, 2013). Os autores supracitados destacam que uma das diferenças básicas entre museus e bibliotecas se dá em decorrência da não necessidade do suporte escrito para os primeiros, não exigindo capacidade de leitura do receptor que pode conectar-se com o documento em questão por meio da visão e da audição, sem barreiras de escolaridade ou grupo cultural. O processo de imaginação da realidade envolve a mencionada descontextualização dos objetos transformados em documento, onde a transformação de função envolve a imaginação e a capacidade de operar o objeto como um representante de determinada realidade, de maneira relacional e em determinado contexto, onde os objetos assumem a posição e o papel de “[...] documentos representativos da realidade que eles constituíam” (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 57), desempenhando o papel de testemunho em relação à

construção pensada pelo museu, apresentando-se como uma espécie de sucedâneo de determinado fato, evento ou fenômeno da realidade representada.

Um ponto muito importante para a discussão aqui estabelecida, é o papel central que, na operação de relações que envolvem os objetos de museu por meio dos processos de musealização, desempenha o trabalho documental: a configuração de objetos como substitutos, como testemunhos de determinado aspecto da realidade, é necessariamente mediada por processos de seleção, gestão, conservação, catalogação, indexação e apresentação, que em Albuquerque (2012; 2015) são apresentados como incontornáveis no tratamento dos objetos no interior dos museus.

Ceravolo e Tálamo (2000) explicam que durante muito tempo a atividade de documentação foi relegada a segundo plano dentre as atividades desempenhadas por museus, quando muito limitando-se a registros de posse e transferência dos objetos – questão facilmente compreensível no caso do mercado artístico, por exemplo. Desenvolvendo-se lentamente, as autoras enfatizam que a atividade foi por muito tempo “[...] realizada sem método e considerada como a ‘parente pobre’ dentre as atividades destas instituições” (Ceravolo; Tálamo, 2000, p. 241). Ao longo do século XX, por meio de iniciativas como a criação do Comitê Internacional de Documentação no interior do Conselho Internacional de Museus, com atuação importante de figuras como Yvonne Oddon e George Rivière, a questão da documentação passa a ser encarada com maior dedicação e formalização. Uma das questões que demonstra esta caracterização no desenvolvimento da documentação no âmbito dos museus, é a diversidade de sentidos atribuídos a termos técnicos com significados que no campo da Documentação são delimitados, como nos casos de catalogação e classificação, que são empregados referindo-se a processos vários na literatura ligada aos museus (Ceravolo; Tálamo, 2000). As autoras supracitadas ainda destacam que parte da literatura relaciona aos museus uma espécie de “infância” no que tange à documentação, já que muitas das vezes estas instituições não concebem a si próprias enquanto prestadoras de serviços informacionais.

À medida que aumentam as tarefas ao redor das coleções, a documentação, durante a década de 80, será considerada como um conjunto complexo de ações direcionadas sobre aqueles conjuntos, e como sugere Klaus Schreiner (1985: 59-60), deveriam estar direta-mente envolvidas com a pesquisa acadêmica, tendo o objetivo de tornar eficiente o trabalho de pesquisadores. (Ceravolo; Tálamo, 2000, p. 242).

De acordo com as autoras, existe uma subdivisão geral de abordagens na

documentação vinculada aos museus que se opera entre uma tendência tecnicista, fortemente associada à produção norte-americana, que concentra-se em procedimentos de eficácia para a recuperação da informação, e uma abordagem reflexiva, que concebe os objetos enquanto documentos e vincula-se mais amplamente à pesquisa, em associação à tradição francesa (Ceravolo; Tálamo, 2000).

Para Ceravolo e Tálamo (2000), a documentação caminha muito próxima da pesquisa dentro dos museus, haja vista que toda a captação de dados envolve o entorno dos objetos, desde a aquisição, passando pelas descrições e histórico, concentrando os trabalhos documentais em três eixos: um administrativo, vinculado ao gerenciamento das coleções, um curatorial, muito próximo da pesquisa, e o documental, relacionado ao trabalho indicativo com objetos e coleções – cada eixo associado a necessidades específicas.

Nesse sentido, pode-se pensar os museus como potenciais centros de documentação, fundamentando a possibilidade de um “museu-laboratório”, associando as potencialidades culturais e científicas da instituição (Ceravolo; Tálamo, 2000). É interessante observar este caminho, entendendo a documentação como garantidora da prestação de serviços informacionais e do cumprimento de funções mais robustas em ligação à pesquisa.

O processo de documentação museológica vincula-se, portanto, ao processo de musealização e ao fenômeno de transformação de objetos do cotidiano em patrimônio cultural (Padilha, 2014). Trabalhando ações de conservação, pesquisa e compartilhamento, museus constroem seus acervos e coleções de maneira intencional, selecionando de acordo com dispositivos como missão e princípios o que deve ou não ter em seu entorno esforços para preservação e perpetuação (Albuquerque, 2015; Lara Filho, 2009; Padilha, 2014). A musealização é, portanto, um “divisor de águas” na história do objeto em particular, aferindo-lhe um novo papel, institucionalmente ligado a um museu, registrado e controlado por meio de procedimentos ligados à documentação (Loureiro; Loureiro, 2013; Padilha, 2014).

Documentos de tipologias diversas podem fazer parte de acervos museológicos, sejam bidimensionais ou tridimensionais, iconográficos, fotográficos, audiovisuais, independentemente de sua natureza ou época. A presença deste objeto determinado em uma coleção de museu, é condicionada de maneira única, com a atribuição de códigos de identificação individuais para seu controle (Padilha, 2014).

Além de intervenções profissionais como as determinações a respeito da estabilização ou restauração, é dispendida interpretação e agregação de informações aos objetos, tanto intrínsecas quanto extrínsecas, bem como a inserção em determinada coleção, classificação e categorização (Albuquerque, 2015; Padilha, 2014). Devem ser registrados os usos anteriores e o emprego em exposições, pesquisas ou publicações, documentando a vida do objeto enquanto musealia (Padilha, 2014).

O trabalho museográfico consiste em: 1º reunir as peças; 2º identificar as peças; 3º classificá-las; 4º etiquetá-las; 5º elaborar o catálogo; 6º dedicar um registro especial para as peças ou conjuntos notáveis; 7º organizar os objetos nas chamadas séries de vitrinas e de reservas ou exposições e demonstração em galerias públicas para estudos; 8º organizar a divisão do trabalho de cooperação. (Otlet, 2018, p. 558).

O tratamento informacional nas instituições museológicas envolve várias etapas, como o registro em livro tombo – um documento que monitora as entradas, saídas ou perdas de todos os objetos do acervo da instituição, registrando dados como número de registro, tipologia, data e forma de aquisição, descrições detalhadas, informações sobre o estado de conservação, entre outros aspectos relevantes. Outras etapas incluem o registro em inventário, a identificação numérica e a marcação adequada do material, além da criação de uma ficha de catalogação – uma ferramenta que organiza informações com metadados padronizados e controle terminológico, integrando dados intrínsecos e contextuais do objeto, facilitando sua recuperação e fornecendo um volume maior de informações de maneira eficiente (Padilha, 2014). É a partir do processamento técnico que é possível recensear os bens presentes em determinada instituição e estabelecer bases para a documentação científica, com a elaboração de classificações, fichas alfabéticas e sistemáticas, além de dossiês, caminhos diversos que possibilitem o acesso a registros e documentos sobre os objetos (Ceravolo; Tálamo, 2000). Importa ainda destacar que, neste momento de normalização dos processos de classificação, catalogação e indexação, a CI pode contribuir de maneira significativa com os processos desenvolvidos em museus (Oliveira, 2009).

Camargo-Moro (1986) divide os processos ligados à documentação de bens móveis em quatro etapas: decodificação básica, decodificação de profundidade, elementos auxiliares para decodificação e documentação de expansão. No processo de decodificação básica, encontram-se atividades como a identificação dos objetos ingressados na instituição, e alguns detalhamentos operados por meio de dossiês e

livros diário, por exemplo, com a atribuição de números de registro, sinalização de data de ingresso, atribuição de nome, descrição sumária, classificação genérica (envolvendo a interpretação do objeto), registro de procedência, histórico do objeto, além de observações gerais, que também condicionam seu caminho institucional. A decodificação de profundidade envolve catalogação aprofundada, classificação e elaboração de fichas, envolvendo procedimentos de estudo e pesquisa (Camargo-Moro, 1986).

Chamam-se catálogos, os conjuntos de fichas devidamente ordenadas. Catálogo Geral é o conjunto total de fichas de diversos tipos e diferentes conteúdos. Este nome, por decorrência também é usado para designar a publicação mais característica do museu - o catálogo - que tem a mesma interpretação, porém mais extensa e em forma de publicação, como veremos na parte final deste livro. Denomina-se classificar a segunda parte de análise, mais profunda, em sua decodificação da peça, tendo como ponto principal a ficha classificatória e as deduções conseqüentes que dela se extraírem. Esta ficha é também denominada ficha de inventário museológico pois representa o enfoque museológico pleno, e uma prova disso é a demonstração da abrangência desta documentação, classificando a peça, além de identificá-la. O nome inventário museológico, porém, traz freqüentemente uma certa confusão, daí optarmos hoje pela denominação de classificação, para esta etapa da decodificação. Quanto ao preenchimento da ficha classificatória, é da alçada do especialista, e deve ser feito de forma paulatina, acompanhando a pesquisa, cuja orientação deve ser multidisciplinar para atingir a necessária interdisciplinaridade. (Camargo-Moro, 1986, p. 79-80).

Não é possível realizar de maneira satisfatória a documentação de objetos sem elementos de identificação, histórico institucional da peça, elementos da história externa do item, além de elementos intrínsecos e extrínsecos. Um dos elementos apontados como auxiliares para a decodificação é a fotografia (Camargo-Moro, 1986), o que nos remete a uma expansão da produção de documentação secundária. Na acepção de documentação de expansão, Camargo-Moro (1986) compreende a comunicação da instituição com o mundo, produzindo materiais de apoio e difusão, tanto em elementos como etiquetas de identificação para objetos em exposição, como na produção de publicações de anais ou periódicas.

Barbuy (2008) afirma que as práticas de documentação museológica estão intimamente ligadas ao campo da informação e que, sendo uma parte significativa das atividades dos profissionais de museus, são essenciais para a execução dos trabalhos institucionais e para garantir o acesso a pesquisadores e ao público em geral. Além da localização física de objetos, um dos principais objetivos da documentação

museológica é criar uma base de informações que possibilite pesquisas e atividades de curadoria, com um processamento que maximize a disponibilidade de informações para diferentes tipos de usuários (Barbuy, 2008).

Todos os passos descritos acima estão associados, de maneira mais ou menos óbvia, à Documentação Museológica - reduzi-la à elaboração de descrições de objetos e à alocação dos mesmos em um sistema, é incorrer no problema comum da redução da atividade documentária em atividade puramente técnica, desprezando profundas camadas políticas e estéticas envolvidas na atividade de produzir e gerenciar documentos. Produção de documentos tanto no sentido mais óbvio, da documentação secundária, quanto no sentido de que selecionar um objeto para um museu, é *produzir* um documento, que antes não tinha esta função.

Quando se pensa a respeito do trabalho museológico, é comum encontrar abordagens que buscam identificar diferenças entre museus e bibliotecas, por exemplo, a partir do objeto de que se apoderam enquanto ente físico. Em outras palavras, não é incomum que autores demarcuem como grande particularidade do museu o fato de que estas instituições comumente trabalhem com objetos tridimensionais ou audiovisuais, e não necessariamente com livros ou outros documentos de suporte para a escrita. Loureiro (2008) afirma a existência de um descompasso dos museus em relação a arquivos e bibliotecas, no sentido do aprofundamento, consolidação e universalização em relação a processos de organização e representação da informação cristalizados na documentação - justamente em virtude não apenas da heterogeneidade de suportes, como também da origem dos materiais, que advém de campos como arte e ciência, além de culturas, espacialidades e tempos diversos.

Se a justificativa, validação e legitimação dos museus se constrói a partir dos objetos enquanto documentos (Loureiro, 2008), Barbuy (2008) sinaliza que a compreensão do objeto musealizado enquanto um documento não é unanimidade, conforme podemos verificar em Silva (2021) que defende que objetos podem suscitar informação, mas não o são intrinsecamente. Autorias como Ballardo (2022, p. 89) argumentam no sentido de que deve-se trabalhar a documentação museológica no campo disciplinar da museologia, “[...] e não como uma disciplina emprestada e adaptada a partir de normas da Ciência da Informação”. O que se destaca aqui, é que quando tratamos de objetos tridimensionais e adentramos as fronteiras dos museus, os embates que já se podia divisar em torno da construção de objeto e delimitação de

campo de trabalho com a Bibliografia - independência ou pertença a outros campos como a Bibliologia ou Documentação, objeto construído em torno de impressos, de texto de maneira estrita ou de maneira ampla, ou nas discussões a respeito dos limites repertoriais ou investigativos do trabalho -, demonstram-se determinantes.

A assunção do objeto tridimensional enquanto um documento ou não, ou a ideia de que o trabalho em torno destes objetos deve passar mais ou menos próximo da Ciência da Informação ou da Museologia, fazem parte de disputas teóricas a respeito da construção disciplinar de cada uma das áreas do conhecimento, bem como de seus objetos de trabalho. Nesse sentido, procura-se explorar elementos constitutivos do trabalho realizado pela Documentação Museológica a fim de aproximar esta prática de dois núcleos fundamentais observados ao longo deste trabalho: o documento e a classificação.

Nos capítulos anteriores observamos em perspectiva algumas contribuições de Paul Otlet (2018) para pensar questões ligadas aos documentos, à classificação, à ordenação, aos catálogos e à bibliografia. Aqui, novamente nos reportamos ao trabalho do autor, com o objetivo de observar avanços importantes na compreensão não apenas de objetos enquanto documentos, mas formas gerais que extrapolam o texto compreendido de maneira estrita. Além disso, observaremos algumas questões destacadas por Otlet (2018) em relação aos Museus.

Otlet (2018) demarca a importância não apenas de trabalhar com documentos como manuscritos, mas também de reproduzi-los com os meios tecnológicos disponíveis. Além da reprodução com diversos métodos, incluindo possibilidades como a produção de fac-similares, o autor trata da edição de manuscritos no trabalho de documentação, envolvendo atividades de correções, identificação de informações, construção de análises, elucidação de questões, ou estudos sobre os autores, por exemplo. Além de manuscritos, são mencionados documentos como mapas, plantas, atlas, gravuras, estampas, fotografias, pinturas ou moedas, com destaque para a proximidade de princípios de tratamento ao abordar documentos bibliográficos e iconográficos, por exemplo (Otlet, 2018). Todos os objetos associados a estes grupos, podem ser pensados como documentos em sentido primário, objeto de interesse de diversas áreas do conhecimento e passíveis de serem trabalhados de maneira documental.

É notável observar que Otlet (2018, p. 317-318) discute até mesmo elementos intangíveis, como no caso das projeções, com a formação de documentos virtuais que

não ocupam suporte algum:

c) Uma classificação geral da projeção possui as seguintes divisões: a) fixa ou animada; b) em preto e branco ou colorida; c) de objetos translúcidos ou opacos (diascópica ou episcópica); d) de grandes dimensões ou microscópica; e) sem relevo ou com relevo; f) sobre tela ou em panorama; g) sem fala nem música, com fala e música; h) com fio ou sem fio; i) no escuro ou em plena luz. Os diversos aparelhos e processos existentes inserem-se nas seguintes categorias: lanterna mágica, cinema, fotoscópio, cinescópio, filmes falados, filmes sonoros.

No mesmo sentido, Otlet (2018) discute a música - não apenas os instrumentos musicais enquanto objetos, mas a música em si, o som que provoca sensações no sujeito. Para tal, argumenta no sentido de demonstrar paralelos entre o livro e a música, observando a notação, a instrumentação, a existência de uma arquitetura expressa no espaço, a dependência da interpretação para sua recriação constante a partir de intérpretes e a percepção a partir dos sentidos (Otlet, 2018). Neste caminho, o documentalista belga procede em um alargamento das concepções possíveis de documento.

a) As obras de arte e os monumentos simbólicos são documentos. São a expressão daquela parte da realidade que é o homem, o sentimento do homem. Por exemplo, todas as produções da arte, intérpretes de símbolos e alegorias, a pintura, a escultura, a arte dos vitrais, das tapeçarias e dos vasos, a própria arquitetura em certo sentido. A catedral da Idade Média foi chamada de livro do povo que podia ver e não sabia ler. Nas obras de arte encontram-se incorporados dados intelectuais e elas podem ser reproduzidas. Devido a esses dois aspectos, as obras de arte estão ligadas à documentação, pois os documentos se definem pela incorporação de dados suscetíveis de reprodução. (Otlet, 2018, p. 383-4).

O autor destaca como a arte opera a representação de objetos, ideias ou sentimentos, além de suscitar grande produção bibliográfica e de possuir paralelo histórico em causalidade e produção de efeito histórico com as letras (Otlet, 2018). Além de funcionar como um objeto primário, possui uma função “sucédânea” em relação ao mundo, suscitando ainda toda uma cadeia de produção documentária. Em alguns casos, como o de cerâmicas da antiguidade, Otlet (2018, p. 384) argumenta constituírem “[...] um rico repertório documentário, mais sólido do que os textos”, em virtude de sua capacidade informativa a respeito de materiais perdidos pelo tempo. À atenção dispendida por Otlet (2018) no sentido de perceber estes materiais como informativos a respeito de originais perdidos, podemos acrescentar o sentido de *monumento* (Le Goff, 2013) e compreendê-los como produto de uma condicionalização específica de sobrevivência de artefatos materiais no tempo.

Ademais, o autor corrobora com o argumento que procura-se sustentar ao longo deste capítulo, que sobre a classificação julga que

É um fator essencial em museus ou bibliotecas. Vários métodos foram adotados, segundo o tipo de museu, com base na natureza dos objetos ou naquilo que diferencia a instituição. Adota-se uma ordem histórica (cronologia, escola), geográfica (países, regiões) ou simples (de acordo com o sistema utilizado nas ciências). Em seguida, para ordenar os objetos, a mesma ordem que a dos textos nas obras, os dois tipos de documentação, bibliográfica e museográfica, são apresentados como complementares entre si. Em um museu do tipo documentário, o visitante encontra os objetos reunidos sistematicamente em uma representação evocativa da vida, do que se conhece e que é essencial no conjunto desses objetos e em cada um deles. (Otlet, 2018, p. 558).

Em prosseguimento às discussões ligadas à expansão do conceito de documento e seus condicionantes, é importante observar discussões referentes ao desenvolvimento contemporâneo da Documentação Museológica, bem como das consequências das discussões contemporâneas em relação ao objeto da museologia para pensar a relação com o objeto nessas instituições.

*

O trabalho desempenhado em museus foi por muito tempo baseado na ação, no trabalho desempenhado em instituições diversas pelos profissionais que lá trabalhavam, por muito tempo não atentando-se a critérios teóricos e metodologias investigativas, com primazia da prática sobre a teoria - quadro que passa a encarar transformações a partir do século XIX, adensando-se no XX (Rocha, 2022). Para a autora (Rocha, 2022), é no século XIX que a museografia - compreendida como prática descritiva e empírica de profissionais envolvidos com os museus - passa a pensar a expografia, além de desenvolver classificações e coordenação para coleções, com desenvolvimento de práticas documentais.

Conforme exposto por Rocha (2022), não há absoluto consenso na literatura em relação às opções por termos como “Documentação Museográfica”, “Documentação Museológica” e “Documentação em Museus”. Apesar de importantes obras de referência localizarem o trabalho realizado com objetos de museus enquanto prática de documentação adjetivada por “museográfica”, algumas autorias acrescentam apenas “em museus”, enquanto outras – e parte considerável das disciplinas de cursos de graduação em museologia no Brasil assim desenvolvem seu trabalho – recorrem ao adjetivo “museológica” (Rocha, 2022).

Conforme Desvallées e Mairesse (2013), o termo “museografia” é anterior a

“museologia”, aparecendo pela primeira vez em meados do século XVIII, comumente identificado tanto com atividades práticas e aplicadas ligadas à museologia – desde a administração, até processos como conservação, restauração e exposição -, como um sinônimo ligado ao desenvolvimento de exposições, bem como o conteúdo de determinado museu – colocando o termo “museografia” em paralelo com o papel desempenhado pela Bibliografia em relação ao desenvolvimento de pesquisas em determinado universo de fontes documentais. De acordo com os autores (Desvallées; Mairesse, 2013), “museologia” e seu derivado “museológico” costumam ser empregados tanto para se referir àquilo que é relativo e associado a um museu, como ao estudo dos museus – em proximidade à sua raiz etimológica - opondo-se de alguma maneira à museografia identificada com a prática, em consequência dando vida ao sentido do termo como um campo científico amplo. É importante observar que o termo “museologia” refere-se a conjuntos muito amplos de questões e práticas, que podem ser pensadas de maneira integrada.

Rocha (2022) reporta que ao longo do tempo foram operados seccionamentos que direcionavam o trabalho com os objetos de museus tanto à ideia de Documentação Museográfica, quanto Museológica, em alguns casos havendo a associação da museografia aos objetos e coleções, enquanto da museologia às informações e documentos produzidos pela própria instituição, espécies de documentos secundários.

Se é possível pensar no emprego dos termos “Documentação Museográfica” e “Documentação Museológica” para tratar do trabalho em torno de coleções a depender da tradição teórico-prática, bem como referir-se a fundos museográficos e museológicos ou, respectivamente, coleções e documentação secundária, é uma possibilidade fértil pensar a associação da Documentação Museológica com o “[...] estudo teórico-histórico dos fenômenos museais. Dessa forma, a documentação museográfica abarcaria o estudo de orientação mais prática e estaria inclusa no escopo da documentação museológica” (Rocha, 2022, p. 210).

Retomando o raciocínio de Desvallées e Mairesse (2013, p. 63) ao discutir o termo “museologia”, observa-se que os autores sustentam que

O denominador comum desse campo poderia, em outros termos, ser designado por uma relação específica entre o homem e a realidade, caracterizada como a documentação do real pela apreensão sensível direta. Tal definição não rejeita, a priori, qualquer forma de museu, desde as mais antigas (Quiccheberg) até as mais recentes (museus virtuais), uma vez que ela tende a se interessar por um domínio

voluntariamente aberto a qualquer experiência sobre o campo museal. Ela não se restringe, ainda, a qualquer um daqueles que reivindicam o título de museólogo.

No trecho supracitado, os autores realizam a abertura da compreensão do campo museológico, não restringindo-o ao museu enquanto instituição e possibilitando pensar a respeito de questões debatidas neste trabalho. Além da possibilidade de identificar as práticas atinentes aos museus nas formas mais diversas possíveis de experiências – de Quiccheberg aos museus virtuais -, a proposição de encarar como denominador comum para o campo uma relação entre o sujeito e a realidade marcada pela documentação da realidade por meio da apreensão sensível coloca termos significativos para a reflexão que aproxima o campo dos museus do campo informacional. Se a “[...] documentação do real pela apreensão sensível direta” (Desvallées; Mairesse, 2013, p. 63) não implica uma ideia de documentação *imediatamente* correspondente à documentação enquanto prática formalizada técnica e cientificamente, entendemos que ajuda a pensar sobre a natureza das práticas documentais que o são.

Conforme abordado nos capítulos anteriores, ao mesmo passo em que se amplia a noção de documento, entendendo diferentes tipologias enquanto passíveis de desempenhar a função documental, compreende-se que a determinação de um determinado documento enquanto tal, é uma outorga realizada por determinado sujeito, instituição ou situação que assim se apodera dele. Ainda, deve-se recordar que além da produção intencional de documentos, uma série de itens são criados e – não intencionalmente – tornam-se documentos em momento posterior, em contexto distinto. O que garante a transformação de um simples objeto cotidiano – no caso dos museus este exemplo é generalizado -, muitas vezes ignorado durante toda a sua existência pré-documental em documento, é principalmente a ação daqueles que o selecionam e submetem a procedimentos técnicos. É necessário agregar à noção de documento mediada por estas questões, o argumento de Desvallées e Mairesse (2013, p. 63) em relação à experiência museológica, pensando uma continuidade da “[...] documentação do real pela apreensão sensível direta”.

Os museus, em geral, são reconhecidos a partir da totalidade de suas coleções preservadas, e delas provém o seu valor intrínseco. Entretanto, como apontam os seus próprios profissionais hoje, as coleções de raridades históricas nada significam e não têm nenhum valor sem uma documentação adicional. É o documento por detrás das coleções em si que conferem aos museus possibilidades de fala com o seu público. Se os objetos têm o sentido de evidências, os

documentos que os acompanham atestam aquilo que essas evidências podem narrar. Logo, são estes últimos que designam as possibilidades de ressonância da fala dos museus e atestam a autoridade dessa fala. Os museus são também discursos; e se não fossem peças-chave na “política das representações”, não teriam chegado a se constituir de forma hegemônica em quase todo o mundo. (Soares, 2023, p. 123).

Camargo-Moro (1986) é uma importante referência no campo da museologia no Brasil, com produção importante no que toca a difusão de princípios e normas para a chamada “Documentação de Bens Móveis” nas instituições de nosso país. Para a autora, o desenvolvimento do processo de documentação em museus é atravessado por grande preocupação com o registro, já que

Não apenas para a segurança e pesquisa mas para toda a função do museu, o documento escrito é obrigatório e as diversas etapas importantíssimas. Tudo que for possível deve ser escrito, e nada do que foi escrito deve ser destruído. Se o novo inventário é dinâmico e essencial, o antigo é necessário e insubstituível, devendo ser preservado e consultado. (Camargo-Moro, 1986, p. 42).

A autora sustenta que as ações documentais de uma instituição são condicionadas desde sua política de aquisição, já neste momento entram como determinantes uma série de questões que vão desde a possibilidade e meio de entrada de determinado objeto, até mesmo às possibilidades de armazenagem e acondicionamento, que podem permitir ou condicionar a forma como determinado item será utilizado - no mesmo sentido, a configuração prévia do acervo de determinado museu também é central para as possibilidades de utilização de novos itens (Camargo-Moro, 1986). A maneira como determinado item será interpretado, ou as relações estabelecidas com outros objetos e coleções serão sempre mediadas por estas questões.

Chamamos atenção para a adaptação de fichas de uma instituição para outra, onde um fator poderosíssimo que é o da reinterpretação dentro da proposta de cada instituição, geralmente categórica, inibindo a decodificação de certas áreas. Para obtermos um bom resultado, é preciso que as fichas de todas as especializações deixem sempre uma boa brecha para a interdisciplinaridade facilitando uma constante alimentação de novos informes e portanto futuros intercruzamentos e enriquecimentos. [...]

É interessantíssimo observar a disparidade que aparece nas fichas classificatórias de um mesmo objeto, não só quando feita por profissionais de diferentes especialidades, mas também em relação a museus de diferentes propostas. Trata-se de uma problemática de interpretação envolvente que só a democrática abertura do conceito multidisciplinar permite que haja uma certa interação. Dizemos certa interação, pois a proposta do museu, sua tipologia estabelecida, age

como fator inibidor desta multidisciplinaridade pois classifica o objeto dentro de sua própria interpretação. (Camargo-Moro, 1986, p. 84).

Brulon (2015) busca discutir o caráter constitutivo dos objetos de museu e o processo de musealização, legando à atividade de classificação um papel central neste conjunto. Se tradicionalmente os objetos de museu são elementos de coleções inseridos em uma sistemática ampla, com uma “coisa” representando elementos de determinado contexto, é importante recordar que diferentes estatutos podem ser atribuídos a cada um destes objetos, a depender do sistema classificatório de inserção do objeto. O já mencionado processo de transformação no estatuto de um objeto como um simples objeto, para um objeto musealizado pressupõe “[...] um processo corolário de ressignificação para que o objeto ou coisa detentor de sentidos em seu contexto precedente não museal adquira sentido no contexto museal em que adentra” (Brulon, 2015, p. 26).

Se ao longo da história dos museus a incorporação de objetos em instituições costumava significar a afiliação a correntes disciplinares científicas específicas a partir de sua coleta, num processo que ora remete à absoluta singularidade de determinado bem – como no caso das coleções artísticas -, e ora remete à ideia de representação de um tipo ideal – como no caso das coleções científicas -, experiências recentes com formas de arte contemporâneas e experiências como os ecomuseus, permitem repensar a posição dos objetos e documentos nestas instituições (Brulon, 2015).

Soares nos recorda de que a história de desenvolvimento dos museus envolve capítulos importantes como os museus de etnografia, onde primava-se pela ideia observar e classificar o fenômeno social, pretendendo construir arquivos do outro observado, produzindo sistematicamente documentos que eram pensados e classificados como “[...] ‘objetos-testemunho’ organizados em séries lógicas e identificados por uma numeração, um título de inventário, uma descrição, desenhos, fotos, função original e os demais dados levantados pelo etnólogo” (Brulon, 2015, p. 27), em toda uma cadeia de produção documental que colocava a sociedade etnografada em toda a polissemia de sentidos possíveis do que era observado, na condição de um objeto cristalizado em sentidos classificados de maneira específica.

A prática de classificação que sedimenta todo este processo é, como observamos anteriormente, inerentemente social e atravessada por criações de sentido e condicionamentos específicos de cada tempo histórico, enquadrando elementos da realidade em abordagens possíveis em relação a cada determinado

objeto – ou, mais especificamente, documento – (Costa, 1997; Pombo, 1998; Albuquerque, 2012). Ao notar a determinação social e cultural dos procedimentos de classificação, principalmente no que toca a construção de coleções e o trabalho desenvolvido em museus, Brulon (2015) argumenta que a museologia passa a pensar uma mudança de paradigma em relação aos objetos, procurando compreender neles não mais o porte de determinada verdade, abrindo espaço para a reflexão a respeito de diferentes sentidos possíveis em torno deles.

Apresentando o objeto de museu como alvo de constantes disputas a partir da detenção de poder sobre a classificação, envolvendo a capacidade de imposição de determinada perspectiva, Brulon (2015, p. 29) sustenta que

Tal abordagem torna evidente, através de uma sociologia das classificações, a natureza social dos rótulos e indexadores dentro de um museu. Em meio ao ritmo real das disputas simbólicas, as lealdades são construídas nas narrativas museológicas, e confusões epistêmicas e práticas começam a tomar forma quando os objetos musealizados se mostram ‘vivos demais’ para os conceitos que os abrigam, e, por meio das mais variadas negociações, alteram as próprias categorias em que habitam. É então que certas fraturas aparecem para deflagrar a inconstância do mapa classificatório antes traçado como um mosaico estável, e que agora é cenário de ilimitados transbordamentos. De repente não há mais espaço para os traços e contornos, pois as enchentes – que de alguma forma ali já estavam, mas só agora são percebidas aos olhos do investigador – propõem uma nova forma de olhar o mundo e a sua representação.

Desta maneira, não é possível pensar o documento na esfera museológica como um simples suporte de transferência de conhecimento, com expectativa de neutralidade. É necessário compreender que sobre as coleções desenvolve-se todo um conjunto de apropriações e condicionamentos de origens diversas, construindo o sentido do bem musealizado. Brulon (2015) explora estas especificidades principalmente a partir das experiências do campo da arte contemporânea e dos ecomuseus. Soares (2023) sustenta que não são os objetos em si que são o alvo de transmissão dos museus, já que os museus delimitam sempre a partir de suas escolhas que objetos e que conhecimentos serão articulados e perpetuados:

Em qualquer momento da jornada por sobrevivência a informação sobre um objeto pode ser acrescentada, perdida, modificada, reconstruída, ou mesmo inventada como resultado da deterioração, das decisões dos atores humanos, dos processos de seleção ou de diversos outros fatores. Os curadores aprendem a lidar com o que eles têm, comunicando ao público apenas o que é a “melhor” informação disponível. A noção de precisão nesse contexto deve ser, portanto, discutida. É necessário aceitar o fato de que, na luta por precisão da informação, nunca será possível alcançar a completude do

conhecimento. Os museus estão em uma constante busca pela precisão sobre o passado, tendo disponível um material naturalmente impreciso. (Soares, 2023, p. 131).

Ao compreender objetos advindos de culturas não ocidentais a partir de determinado fim estético, o que se opera é uma escolha distinta de outra possível acepção expográfica a partir de critérios etnográficos, por exemplo; por outro caminho, a experiência de transformação de ambientes de vida em comunidade em espaços museológicos, coloca em constante transformação o estatuto de objetos que, ao mesmo tempo que desempenham função expositiva, cumprem um papel cotidiano não necessariamente musealizado. A possibilidade de pensar uma relação musealizada com um objeto que não é fixado de maneira cristalizada fora do circuito da vida comum, alternando entre o papel de um item a ser observado e interpretado, e um item de uso corrente, “normal”, coloca em questão a maneira tradicional de se pensar os objetos como portadores de sentido por si próprios, trazendo a primeiro plano seu condicionamento a partir de decisões – principalmente classificatórias (Brulon, 2015).

Podemos defender que a consagração museal não limita a ‘representação objetual’ (BOURDIEU, 2009, passim), mas, segundo a axiologia vigente, ela liberta o objeto das classificações tradicionais para torna-lo disponível às múltiplas interpretações do museu e seu público. Na prática, é a documentação museológica que ganha ênfase, cabendo a ela o papel de documentação histórica e sociológica, registrando todos os estados do objeto e as relações estabelecidas em sua biografia. (Brulon, 2015, p. 35).

*

Realizadas as incursões a respeito da construção e produção de documentos a partir de objetos nos museus, observando as particularidades do desenvolvimento histórico destas instituições, bem como de seu campo de estudo, insiste-se na relação possível de se observar não apenas entre a atividade realizada na prática de Documentação Museológica com os problemas que ocupam a Ciência da Informação, mas também à Bibliografia na complexidade de construção de seu objeto e seus produtos.

[...] ante el gran crecimiento de sus fondos y de sus fuentes de información científica, surgió la necesidad de su control. Es por ello que a principios del siglo XX los museos fueron considerados depósitos documentales, al igual que los archivos y las bibliotecas, en concreto, por los belgas Paul Otlet y Henri La Fontaine, las primeras personas que se preocuparon por la fundamentación de la

documentación científica como ciencia y como técnica. (Marín Torres, 2002, p. 282-283).

Marín Torres (2002) argumenta ainda, que é Paul Otlet quem dá início à perspectiva de que a museologia constitui parte do universo que denominamos de ciências da informação, em paralelo com arquivos e bibliotecas, prestando serviços de informação e com a documentação constituindo-se em elemento base “[...] *para que los museos dejen de ser almanaces de objetos, convirtiéndose en organismos difusores de información de misión educativa*” (Marín Torres, 2002, p. 292). É no entorno destas relações, enunciadas já cedo em nosso campo – com todas as particularidades de uma produção que aspirava e esperava a universalização e determinada noção de progresso –, que compreendemos o seguinte trecho, nuclear para o problema que tratamos nestas páginas:

b) Os museus suscitam em grande parte as mesmas questões que as bibliotecas: objeto e finalidade; organização (fundação e estatuto, direção, pessoal, membros); administração (finanças, orçamentos, receitas e despesas); operações (formação de coleções, catálogo, preparação, etiquetagem, inventário, catálogo, conservação, apresentação e demonstração). Museu, mapas de pesquisa, de documentação, de estudo, de divulgação e de informação.

c) Os museus de objetos e a museografia encontram seu lugar na documentação, seja quando considerados como parte integrante dela, em sentido amplo, seja como fontes auxiliares de informação, seja porque certos princípios e certos métodos são comuns a ambas as áreas, seja ainda porque existem estreitas ligações entre museus e bibliotecas.

O museu é o livro in natura. (Otlet, 2018, p. 555).

Com o objetivo de sintetizar os elementos apresentados neste capítulo, apresentamos o Quadro 3:

Quadro 3 – Características particulares da Documentação Museológica

Documentação Museológica		
É produzida em museus, e associa-se desde processos administrativos e de gestão de coleções, até o processamento técnico e o trabalho de pesquisa ligado aos museus. É prática indispensável para a eficiência do acesso e uso dos bens musealizados, e constitui importante base para a maneira como os objetos transformados em documentos podem ser lidos, pensados e apropriados, condicionando o sentido destes itens.		
Museus	Objeto em museu (musealia)	Produtos

Instituições ligadas à modernidade, com lastro e ressonância de práticas de colecionismo de tempos anteriores, mas profundamente vinculadas à construção de sentidos de identidade e racionalidade, em um ambiente de tendências fragmentárias, produzindo e consolidando valores ligados aos Estados Nacionais e aos ideais de progresso.	Item deslocado de seu contexto original, transformado em veículo de um sentido secundário no interior de uma coleção determinada. Convertido conceitualmente em documento em virtude de seu deslocamento e operacionalização discursiva direcionada a um fim determinado. Em si, um produto fundamental da atividade de Documentação Museológica.	Primário: objetos selecionados e convertidos em documentos. Secundários: instrumentos como livros-tombo, listas de inventário, livros de registro ou catálogos.
---	---	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

No quadro acima, pode-se observar características específicas da prática e dos produtos da Documentação Museológica, contingenciada e contingente dos sentidos construídos nas instituições onde é realizada. O quadro destaca ainda, a particularidade do objeto musealizado, item mobilizado enquanto documento, após ser deslocado de sua função ou emprego “natural” no mundo – frisa-se que a própria constituição do objeto de museu, sua seleção para sê-lo, constitui um primeiro nível enquanto produto documentário da prática de documentação museológica, do qual se desdobram quantos mais produtos forem possíveis ou desejáveis – listas, catálogos, sistemas de organização em geral.

Na sequência, são apresentados os procedimentos metodológicos do trabalho, detalhados os pressupostos teóricos elegidos para a realização das análises e delineados os procedimentos de seleção do material e organização dos resultados.

5 METODOLOGIA

A presente pesquisa é considerada descritiva (Gil, 2008), pretendendo, portanto, estudar e descrever o estado da discussão acadêmica no que concerne às práticas vinculadas à bibliografia e à documentação em museus. Possui uma abordagem qualitativa e delineamento bibliográfico, definido por Gil (2008) como a aproximação de repertórios já processados cientificamente - por exemplo, em livros e artigos científicos. O método de análise utilizado para será de Análise de Domínio (AD), tomando como principal referencial a produção de Birger Hjørland – à frente, apresentaremos em maior detalhamento os procedimentos metodológicos vinculados à AD. Por ora, importa mencionar que a Análise de Domínio vinculada a aportes historicistas e pragmáticos (Hjørland, 2003, 2009) trabalha a partir de perspectivas sociológicas, epistemológicas e históricas, de maneira que enquanto método faz parte da estruturação e composição teórica do presente trabalho, perpassando-o ao longo das seções que o compõem – de maneira que durante a fundamentação teórica, procura-se também demonstrar a construção das discussões que levam à análise do material constituinte do corpus.

O levantamento bibliográfico para o trabalho foi realizado em periódicos de Ciência da Informação e Museologia classificados entre os estratos *Qualis* A1 a A4 durante o quadriênio 2017-2020, com vistas à leitura completa dos materiais. Além disso, foi realizado levantamento por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) com teses e dissertações vinculadas às áreas de Ciência da Informação e Museologia, com vistas a observar indicativos a partir das métricas⁴. Os recortes estabelecidos para a seleção da literatura a constituir o corpus da pesquisa são: 1) trabalhos publicados em periódicos brasileiros e 2) produção publicada nos últimos dez anos (2014-2023). O critério de exclusão de trabalhos foi a ausência de mais de uma publicação por autoria. De acordo com a Lei de Lotka, uma pequena parte dos pesquisadores de determinada área publicam porções significativas dos trabalhos que compõem a literatura, enquanto uma grande parcela realiza não mais do que uma publicação (Voos, 1974; Oliveira, 2018). Adotar como critério de exclusão de trabalhos a não reincidência de publicação possibilita a concentração da análise

⁴ Este grupo de resultados não será analisado por meio de leitura completa, o intuito do levantamento na BDTD é contribuir com o mapeamento das produções sobre as temáticas, bem como observar indicativos métricos a partir de sua observação.

na produção de autores engajados nas temáticas estudadas, desconsiderando publicações esporádicas que não constituem a principal dedicação de seus autores.

Ao realizar o levantamento dos periódicos das áreas mencionadas avaliados entre os estratos *Qualis* A1 e A4, notou-se a ausência de periódicos vinculados a Programas de Pós-Graduação em Museologia situados nestes estratos – contudo, a prática de publicação de trabalhos de pesquisadores oriundos destes programas em periódicos ligados institucionalmente à Ciência da Informação, é recorrente, com abundância de textos ligados à museologia ali presentes⁵. Constatou-se ainda, a indexação de todos os periódicos elegíveis para a realização do levantamento na Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), o que viabilizou a tarefa por meio de seu motor de busca.

Buscando por “Bibliografia” com filtro temporal de 2014 a 2023, utilizando todos os campos de busca, obteve-se 405 resultados. Após a exclusão manual dos trabalhos de revistas estrangeiras, capítulos de livro, editoriais e trabalhos de eventos, duplicações, além de trabalhos em que o termo bibliografia não se relacionava à disciplina bibliografia e seus produtos, bem como das publicações em periódicos de avaliação inferior ao estrato A, restaram 51 trabalhos.

Neste corpo de 51 trabalhos, partindo do mencionado princípio da Lei de Lotka, realizou-se a exclusão de publicações em que nenhuma das autorias se repetia no corpo de textos trabalhado, com a retirada de 15 trabalhos. O total de publicações resultantes foi, portanto, 36. Uma edição do periódico *Informação & Informação* precisou ser incluída manualmente, em virtude de problemas com o mecanismo de recuperação adotado. Nesta inclusão foram adotados os mesmos critérios estabelecidos para as buscas, o que resultou a inclusão de mais 6 trabalhos publicados no periódico *Informação & Informação*, totalizando 42 artigos.

Novamente utilizando o filtro temporal de 2014-a 2023, buscando em todos os campos, a pesquisa por “Documentação Museológica” (com o uso de aspas) resultou em 35 itens. Destes, após a exclusão de publicações em revistas estrangeiras, trabalhos em eventos, editoriais e duplicações, restaram 17 itens. Com a exclusão de

⁵ Vale mencionar que a Portaria CAPES Nº 119, de 26 de abril de 2024 alterou o nome da área de avaliação a que estão ligados estes campos para “Comunicação, Informação e Museologia”, que era anteriormente denominado “Comunicação e Informação”, com a Museologia situada em seu interior. Ainda, é possível recordar a presença de um Grupo de Trabalho intitulado “Museologia, Patrimônio e Informação” no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB). Tais relações institucionais evidenciam o vínculo entre as áreas e importância dos meios ligados à Ciência da Informação para a circulação de debates ligados à museologia.

publicações nas quais as autorias não apareciam ao menos duas vezes nos resultados, restaram 12 trabalhos.

Na busca realizada na BDTD, a busca pelo termo “bibliografia” demonstrou-se inviável, já que mesmo com o filtro temporal de 2014-2023, retornou 41.787 resultados. Nesse sentido, optou-se por buscar o termo “bibliografia” nos campos de título e assunto, com o recorte temporal de 2014-2023. O retorno foi de 49 resultados, destes, boa parte apresenta o emprego do termo para se referir a outras questões, como o emprego de uma revisão bibliográfica enquanto metodologia de pesquisa. Após a exclusão de trabalhos que não tratavam da bibliografia enquanto campo ou produto, restaram 5 publicações: 3 dissertações de mestrado e 2 teses de doutorado.

A busca por “Documentação Museológica” nos campos de título ou autor retornou 24 resultados dos quais, excluindo duplicações e trabalhos de Programas de Pós-Graduação que não fossem de Museologia ou Ciência da Informação, restaram 17 trabalhos: 16 dissertações de mestrado e 1 tese de doutorado. No Quadro 4 pode-se visualizar uma síntese quantitativa dos dados selecionados

Quadro 4 – Dados selecionados para a pesquisa

2014-2023	Periódicos	Teses	Dissertações	Total
Bibliografia	42	2	3	47
"Documentação Museológica"	12	1	16	29
Total Geral:				76

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Após o levantamento bibliográfico, os dados das publicações foram processados no *Excel*, com o objetivo de identificar os autores que realizaram apenas publicações esporádicas e mantendo para a análise o grupo de autorias com contribuições recorrentes, limitando o corpus de análise. No mesmo sentido, foi realizada análise bibliométrica, com o objetivo de oferecer suporte para a leitura dos trabalhos, identificando as autorias mais presentes nos debates, a periodicidade das publicações, e fatores como a presença de determinados programas de pós-graduação nos resultados de teses e dissertações, ou periódicos com maior espaço para as temáticas observadas. Na sequência, se procedeu à realização de uma análise de citações, com o objetivo de fornecer base para a análise conceitual. Na sequência da análise, os materiais obtidos a partir da BDTD foram incorporados na análise métrica, com o objetivo de contribuir com o mapeamento das produções sobre as temáticas. A leitura completa dos artigos de periódicos presentes no *corpus* foi

realizada com o objetivo de identificar os elementos e conceitos fundamentais para cada prática. Em momento posterior, os dados obtidos a partir da BDTD serão aproveitados para análise conceitual aprofundada. Desta maneira, foi realizada a leitura completa de 54 trabalhos publicados em periódicos.

Tennis (2012) diz que a AD sempre se apresentou como uma interessante possibilidade aos profissionais vinculados à Biblioteconomia e à Ciência da Informação, apontando em noções como a de garantia literária alguns elementos comuns à AD. De maneira sucinta, podemos apresentar a AD como uma técnica de abordagem funcionalista, que pretende compreender as funções da informação em determinado domínio, a partir de uma perspectiva filosófico-realista que busca privilegiar o contexto de determinado domínio do conhecimento, em detrimento de percepções individuais isoladas (Hjørland; Albrechtsen, 1995; Tennis, 2012), destacando conforme Hjørland e Albrechtsen (1995, p. 400) que “*This approach [domain analysis] states that the most fruitful horizon for IS is to study the knowledge-domains as thought or discourse communities, which are parts of society’s division of labor*”. Isso significa na prática, que a concentração da AD se desenvolve na tentativa de compreender um sistema no estabelecimento de relações internas e externas, colocando em segundo plano percepções individualístico-subjetivas.

Pode-se dividir a AD em dois tipos gerais, que vem sendo empregados na literatura: um primeiro grupo de trabalho descritivo, e um segundo grupo de trabalho instrumental. A AD instrumental é uma prática bastante adotada por desenvolvedores de Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), que se debruçam sobre determinado domínio afim de compreendê-lo e estabelecer conceitos, termos e relações para a construção de SOC, a exemplo de taxonomias, tesouros ou ontologias, por exemplo. A AD descritiva é uma abordagem empregada afim de explorar e delimitar determinado domínio, comumente um dos produtos desta abordagem é o desenvolvimento de mapas bibliométricos (Tennis, 2012).

A AD possibilita entender, portanto, o que é significativo para determinado campo, abarcando elementos tendenciais do objeto em questão. A constituição do domínio em si costuma ser paralela às práticas disciplinares, com o compartilhamento de planos epistemológicos demarcadores que condicionam o discurso de determinada comunidade. Um dos caminhos de desenvolvimento dos trabalhos em AD, junto aos estudos de organização do conhecimento e estudos métricos, é o campo dos estudos epistemológicos e históricos (Guimarães *et al.*, 2017), do qual trataremos à frente.

Para Tennis (2012), é indispensável no empreendimento de uma AD o estabelecimento de definições como escopo e alcance, além da apresentação clara do propósito do trabalho (não se pode perder de vista o caráter funcionalista da AD, sempre orientado a determinado fim). Ainda, é fundamental especificar a extensão e intensão do domínio explorado, processo objetivado na nomeação do domínio e no detalhamento máximo de extensões e exclusões (Tennis, 2003). Além destas recomendações de percurso, Hjørland e Hartel (2003) defendem que a pesquisa associada à AD deve sempre partir de um estudo interpretativo denso sobre os assuntos e comunidades relacionados, a fim de compreender os interesses diversos presentes em torno do objeto, possibilitando negociar definições adequadas que escapem de uma perspectiva individualizante. A título de exemplo, num trabalho sobre arte é mais importante apresentar diferentes concepções de arte presentes na literatura do domínio em sua extensão e intensão, do que partir de definições estritas sobre o conceito (Hjørland; Hartel, 2003).

Levando em consideração a complexa estrutura de sistemas de conhecimento e organização de saberes no seio de diferentes disciplinas – as quais encontram-se sempre em constante transformação e rearranjo, sob influxos teóricos e necessidades práticas diversas que transformam a prática e a reflexão destes campos -, uma das necessidades de estudos de domínios é considerar a interação entre aspectos ontológicos, epistemológicos e sociológicos de seus desenvolvimentos (Hjørland; Hartel, 2003).

Dentre as abordagens propostas por Hjørland (2002) para do desenvolvimento de AD, destacamos duas, apresentadas como bastante prolíficas quando combinadas: a de estudos históricos e da estudos epistemológicos e críticos. No caso das abordagens históricas, é importante a ênfase na observância do desenvolvimento de “[...] *terminology, categories, literatures, genres, communication systems etc.*” (Hjørland, 2002, p. 436), com a intenção de compreender de maneira mais coerente e sistêmica o desenvolvimento do domínio em questão. Ao tratar da abordagem epistemológica e crítica, Hjørland (2002) recorda que metodologias, teorias e explicações relacionam-se com conhecimentos de fundo constituídos historicamente de maneira não explícita, condicionando as maneiras de pensar e produzir conhecimento. Nesse sentido, este tipo de abordagem privilegiaria a tentativa de identificar paradigmas, escolas ou propostas de determinado domínio. De maneira direta, ao argumentar que estes estudos permitem compreender fundamentos do

objeto estudado, o autor diz:

Epistemological studies are studies that examine the explicit or implicit assumptions behind research traditions. Such assumptions are often linked to ontological assumptions concerning the object under study. They represent an analysis of the approaches or paradigms in research fields. (Hjørland, 2002, p. 439).

A partir destes pressupostos sobre AD, realizaremos a análise do corpus bibliográfico obtido através do levantamento na base de dados, intentando compreender o estabelecimento do objeto e da constituição disciplinar das práticas de documentação em museus e bibliografia e suas possíveis associações.

Para a realização das análises a partir da proposta supramencionada, se propõe a realização de uma leitura guiada por dois conceitos identificados como centrais ao longo do trabalho: “documento” e “classificação”. Além desta baliza, entende-se como fundamental buscar identificar a maneira como as produções situam o campo do qual partem (como os trabalhos sobre Bibliografia compreendem seus produtos? Sua prática é entendida como a elaboração de repertórios, ou abarca mais elementos, chegando a aproximar-se de uma sociologia dos textos, por exemplo? Os trabalhos sobre Documentação Museológica a compreendem como uma atividade técnica, ou produtora de discurso? Que dimensão atribuem a ela no plano do Museu? São exemplos de questões que auxiliam nesta caracterização). Outro importante guia para a interpretação dos dados, é a relação estabelecida nos trabalhos entre cada uma das práticas com a Ciência da Informação (recorde-se a questão do *problema informacional* e a importância de se observar como cada prática em torno dele situa suas fronteiras e relações). Uma síntese destes critérios de leitura é apresentada no Quadro 5 em passos sistematizados para a análise:

Quadro 5 – Etapas de análise

Passo 1	Identificar a presença ou não de concepções acerca dos conceitos de “Documento” e “Classificação”. Em caso positivo, observar sua caracterização e o papel legado a cada um no interior da prática bibliográfica ou de documentação museológica.
Passo 2	Identificar a caracterização da prática bibliográfica e de documentação museológica – bem como de seus produtos – nos trabalhos das respectivas temáticas.
Passo 3	Identificar a relação estabelecida com o campo da Ciência da Informação, suas relações e distanciamentos.

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Entende-se que a atenção a estes critérios na realização da análise auxiliam no objetivo de compreender as configurações históricas e epistemológicas de

determinado domínio, direcionando a abordagem para questões centrais na maneira como os protagonistas das atividades da área em específico elaboram seus conceitos e delimitam seus objetos de trabalho – trata-se, nesse sentido, de perceber em primeiro lugar como as autorias dos textos colocam estas questões e problemas elas próprias, para em um segundo momento estabelecer possíveis relações entre os dados observados.

6 RESULTADOS

Os trabalhos selecionados em periódicos de acordo com os critérios explicitados na seção de procedimentos metodológicos são apresentados nos quadros subsequentes. No Quadro 6, as produções ligadas ao campo da Bibliografia:

Quadro 6 – Trabalhos em periódicos sobre Bibliografia

Ano	Autorias	Título	Periódico
2015	JUVENCIO, C. H.; RODRIGUES, G. M.	A bibliografia no Brasil segundo os preceitos otletianos: a liderança da Biblioteca Nacional e outras ações.	Informação & Informação
2015	SALDANHA, G. S.	A posição da bibliografia na epistemologia de Peignot no setecentos.	Informação & Informação
2015	CRIPPA, G.	Cassiodoro e as Institutiones Divinarum Litterarum como fonte histórica para a discussão sobre práticas bibliográficas e organização do conhecimento.	Informação & Informação
2015	ARAUJO, A. V. F.; CRIPPA, G.; SALDANHA, G. S.	Em busca da Bibliografia: sobre o I Seminário Internacional A Arte da Bibliografia.	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
2015	MENEZES, V. S.	O gesto bibliográfico e a modernidade.	Informação & Informação
2016	JUVENCIO, C. H.; RODRIGUES, G. M.	A Bibliografia Nacional Brasileira: histórico, reflexões e inflexões.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação
2016	TOLENTINO, V. S.; ORTEGA, C. D.	A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia.	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
2016	ARAUJO, D. M. P.; REIS, A. S.	Bibliotecas, Bibliofilia e Bibliografia: alguns apontamentos.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação
2016	ARAUJO, A. V. F.; CRIPPA, G.	Confusa e irritante multidão de livros: relações entre o contexto histórico-informacional da Europa Moderna e a estrutura documentária de Bibliotheca Universalis, de Conrad Gesner	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação
2016	CRIPPA, G.	Entre arte, técnica e tecnologia: algumas considerações sobre a bibliografia e seus gestos.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação
2016	ORTEGA, C. D.	O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação
2017	ARAUJO, D. M. P.; REIS, A. S.	Bibliografias setecentistas e os conceitos de livro raro.	Perspectivas em Ciência da Informação
2017	VIEIRA, K. R.; LUCAS, E. R. O.; ARAUJO, A. V. F.	Jesse Shera: entre citações e bibliografia.	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina
2017	CRIPPA, G.	Narrativa como gesto bibliográfico: gabriel naudé entre erudição e política.	Perspectivas em Ciência da Informação

2017	ORTEGA, C. D.; CARVALHO, M. C.	O papel da Bibliografia na construção do conhecimento em Ciência da Informação: o caso da Escola de Ciência da Informação da UFMG.	Perspectivas em Ciência da Informação
2017	ARAUJO, A. V. F.	Os 500 anos do pai da Bibliografia: da celebração ao gesto bibliográfico de Conrad Gesner (2016-1516).	Perspectivas em Ciência da Informação
2018	ARAUJO, A. V. F.	De indicibus librorum e a arte da indicialização em Conrad Gesner (Parte I): contexto e princípios	Informação & Informação
2018	ARAÚJO, D. M. P.; REIS, A.; SILVEIRA, F. J. N.	Bibliofilia, bibliografias e a construção do sistema axiológico da raridade	Informação & Informação
2018	CRIPPA, G.	A invenção bibliográfica da arte na modernidade: notas históricas sobre a organização do conhecimento artístico no século XVI	Informação & Informação
2018	GRIGOLETO, M. C.	O espaço-tempo da bibliografia e do documento: reflexões sobre epistemes e mediações	Informação & Informação
2018	LARA, M. L. G.	Conceito de bibliografia, ou conceitos de bibliografia?	Informação & Informação
2018	SALDANHA, G. S.; COUZINET, V.	A fundamentação epistemológica da bibliografia entre Robert Estivals e Jean Meyriat: notas de um discurso francófono	Informação & Informação
2018	ARAUJO, A. V. F.; ARAÚJO, D. M. P.	Fundamentos da Biblioteconomia moderna em Gabriel Naudé: notas transversais pela lente episteme da bibliografia e da bibliofilia.	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação
2018	ALMEIDA, M. A.	O Frasco Quebrado: desafios para a Bibliografia no mundo contemporâneo.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação
2019	MENEZES, V. S.	Citação, uma guerrilheira cultural nas encruzilhadas do amanhã.	Em Questão
2019	ARAUJO, A. V. F.	De indicibus librorum e a arte de indicialização em Conrad Gesner (Parte II): ilustração e aplicação.	Em Questão
2019	SALES, R.	Julius Otto Kaiser para os estudos de Bibliografia e Documentação.	Em Questão
2019	CRIPPA, G.	O desenvolvimento e o entrelaçamento entre bibliografia, bibliometria e política no Brasil.	Em Questão
2019	ALMEIDA, M. A.	O frasco quebrado: a bibliografia e a cultura da convergência.	Em Questão
2019	GRIGOLETO, M. C.	O patrimônio institucionalizado pela perspectiva do gesto: aproximações entre Bibliografia e Arquivologia.	Em Questão
2020	DUARTE, B. T.; JUVENCIO, C. H.	Controle bibliográfico, uma revisão é necessária? o universo documental e a questão terminológica.	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
2020	ROMEIRO, N. L.; SANTOS, B. A.	Bibliografia Lilás: lesboteca e a construção de um catálogo bibliográfico para visibilidade lésbica	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação

2020	SALDANHA, G. S.	Linha cumeada: uma arqueologia dos enunciados epistemológicos da Bibliografia na fundamentação da Ciência da Informação	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
2020	GARDIN, D. A. O.; ARAUJO, A. V. F.	Trajetória e corporalidade da produção científica sobre bibliografia: um estudo preliminar a partir do portal de periódicos capes (1960-2019)	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
2020	GRIGOLETO, M. C.; SOELLA, G. M.; FAGUNDES, P. E.	Bibliografia sensível: o lugar-espço e o espaço-tempo da obra de Cassandra Rios.	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
2020	KARPINSKI, C.; VIEIRA, K. R.	A Arte de documentar a natureza em relatos de viagem às Cataratas do Iguaçu (BRASIL e ARGENTINA, 1883-1914)	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
2021	LIMA, J. F. C.; ARAUJO, A. V. F.; ARAUJO, D. M. P.	Manuscritos da fé sob uma lupa: aspectos da bibliografia material face à coleção de livros de horas da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil).	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação
2021	AMORIM, I. S.; SALES, R.	Tensões epistemológicas na bibliografia e na documentação: os diferentes olhares de otlet e ranganathan.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação
2022	MARQUES, D. S.; ARAUJO, A. V. F.	Biblioteca invisível: a biblioclastia na guerra da bósnia e herzegovina (1992-1995).	Perspectivas em Ciência da Informação
2023	SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; ARAUJO, D. M. P.; FEVRIER, P. R.; VIEIRA, G. M.	A contribuição de pessoas bibliófilas e bibliógrafas negras dos séculos XIX e XX para construção de uma Bibliografia Negra.	Ciência da Informação
2023	ROMEIRO, N. L.; SANTOS, B. A.	Bibliografia selvagem: um estudo sobre a biblioteca do Ailton Krenak e seu catálogo colaborativo.	Ciência da Informação
2023	ARAUJO, D. M. P.; SILVEIRA, F. J. N.	Mulheres escritoras em bibliografias brasileiras.	Ciência da Informação

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

No Quadro 7, são apresentados os trabalhos sobre Documentação Museológica selecionados a partir de periódicos:

Quadro 7 – Trabalhos selecionados em periódicos sobre Documentação Museológica

Ano	Autorias	Título	Periódico
2014	PADILHA, R. C.; CAFE, L. M. A.	Organização de acervo fotográfico histórico: proposta de descrição.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação
2015	PADILHA, R. C.	O museu como um espaço de pesquisa: proposta para descrição do acervo fotográfico histórico.	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação
2019	REIS, M. S.; MORAES, J. B. E.; BARROS, T. H. B.	Análise documental na Museologia: um breve exercício de identificação de conceitos.	Ciência da Informação em Revista

	SANTOS JUNIOR, R. L.		
2020	DUTRA, L. F.; GOSLING, M. S.	Tendências de pesquisa sobre museus e informação no Brasil: um estudo cienciométrico a partir dos anais do ENANCIB.	Informação & Informação
2021	CARVALHO, R.; FONSECA, L. D. P. A.; REDIGOLO, F. M.	Diálogo sobre indexação na Biblioteconomia e Museologia.	Informação em Pauta
2021	DINIZ, J. V. C.; REDIGOLO, F. M.; BARROS, T. H. B.	Documentação museológica e SOC.	Informação em Pauta
2021	BALLARDO, L. M.; MENDONCA, E. C.	Escoliose e Cifose de Scheuermann: o trajeto da documentação museológica de coleções arqueológicas no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação
2022	SILVA, L. F.; PEREIRA, A. M.	Documentação das práticas administrativas: diálogos entre a Museologia e a Biblioteconomia.	BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação
2022	DUTRA, L. F.; PEREIRA, F. C. M.	Museus: de gabinetes de curiosidades a especializados sistemas de informação.	AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento
2023	SILVA, L. F.; PADILHA, R. C.	A interoperabilidade semântica das fichas de catalogação dos museus modernistas Brasileiros.	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia
2023	BALLARDO, L. M.; MENDONCA, E. C.	Os métodos de pesquisa no sítio arqueológico como fonte de informação para a documentação museológica.	Informação & Informação
2023	REIS, E. P.; MASCARENHAS, F. A. C.; BALLARDO, L. M.	Documentação museológica em coleções de Geociências: o caso do Museu Geológico da Bahia.	InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

No Quadro 8 são arroladas as produções selecionadas a partir da BDTD sobre Bibliografia:

Quadro 8 – Teses e Dissertações sobre Bibliografia

Ano	Grau	Autoria	Título	Programa	Instituição
2015	Mestrado	TOLENTINO, V. S.	A técnica da descrição em catálogos e bibliografias: contribuição aos fundamentos da catalogação.	Ciência da Informação	UFMG
2018	Doutorado	ARAUJO, A. V. F.	Sobre a eminência e o eco da Bibliografia: nos rastros do método bibliográfico gesneriano e dos fundamentos do campo.	Ciência da Informação	USP
2020	Mestrado	VILELA, K. G. F.	Catálogo de Manuel Cícero Peregrino: contribuição da Bibliografia Histórica à Organização do Conhecimento.	Ciência da Informação	UFPE
2021	Doutorado	TOLENTINO,	Aspectos conceituais do processo	Ciência da	UFMG

		V. S.	de descrição: uma abordagem sob a ótica da Bibliografia e da Catalogação a partir do livro impresso.	Informação	
2023	Mestrado	MARQUES, W. R.	Bases documentais para a elaboração de repertórios bibliográficos em musicologia a partir do acervo do Padre Jaime Diniz.	Ciência da Informação	UFPB

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Por fim, no Quadro 9 são listadas as produções sobre Documentação Museológica selecionadas a partir das buscas na BDTD:

Quadro 9 – Teses e Dissertações sobre Documentação Museológica

Ano	Nível	Autoria	Título	Programa	Instituição
2014	Mestrado	PUELLES, A. A. L.	O vestuário e seus acessórios em São Paulo em meados do século XIX: uma construção de vocabulário para compreender indumentária	Museologia	USP
2014	Mestrado	ROCHA, C. R. A.	Da Pinacoteca ao Museu: historicizando processos museológicos	Museologia	USP
2014	Mestrado	LIMA, P. C. M.	Curadoria de objetos industriais: acervos de utensílios domésticos pré-elétricos em São Paulo	Museologia	USP
2015	Mestrado	NASCIMENTO, C. M. R.	O Instituto de Arte Contemporânea da UFPE em suas práticas documentais de acervos contemporâneos	Ciência da Informação	UFPE
2016	Mestrado	SILVA, A. P.	Reflexões sobre a (não) perenidade nos museus: a documentação e a aquisição de obras nos Salões de Arte da Bahia	Museologia	UFBA
2016	Mestrado	GALAS, D.	O Som do Silêncio: Ecos e Rastros Documentais de Vinte e Seis Esculturas Afro da Coleção Estácio de Lima	Museologia	UFBA
2016	Mestrado	GIRARD, C. D. T.	Memória e produção científica: a relação entre a coleção arqueológica e a produção acadêmica dos arqueólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)	Ciência da Informação	UFPB
2017	Doutorado	MAGALDI, M. B.	A documentação sobre exposições em museus de arte: a musealização dos processos, a história da exposição e a museografia	Ciência da Informação	UnB
2018	Mestrado	OLIVEIRA, A. A.	A documentação museológica como suporte para a comunicação com o público: a cadeirinha de arruar do Museu de Arte da Bahia	Museologia	UFBA

2018	Mestrado	BÊRIBÁ, C. E. M.	Nossa Senhora da Conceição: a recuperação do vetor folkcomunicação na produção da imaginária popular e erudita do século XVIII	Museologia	UFBA
2018	Mestrado	SALLES, M. M.	Desejos frustrados na formação de um colecionismo de moda no MASP: as aquisições dos vestidos de alta-costura Dior e Lanvin	Museologia	USP
2018	Mestrado	PIZA, V. M. P. T.	Moderno e pioneiro - a formação do acervo de artes visuais da Biblioteca Mário de Andrade na gestão de Sérgio Milliet (1943-1959)	Museologia	USP
2019	Mestrado	BONASSI, A. T.	Documentação museológica: um estudo sobre a gestão da coleção de obras raras do Museu de Arqueologia Bíblica do Centro Universitário Adventista de São Paulo	Museologia	USP
2019	Mestrado	CAETANO, J. P. S.	Performances de arte em museus brasileiros: documentação, preservação e reapresentação	Ciência da Informação	UnB
2019	Mestrado	SANTOS, M. L.	Mediação cultural: estudo e prática a partir das informações presentes nas esculturas religiosas, na documentação e no ambiente virtual no Museu de Arte Sacra de Laranjeiras/SE	Ciência da Informação	UFS
2021	Mestrado	SANTANA, P. F.	O museu na escola: a coleção de modelos didáticos para o ensino de botânica do Museu Louis Jacques Brunet/ Ginásio Pernambucano (1893-1934)	Museologia	USP
2022	Mestrado	CARVALHO, R. A.	A Análise de assunto no contexto museológico: aplicação do protocolo verbal individual nos museus da UFPA e MPEG	Ciência da Informação	UFPA

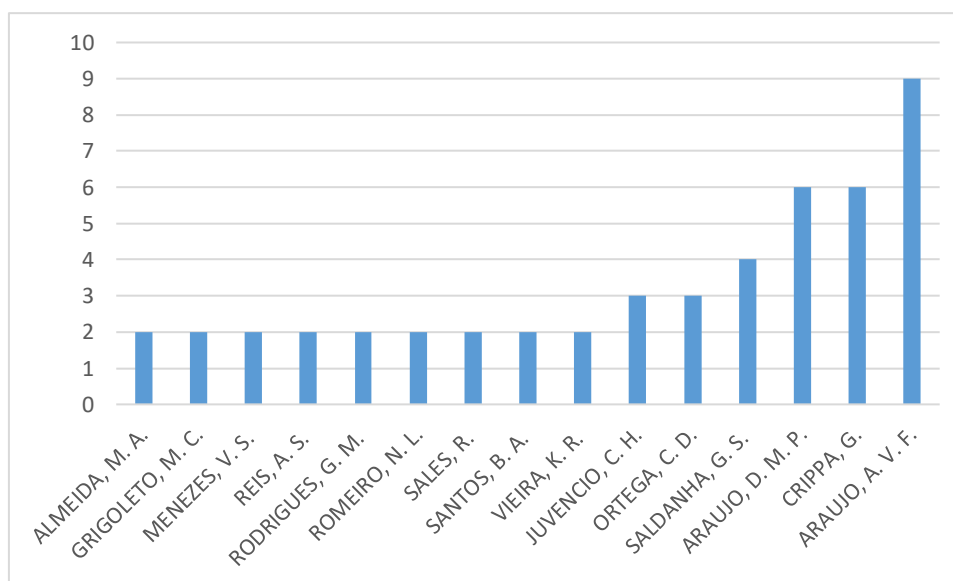
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Os dados listados nos quadros acima permitem visualizar algumas questões preliminares ligadas aos problemas observados no presente trabalho, como as autorias ligadas a cada um dos debates e seus respectivos meios de circulação. A visualização afunilada de dados a partir do material selecionado permite observar de maneira mais dedicada cada uma das questões.

O Gráfico 1 permite observar que no recorte estabelecido, apenas seis autores e autoras realizaram mais de duas publicações dentro da temática da Bibliografia. Os números são da aparição destes autores no *corpus*, o que significa que alguns de seus trabalhos são desenvolvidos em coautoria. Contudo, destaca-se a presença

significativa de autorias como Diná Araujo, Giulia Crippa e André Araujo.

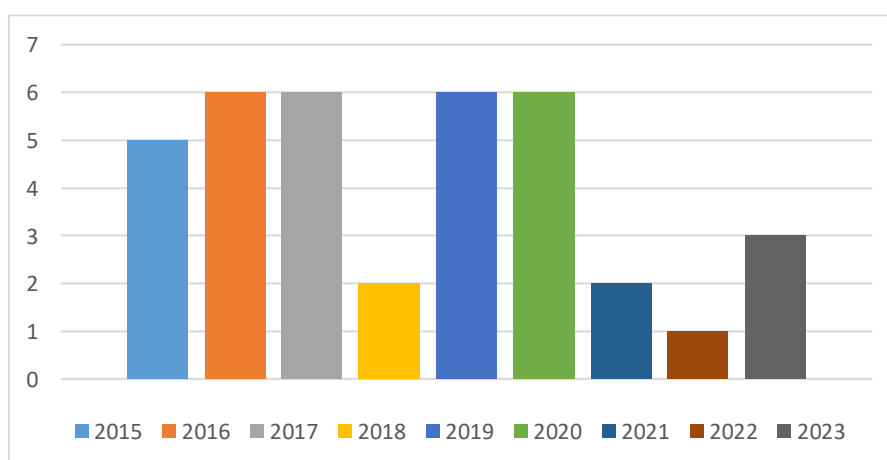
Gráfico 1 – Publicações sobre Bibliografia por autoria



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O Gráfico 2 demonstra a constância geral da realização de publicações sobre Bibliografia ao longo dos últimos anos no recorte estabelecido. A constância de publicações pode ser associada à realização dos seminários *A Arte da Bibliografia*, cujo um dos produtos envolve a publicação de edições em periódicos com trabalhos oriundos dos debates. A não recuperação da integralidade dos trabalhos de cada edição pode ser explicada pelas escolhas de título e palavras-chaves dos autores em suas publicações, possivelmente indicando que o debate a respeito da constituição disciplinar do campo não caracterizava o cerne da produção.

Gráfico 2 – Publicações sobre Bibliografia por ano

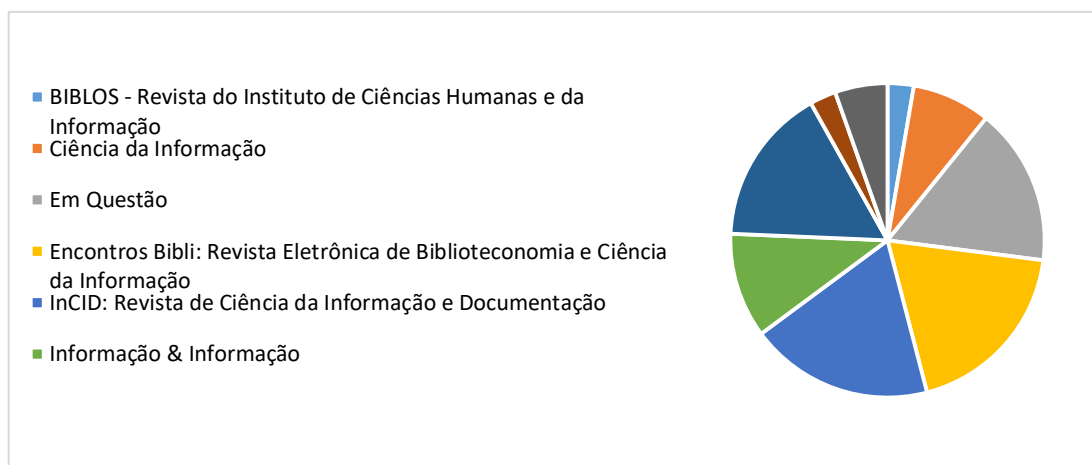


Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O Gráfico 3 também permite pensar a respeito da relação entre a realização

dos seminários *A Arte da Bibliografia* e o fluxo de publicações sobre a temática, já que os periódicos que publicaram números especiais advindos do evento aparecem significativamente nos resultados.

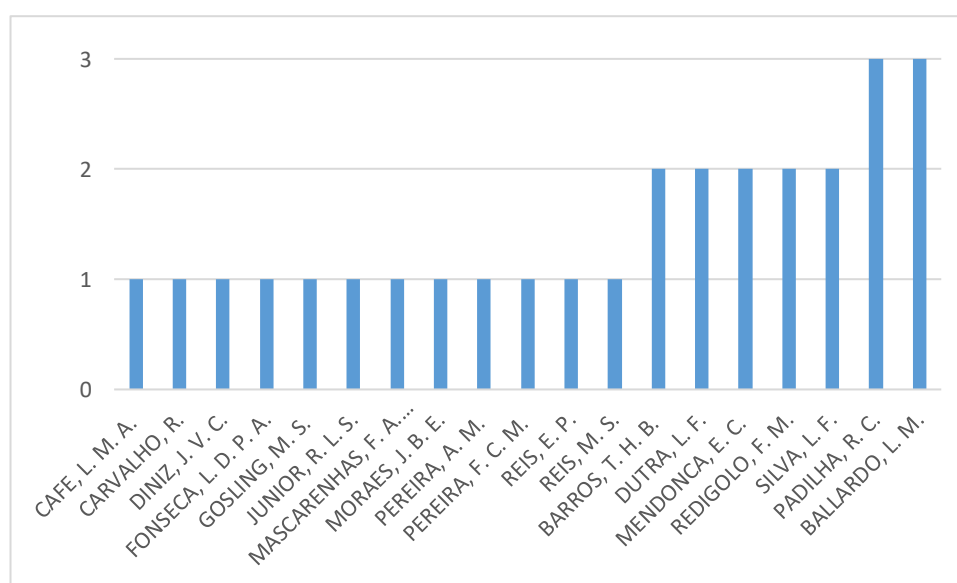
Gráfico 3 – Proporção de publicações sobre Bibliografia por periódico



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O Gráfico 4 permite visualizar as autorias mais recorrentes em produções a respeito de Documentação Museológica, onde destacam-se figuras como Renata Padilha e Luciana Ballard. As autorias que aparecem com uma publicação no gráfico foram contabilizadas por trabalharem em coautoria com autorias que apareceram mais de uma vez.

Gráfico 4 - Publicações sobre Bibliografia por autoria

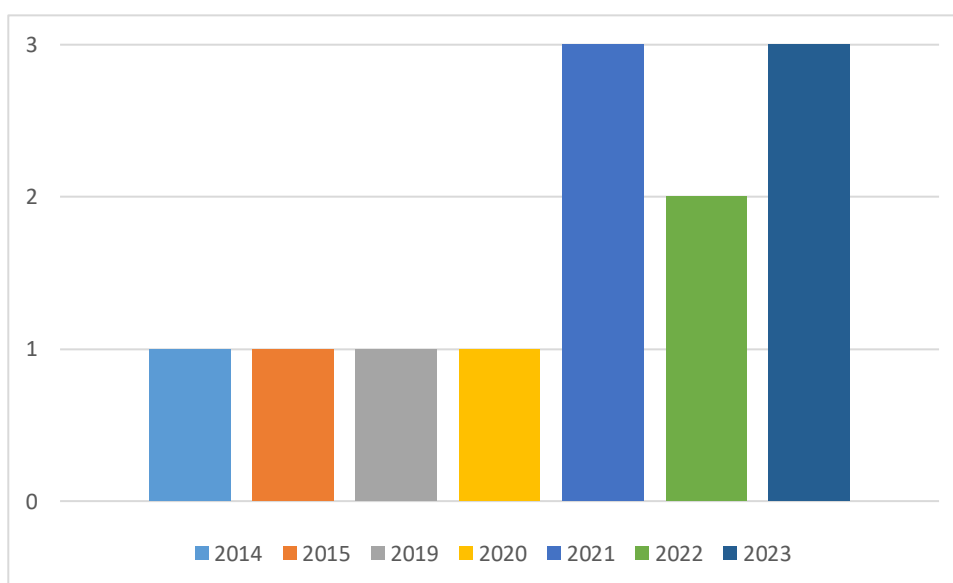


Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O Gráfico 5 permite visualizar o aumento de publicações sobre Documentação

Museológica recentemente no recorte estabelecido. Se em 2014, 2015, 2019 e 2020 existe apenas uma ocorrência por ano, entre 2016 e 2018 não se obteve nenhum resultado – já a partir de 2021, observa-se um aumento significativo, com oito ocorrências até 2023. Importa destacar que isso não significa que não aconteceram outras publicações sobre a temática – o recorte permite observar periódicos com maior nível de avaliação conjugados à atuação de pesquisadores engajados no tema.

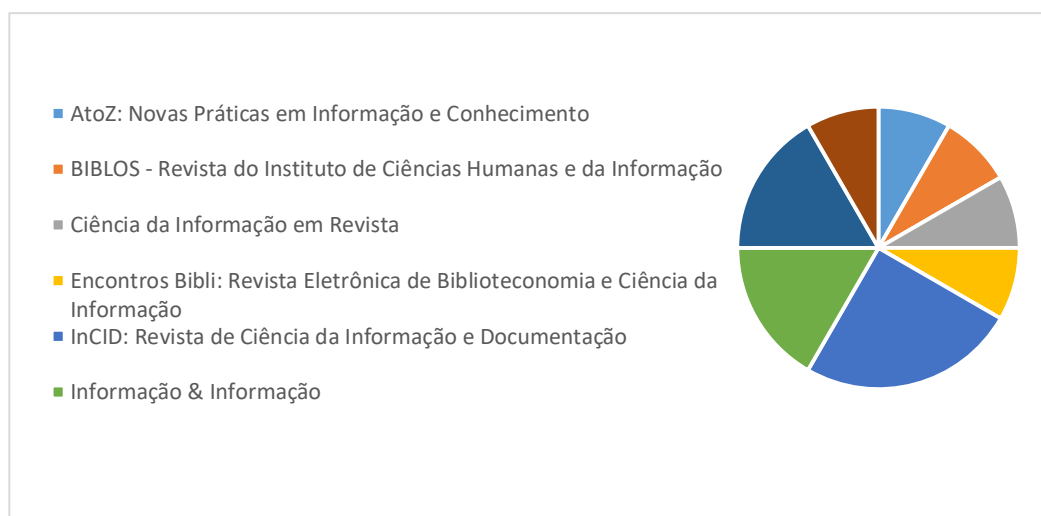
Gráfico 5 – Publicações sobre Documentação Museológica por ano



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O Gráfico 6 possibilita observar os periódicos em que ocorreram as publicações selecionadas. É interessante observar que dos sete periódicos listados no Gráfico 3, quatro aparecem no Gráfico 6 (BIBLOS, Encontros Bibli, InCID e Informação & Informação), indicando a circulação dos debates sobre Bibliografia e sobre Documentação Museológica pelos mesmos canais de comunicação científica.

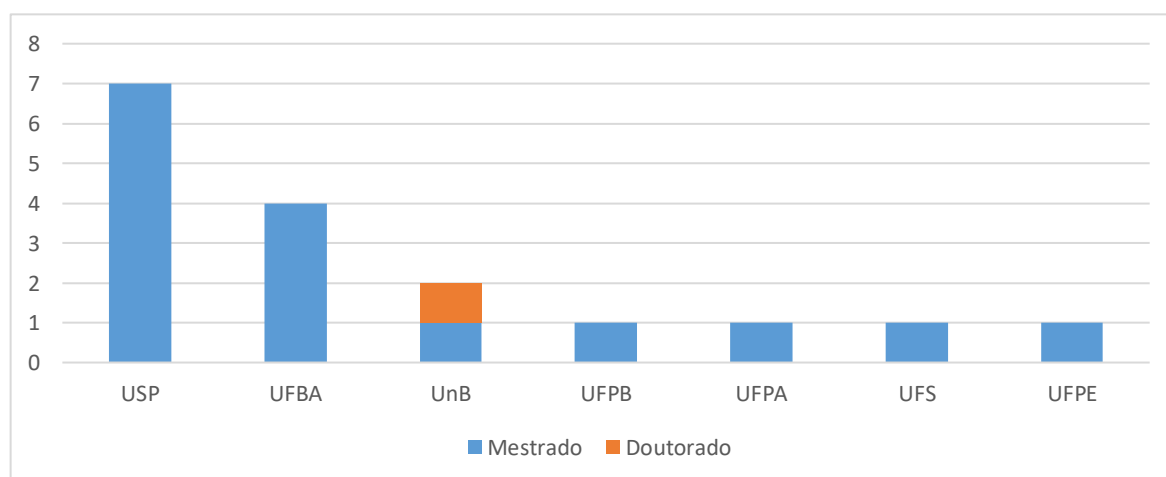
Gráfico 6 – Proporção de publicações sobre Documentação Museológica por periódico



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Tratando das teses e dissertações sobre Documentação Museológica, o Gráfico 7 possibilita visualizar a forte presença da USP enquanto instituição onde a temática é debatida, seguida pela UFBA e pela UnB (única a apresentar tese de doutorado).

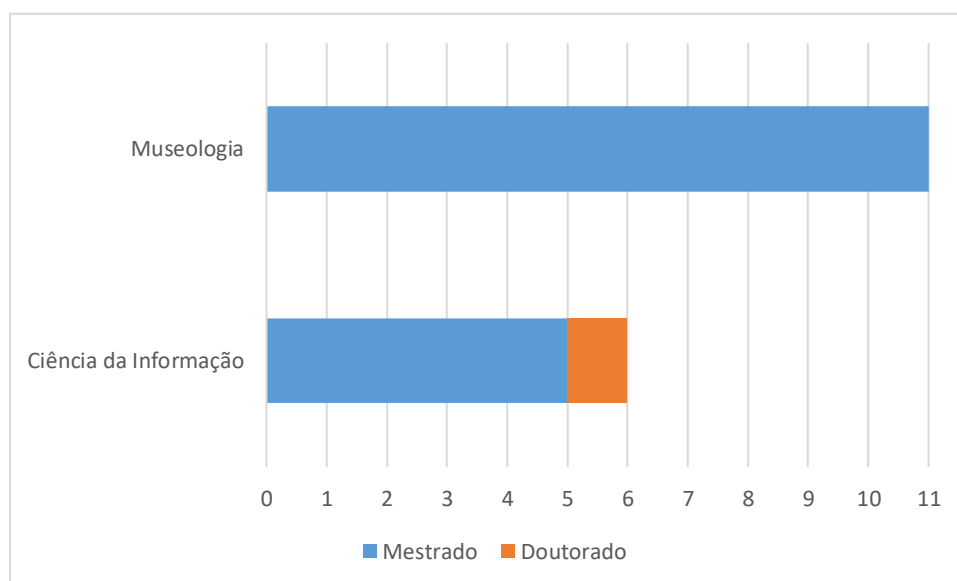
Gráfico 7 – Teses e Dissertações sobre Documentação Museológica por instituição



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Ainda sobre estas produções, é notável que apenas uma das produções é produto de Doutorado, todas as demais constituindo pesquisas de Mestrado. Outro dado interessante de se observar, é o peso dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação para discutir o tema – conforme o Gráfico 8.

Gráfico 8 – Teses e Dissertações sobre Documentação Museológica por Programa de Pós-Graduação



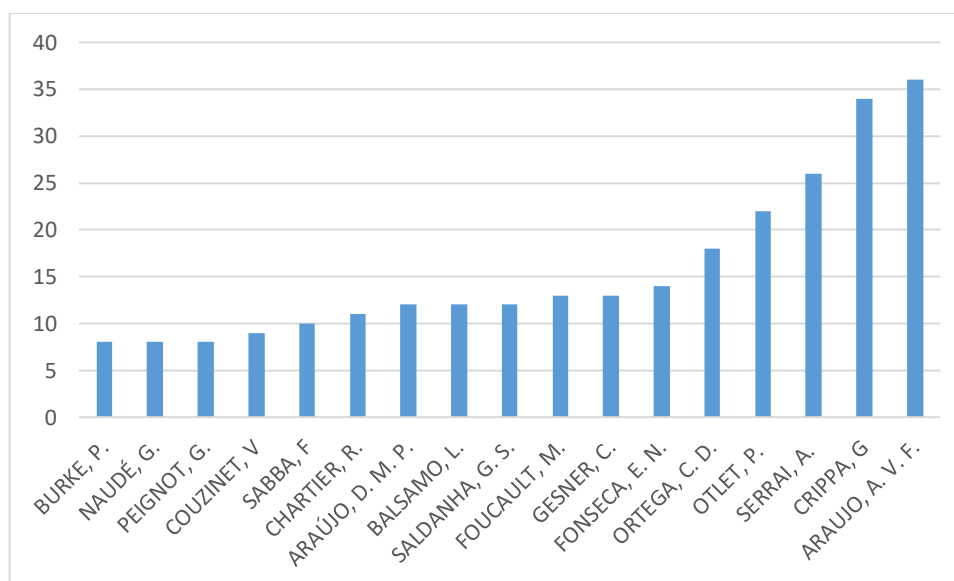
Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Na sequência, apresentamos a análise desenvolvida a partir do *corpus* constituído a partir dos resultados das buscas em bases de periódicos, lembrando que os resultados da BDTD foram utilizados para observar caminhos de análise, e serão aproveitados em momento posterior para maior aprofundamento.

6.1 ANÁLISE DE CITAÇÕES

A análise de citações foi realizada a partir do *corpus* de 54 artigos selecionados para a leitura completa e análise conceitual. Foi realizada com o objetivo de observar quais autorias são mais influentes nos debates contemporâneos das temáticas estudadas. Nesse sentido, espera-se observar se há presença comum de autorias em ambas as literaturas (voltadas à Bibliografia e à Documentação Museológica), bem como se é possível estabelecer relações entre as matrizes que sustentam os debates da área e a abordagem conceitual desenvolvida ao longo deste trabalho. Desta maneira, optou-se por extrair da listagem de referências do corpus, apenas as autorias de cada referência presente - já que o objetivo é identificar a presença de autores e autoras nas citações da literatura, não trabalhos específicos. Manualmente, foram elaboradas tabelas no *software excel*, onde foram arroladas todas as autorias presentes na literatura, a partir da qual foram elaborados os gráficos a seguir.

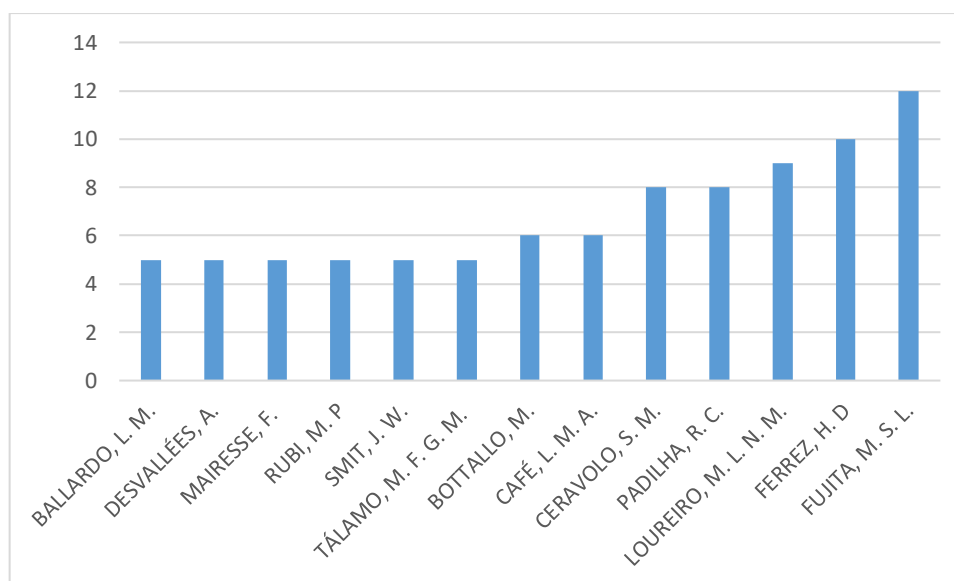
Gráfico 9 – Autorias mais citadas nas referências da literatura sobre Bibliografia



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Ao analisar o gráfico acima (Gráfico 9), pode-se observar as autorias mais recorrentes no corpo de referências dos trabalhos que debatem a Bibliografia – ao todo, foram coletadas 1124 referências, e optou-se por apresentar o gráfico com as autorias que aparecem referenciadas no mínimo oito vezes, haja vista que abaixo desta quantidade o número de autorias passa a abundar e torna a visualização do gráfico dificultosa, tirando o propósito de visualizar as referências mais influentes na literatura. A influência da *Arte da Bibliografia* na literatura contemporânea sobre o tema é notável nesta análise, já que as duas principais autorias presentes no gráfico, são Araujo e Crippa, seguidos por Serrai, importante referência nos trabalhos dos autores que aqui foram analisados. Ainda, pode-se observar a presença de referências clássicas para o campo, como Naudé, Peignot e Gesner, além da interessante presença de Michel Foucault, filósofo responsável por importantes contribuições às conceituações de Documento, sendo importante referência, por exemplo, para a obra de Le Goff (2013), aqui trabalhada para sustentar a ideia do Documento enquanto Monumento.

Gráfico 10 – Autorias mais citadas nas referências da literatura sobre Documentação Museológica



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

No Gráfico 10, pode-se observar as principais autorias citadas em trabalhos que tratam da Documentação Museológica – ao todo, foram coletadas 436 referências, e optou-se por apresentar o gráfico com as autorias que aparecem referenciadas no mínimo cinco vezes, haja vista que abaixo desta quantidade o número de autorias passa a abundar e torna a visualização do gráfico dificultosa, tirando o propósito de visualizar as referências mais influentes na literatura (vale destacar que o *corpus* numericamente reduzido em relação aos textos sobre Bibliografia, resultou em uma quantidade também menor de referências coletadas e permitiu realizar a representação gráfica até cinco aparições, “alongando” a vista além das oito aparições representadas no Gráfico 9). Destacam-se figuras ligadas ao campo da Ciência da Informação, como Fujita, Ferrez, Padilha, Ceravolo, Café, Tálamo e Smit, reforçando a relação profícua entre os campos de trabalho da CI e da Museologia. Apesar de não figurarem entre as principais referências citadas, é notável a presença de autorias como Hjørland, Lara, Brascher, Pinheiro, Barité e Ortega, figuras importantes para os campos da CI e da OC. Mais significativamente para nossos objetivos, há a presença (ainda que tímida), de referências a Paul Otlet e Giulia Crippa, o que sinaliza o potencial intercâmbio teórico e metodológico entre as literaturas da Bibliografia e da Documentação Museológica.

Na sequência, apresenta-se os resultados das análises realizadas a partir da leitura completa dos trabalhos.

6.2 ANÁLISE CONCEITUAL

Na seção que descreve a metodologia do trabalho, apresentou-se como proposta de análise para o corpus um roteiro em três passos (Quadro 5): 1) identificar a presença ou não dos conceitos de “Documento” e “Classificação”; 2) Identificar a caracterização da prática bibliográfica ou de documentação museológica realizada pelas autorias, bem como de seus produtos; e 3) identificar as relações estabelecidas com a CI, com suas aproximações e distanciamentos. É importante frisar que parcela significativa dos trabalhos não apresenta tais conceituações de maneira explícita, ou realiza paralelos abertos com o campo da CI - isso se explica por diversos caminhos. Em primeiro lugar, não necessariamente a definição de conceitos muitas vezes compreendidos quase como “senso comum” é pensada como uma prioridade para as autorias dos trabalhos - determinados conceitos e relações acabam muitas vezes implícitos. No mesmo sentido, estabelecer relações conceituais básicas nem sempre faz sentido para discussões que procuram ocupar-se de outras temáticas ou problemas. Portanto, as subseções seguintes ocupam-se da discussão apresentada efetivamente nos trabalhos abordados como corpus da presente pesquisa, trazendo à baila questões por vezes laterais destes textos que possam auxiliar na reflexão do problema aqui proposto.

6.2.1 Documento

No que toca ao conceito de Documento, é importante destacar a força com que aparece na literatura estudada. Em geral, é um conceito que ocupa papel central nos problemas debatidos, e que por vezes é apresentado em grande nível de detalhamento, com a retomada de abordagens clássicas e o estudo de seu desenvolvimento ao longo do tempo.

A ênfase da abordagem de Reis, Moraes, Barros e Santos Junior (2019) está em entender o processo de Análise Documental como ferramental para expressar da melhor maneira possível o conteúdo de um determinado documento. Nesse sentido, pode-se notar que é uma premissa a ideia de que o documento é um item a ser trabalhado, explorado e compreendido contextualmente. Nota-se na abordagem dos autores (Reis; Moraes; Barros; Santos Junior, 2019) a relevância atribuída à relação entre a produção de documentos e o processo de musealização - ou seja, a ênfase

no fato de que o processo de Documentação Museológica envolve a produção de itens qualitativamente distintos dos objetos e realidades que representam. Uma das questões identificadas, é a incipiência nas etapas de representação conceitual no âmbito da museologia.

Diniz, Redigolo e Barros (2021) escrevem um interessante trabalho, já que observam uma coleção com documentos de tipologias diversas, como diários, documentos acadêmicos, utensílios, mapas e livros, frisando ainda uma importante questão: o traçado de determinada trajetória biográfica não se desenha apenas com documentos que nasceram com o intuito de preservação - é interessante associar esta particularidade a ideias como as de documento por intenção e atribuição, trabalhadas por Meyriat e caras à reflexão de Ortega (2016), que apresentaremos à frente. Novamente, é reforçado o vínculo da Documentação Museológica com o processo de musealização, em estreita associação.

Padilha e Café (2014) adotam a noção de documento para pensar tanto objetos ligados a museus, como documentos administrativos ou documentos produzidos a partir dos acervos institucionais. A documentação - decorrente destas práticas - é entendida como condição fundamental para que o museu não seja um simples “depósito” de objetos ausentes de sentido. Desta maneira, a conservação e a documentação são a base necessária para a pesquisa científica e a comunicação em museus. Em sua proposta de abordagem descritiva para acervos fotográficos históricos, as autoras (Padilha; Café, 2014; Padilha, 2015) dão ênfase não apenas às dimensões ligadas ao conteúdo imediato do objeto e sua autoria, mas prezam pela presença de metadados que documentem todo o ciclo de vida destes objetos, incluindo momentos como restaurações, usos e acesso ao objeto, já que estes permitem observar as mobilizações e transformações que seguem ocorrendo no entorno destes objetos/documentos.

Ballardo e Mendonça (2021) discutem processos de documentação museológica vinculados à arqueologia - tema interessante de se observar, já que a dinâmica própria da realização de escavações e a abordagem sobre os itens delas provenientes é bastante específica quando comparada a procedimentos outros de associação entre objetos. Uma das questões relevantes para a documentação de objetos advindos da arqueologia no âmbito dos museus, é a incorporação de dados e informações dos sítios arqueológicos e dos processos de escavação, considerando seus diferentes contextos e ocupações como matrizes informacionais abrangentes e

que oferecem elementos preciosos para a contextualização e pesquisa dos objetos - também tratados pelas autoras como artefatos (Ballardo; Mendonça, 2021). Em trabalho posterior, as autoras destacam como cada decisão e processo desenvolvido em um sítio arqueológico estão associados a cargas de interpretação específicas, desde os elementos geoambientais, escavações ou estratigrafia, fornecendo base informacional para os documentos a serem musealizados - nesse sentido, aflora a ideia de que a informação não é uma característica inata de determinado objeto, mas um produto das indagações realizadas em torno dele (Ballardo; Mendonça, 2023).

Na esfera arqueológica não é diferente; uma ponta de projétil encontrada no fundo de uma gaveta de uma sala de pesquisa, por exemplo, esquecida por algum perito que esteve a realizar a análise de uma coleção e a deixou ali, sem qualquer referência que a conecte a qualquer coleção ou a alguma pesquisa e conseqüentemente ao sítio arqueológico de onde foi removida, inviabiliza a possibilidade de buscar informações além dos dados físicos e químicos disponíveis em si mesma.

Quando se fala do objeto no âmbito dessas duas disciplinas, os significados não são parte intrínseca dele; dependem de elementos ligados ao(s) contexto(s) de que participou. O objeto não contém informações em si mesmo além daquelas características físicas apontadas anteriormente. Os predicados dos objetos são eleitos e atribuídos por grupos sociais durante sua criação, seu deslocamento e seu uso (MENESES, 1998).

As informações, além de não estarem embutidas ou contidas nos objetos, também dependem das perguntas suscitadas e dos métodos empregados para respondê-las. Do ponto de vista da Arqueologia Pós-Processual, isso pode ser relacionado também ao subjetivismo atrelado ao agente que realiza a pergunta, uma vez que ele formula questionamentos que outro agente não faria e, se o fizesse, possivelmente buscaria suas respostas de maneiras distintas. Em outras palavras, os objetos ou vestígios arqueológicos são como elementos textuais que formam uma obra (um sítio arqueológico) e possibilitam análises variáveis. (Ballardo; Mendonça, 2023, p. 69)

Dutra e Pereira (2022) destacam que, se qualquer objeto pode ser apropriado enquanto um documento, é necessário recordar que nem todo objeto configura-se como documento, já que esta condição depende de determinado processamento que carregue como objetivo fornecer informação. Apontam ainda, que foi ao longo do século XX que os objetos museológicos passaram a ser concebidos enquanto documentos fornecedores de informação, processo que os leva a serem submetidos por procedimentos de documentação museológica (Dutra; Pereira, 2022).

Duarte e Juvêncio (2020) abordam o conceito de Documento a partir da perspectiva otletiana, destacando a grande diversidade tipológica que pode ser encontrada em unidades de informação como bibliotecas. Contudo, é bastante

interessante observar que as autorias optam por destacar as divergências práticas entre a adoção de ideias como “controle bibliográfico” e “controle documentário”, apontando que o primeiro caso liga-se a abordagens mais “restritivas” do que o segundo - sugerindo a retomada de princípios desenvolvidos por Otlet (Duarte; Juvêncio, 2020) - aqui, destaca-se uma abordagem que opta por retomar as discussões centradas na proposta de valorização da tradição documentalista em relação à bibliografia.

Uma importante perspectiva apresentada ao longo da dissertação, é a que atrela o conceito de Documento à ideia de Monumento, no binômio Documento/Monumento. Araujo (2019) parte desta compreensão, bem como Araujo, Crippa e Saldanha (2015), que destacam também a presença de fatores ideais e ideológicos nos processos que influem o ciclo de vida da informação, passando desde a seleção e a organização, até a circulação e apropriação da mesma. Crippa (2016) trata o documento enquanto um registro dotado de relevância social, de tipologias diversas, que pode ser abordado por disciplinas como a Bibliografia - para esta, Araujo, Crippa e Saldanha (2015, p. 508) salientam que o documento possui um caráter fundante:

O problema que se coloca, hoje, não é necessariamente de distinguir entre dados internos ou externos de um documento mas, sim, de definir os limites das identidades que podem ser individualizadas e descritas. As margens destes limites necessariamente demandam visões pluridisciplinares em diálogo permanente e aproximações entre domínios diferentes, como história do livro e artes, saberes digitais e ciência política. Parece-nos que, se hoje atentamos para isto no fórum do evento, tal condição já estava dada no desenvolvimento do pensamento bibliográfico na Modernidade.

Uma interessante proposta de abertura de sentido para a Bibliografia pode ser observada em Karpinski e Vieira (2020), que procuram aproximar a documentação realizada a partir de relatos de viagem à chamada “arte da Bibliografia”, no sentido de suas técnicas e tecnologias. Para os autores, é muito importante o conceito de memória. Ao compreender o documento como uma forma de representação de uma sociedade, construídos a partir de valores específicos de determinado tempo e espaço, estes podem ser pensados como um caminho para preservação de memória. Nesse sentido é que Karpinski e Vieira (2020) entendem que os relatos de viagem podem ser operados como fontes de informação, seja para o campo da geografia, seja para o campo da história. A “arte de documentar a natureza” seria relacionável desta maneira com a “arte da bibliografia”, a partir do trato com os

documentos.

Grigoletto, Soella e Fagundes (2020) partem de Serrai para apontar o papel da Bibliografia na seleção de Monumentos e Documentos que expressam patrimônio científico, cognitivo e literário. Apoiam-se ainda em Meyriat para defender a ideia de documento como um objeto que comunica e é durável, suportando a informação. Outra importante referência utilizada, é Michel Foucault, a partir do qual entendem o documento como produto de relações de poder que possibilitam análises de sua materialidade e elementos discursivos de sua circulação, uso e condições de validação (Grigoletto; Soella; Fagundes, 2020).

Para Grigoletto (2019), no campo do patrimônio são diversas as perspectivas que atravessam o conceito de Documento - se a arquivologia é proeminente, pode-se destacar também práticas como a dos antiquários. No entanto, a autora destaca características necessárias para pensar o conceito em relação ao patrimônio, notadamente com destaque à ideia de que os documentos o são por intenção e por atribuição. Ainda, frisa que um documento é de tipo específico (museológico, arquivístico, bibliográfico) se lhe forem legadas tais atribuições, e que um traço fundamental de sua existência são objetivos simbolicamente ativados por meio do agenciamento (cristalizados institucionalização e representação documentária), de maneira que acontece a transformação de objetos em documentos e a partir de documentos, com usos políticos do passado (Grigoletto, 2019).

Crippa (2018, p. 64) trata do documento enquanto monumento, e argumenta que “Um ‘documento’ nunca é encontrado de maneira acidental. Na realidade, é sempre conscientemente construído como tal pelo historiador em sua prática” - o documento enquanto uma produção ativa daquele que o mobiliza a determinado fim (Le Goff, 2013), é uma dimensão fundamental a se observar a partir da perspectiva das disciplinas que ocupam-se fundamentalmente da organização e mediação dos próprios documentos, já que o papel de artífice desempenhado pelo bibliógrafo ou documentalista é determinante para a legitimação de determinada abordagem e produção de sentido a partir dos documentos.

Ortega (2016) realiza uma significativa revisão conceitual, apontando que existem conceitos distintos em cada campo disciplinar para o documento enquanto um objeto empírico sobre o qual se desencadeiam procedimentos, com destaque interessante: no centro do conceito de documento, encontra-se a potencialidade de generalização a ele subjacente. Para a autora (Ortega, 2016), com Meyriat o conceito

ganha uma característica importante em relação à noção "tradicional": comunicar algo, transmitir mensagens - o lugar simbólico aparece como fundamental para o documento. Ortega (2016) ainda dedica destaque ao fato de, por muito tempo, o conceito de documento ter sido abandonado no campo da CI, privilegiando propostas em alguma medida difusas do conceito de informação. Tendência que vem se transformando nas últimas décadas, com a presença de autores como Buckland.

Assim, os documentos são informações selecionadas e organizadas materialmente em um sistema, cuja significação proposta objetiva orientar processos de significação pelo público. O modo diverso como essas informações são operadas em sistemas demonstra a plasticidade do documento, como podemos observar pela identificação dos seguintes produtos documentários na forma de objetos e seus registros: objetos abordados como documentos; registros que representam estes documentos em sua totalidade, em seu conjunto, ou em suas partes; registros (cadastrais, estatísticos) constituídos a partir de documentos diversos; e registros constituídos a partir de transações (ou seja, operações administrativas). Os sistemas produzidos referem-se a tipos de processos que realizam o controle de processos administrativos, no caso da Arquivologia de fase corrente, ou a representação de informações visando recuperação, quando se refere à Biblioteconomia, à Museologia e à Arquivologia de fase permanente. (Ortega, 2016, p. 58)

Ainda a respeito do conceito de Documento, é cara para a abordagem aqui pretendida o seguinte trecho (Ortega, 2016, p. 50):

Segundo Rendón Rojas, a palavra biblos era adotada no sentido de objetos com informação objetivada, feitos para serem lidos, portanto, objetos de conservação e transmissão de informação. O autor afirma haver uma certa subestimação do sentido histórico da palavra biblos e suas palavras derivadas, como biblioteca e Bibliotecología (de acordo com o uso na América Espanhola), e que a palavra pode ser interpretada como documento (no sentido abarcador que definimos aqui), ou seja, incluindo não só o livro em seu sentido contemporâneo, enquanto objeto de determinada forma e elementos que o estruturam, mas todo tipo de objeto operado segundo fluxos informativos por meio de sistemas e atividades específicas.

Levando em consideração a intenção de observar aproximações entre a Bibliografia e a Documentação Museológica, é interessante observar tal aproximação entre os conceitos de biblos e documento, permitindo considerar maior grau de abrangência possível a partir tanto da biblioteca quanto do museu, em relação a objetos não considerados como "tradicionais" em seus espaços. Assumir determinada abertura que compreenda objetos para além do sentido tradicional do livro e sua alocação no sentido de documento não apenas retoma a diversificação tipológica presente desde Otlet (2018), como aponta um terreno bastante fértil para as atividades

disciplinares - se recordarmos McKenzie (2018), a ampliação da noção de texto carrega consigo importantes propostas metodológicas, com relações profícuas de estudos com outras áreas do conhecimento.

6.2.2 Classificação

O conceito de Classificação também aparece nos trabalhos analisados, ora com maior definição conceitual, ora de maneira implícita. Reis, Moraes, Barros e Santos Junior (2019) destacam que no processo de análise documental/documentária, ocorrem procedimentos de resumo (em aproximação ao documento original), e de indexação, caracterizado como um processo em que se condensa ao máximo o texto de origem, fragmentando conceitos e integrando-os a classes. Pode-se identificar, no descrito processo de análise documentária, a forte incidência da imposição de princípios classificatórios nesta agência documental que aqui é objeto. Nesse sentido, os autores destacam que o conteúdo é sempre moldável a depender do fim a que se destina a representação (Reis; Moraes; Barros; Santos Junior, 2019).

Padilha e Café (2014) destacam o processo de classificação como algo impingido aos objetos logo que adentram o museu, como uma condição fundamental de seu ciclo de vida. Diniz, Redigolo e Barros (2021) partem de uma definição de coleção associada a um conjunto ordenado, reunido com base em valor que seja ou artístico, ou cultural, ou histórico, ou de raridade etc. Para os autores, sempre com princípios organizadores, de seleção e de coleta, as coleções funcionam como sistemas ordenados de conhecimento (Diniz; Redigolo; Barros, 2021).

Nesse sentido, Silva e Pereira (2022) enfatizam durante a realização de revisão sobre o conceito de documento, que junto aos esforços de Otlet em estabelecer uma conceituação para documento, estava presente a elaboração de sistemas classificatórios. Ortega (2016, p. 49) argumenta que:

A leitura do objeto que o transforma em documento para o sistema segue uma política de informação que privilegia perspectivas institucionais e comunidades discursivas potenciais. O documento é tornado pertinente a partir da seleção, da descrição formal e da atribuição de descritores ou outras unidades de classificação e indexação, enquanto atividades de organização da informação, as quais são seguidas dos demais procedimentos documentários. As atividades documentárias são resultado de uma série de escolhas pois os documentos são organizados em categorias por meio de aspectos

que são priorizados frente a outros, implicando uma construção que é permeada de elementos ideológicos.

Araujo (2017) destaca a maneira como nas *Pandectae* de Conrad Gesner, a classificação forma junto aos *Loci* a estrutura lógica do produto, constituindo a base fundamental da busca bibliográfica - em um modelo que é determinante para a sistemática da disciplina, com suas características organizativas e representacionais, operando a recuperação e mediação de documentos na época. Destaca-se, ainda, a maneira como as relações estabelecidas entre as obras estão associadas a como Gesner compreendia o conhecimento humano, baseado em princípios inspirados nas sete artes medievais, junto a categorias renascentistas (Araujo, 2017). A sensibilidade classificatória de Gesner é reforçada também por Araujo e Crippa (2016, p. 238), que apontam a preocupação do polímata em organizar o “[...] conjunto mais amplo e mesmo caótico de produção e mediação documentária”.

Crippa (2015, p. 90) aprofunda a percepção em torno do papel da classificação, sustentando que é “[...] através de escolhas classificatórias e de representação que se torna possível a manutenção dos conhecimentos”. Para a autora, a Bibliografia é marcada por ser um dos “[...] campos discursivos que se definem como classificadores do conhecimento” (Crippa, 2016, p. 30). Tais perspectivas reforçam a ênfase que vem sendo ligada ao papel da classificação para o campo informacional ao longo deste trabalho.

Sales (2019) baseia-se em Otlet para definir a Bibliografia como o trabalho de organização de documentos, enquanto a Documentação como de organização das informações contidas em documentos. O autor destaca ainda o papel de Kaiser nos estudos bibliográficos, destacando que

Para além da construção dos arranjos conceituais dos termos presentes nos índices de assuntos, Kaiser se preocupou também com o arranjo físico dos documentos, lançando mão de técnicas classificatórias para tal. Como a classificação lida com o mesmo assunto exposto na literatura, a concepção de um esquema de classificação e a execução do mesmo contemplariam os mesmos elementos contidos na indexação (nos índices), baseando-se nas categorias fundamentais. O agrupamento tanto dos assuntos quanto dos documentos deveria ser feito gradualmente por semelhança, arranjado com base na ordem atribuída e nomeada pela classificação. Em outras palavras, se a análise da literatura indexável fornecia os assuntos que seriam utilizados na construção do índice, cabia à classificação a determinação da ordem desses assuntos, para fins de localização conceitual e física dos materiais. (Sales, 2019, p. 182-3)

Araujo e Araújo (2018) ao estudar a obra de Naudé, destacam que para o autor,

noções como “ordem” e “arranjo” são o que torna possível caracterizar algo como uma biblioteca, diferenciando determinado conjunto de um simples “ajuntamento” - uma questão central foi a elaboração por Naudé de um sistema de classificação.

Grigoletto (2019) aborda a perspectiva do gesto, em paralelo com a bibliografia, para pensar o gesto documentário. Para a autora, deve-se recordar os gestos pré-documentário e documentário, ocupando-se da seleção de objetos com vistas à patrimonialização e, em etapa posterior, à produção de documentos objetivando a preservação dos objetos em questão.

O gesto, em meio aos processos de agenciamentos sobre os objetos do passado, pode ser analisado como o alicerce de um dispositivo, sendo a mediação documentária o dispositivo para processos, produtos e seus desdobramentos no meio institucional e social. Assim, o gesto documentário, em seu aspecto simbólico, ultrapassa as operações técnicas e os enquadramentos disciplinares e científicos que organizam, fundamentam e fixam modos processuais (jurídicos e administrativos). (Grigoletto, 2019, p. 210)

6.2.3 Caracterização e relações com a Ciência da Informação

Ao longo da leitura dos trabalhos arrolados no corpus da pesquisa, foram identificadas contribuições para a caracterização das práticas tanto de Documentação Museológica, como da Bibliografia, de maneira que torna-se possível identificar possibilidades de aproximação entre ambas, bem como de se estabelecer maiores relações a partir de questões vinculadas à própria CI. Se em alguma medida é possível identificar paralelos técnicos, por meio de procedimentos ligados diretamente a atividades como a catalogação e a indexação, é também possível identificar paralelos no horizonte disciplinar, bem como discussões de princípios ético-políticos que aproximam as áreas.

Reis, Moraes, Barros e Santos Junior, (2019) argumentam que a Análise Documental pode ser entendida, como um dos eixos que relaciona a museologia, por meio da documentação museológica, com outros campos que trabalham o conteúdo de documentos. É interessante notar a intenção dos autores (Reis; Moraes; Barros; Santos Junior, 2019, p. 100) em "[...] aproximar as noções de documento museológico, suas propriedades e seu tratamento junto à Ciência da Informação".

Diniz, Redigolo e Barros (2021) partem de uma coleção de documentos mistos, do antropólogo Edson Soares Diniz e da aplicação de um tesouro, para trazer discussões que relacionam colecionismo, Organização do Conhecimento e

Documentação Museológica. Pensam a documentação museológica principalmente a partir da ideia de Sistemas de Organização do Conhecimento, ligando a ela um sentido teórico profundo, já que a atividade de documentar nos museus passa a ser entendida não apenas como um procedimento técnico, mas como um procedimento profundamente importante para a organização e mediação do conhecimento humano (Diniz; Redigolo; Barros, 2021). A OC como um elo que permite ligar estudos museológicos com estudos vinculados por exemplo ao campo da biblioteconomia, é uma ideia reforçada também por Carvalho, Fonseca e Redigolo (2021). Para estas autorias, se existem particularidades entre cada um dos campos de atuação, atividades como a indexação, tratamento da informação e produção documentária plasam os procedimentos de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento que ligam abordagens e campos aparentemente distintos.

Em Padilha e Café (2014) o museu é pensado a partir da ótica da organização da informação, problematizando sistemas de informação e documentação. Os esforços por identificar o local onde foi realizado um registro, a técnica utilizada pelo fotógrafo, as escolhas para enquadramento, as assinaturas e anotações posteriores, a circulação do registro em outras referências ou lugares (Padilha; Café, 2014), pode ser pensada em paralelo, por exemplo, com os esforços da bibliografia enquanto uma sociologia dos textos, nos termos de McKenzie (2018).

Em Reis, Mascarenhas e Ballardo (2023), a documentação museológica aparece de maneira intensamente relacionada à gestão da informação de objetos musealizados, demarcando um processo que o persegue desde sua entrada na instituição, até seu acondicionamento e exposição. Nesse sentido, uma questão importante para as autorias é a constante atualização da investigação e documentação dos objetos tratados nestas instituições, já que sua revisão contínua pode contribuir com novos caminhos de pesquisa e apropriação, numa concepção não estática do trabalho de documentação museológica (Reis; Mascarenhas; Ballardo, 2023). A preocupação com aspectos da recuperação da informação aparece ainda em Dutra e Pereira (2022), que preocupam-se com a reunião e representação de informações sobre determinado item, seja por meio de palavras ou imagens, possibilitando sua recuperação e operacionalizando uma coleção de museu enquanto fonte para pesquisa científica ou transmissão de conhecimento.

Ao propor substituir noções como a de “controle bibliográfico” por “controle documental” ou “documentário”, Duarte e Juvêncio (2020) colocam um problema que

é interessante para a temática aqui discutida: é demarcada uma posição no sentido de que se compreende que a ideia de controle bibliográfico restringe os objetos sob seu escopo, enquanto a ideia de controle documentário o aumentaria. Contudo, importa destacar que o intento dos autores está associado a uma tentativa de aproximar práticas desenvolvidas em museus e arquivos com seus acervos, ao controle bibliográfico realizado em bibliotecas (Duarte; Juvêncio, 2020).

Saldanha (2015) recorda o caráter moderno da Bibliografia enquanto uma ciência, notadamente a partir da perspectiva peignotiana. De acordo com o autor, em Peignot já aparecia a dificuldade de demarcar as fronteiras do campo que hoje chamamos “informacional”, além de ser possível notar as relações próximas entre disciplinas que ocupam-se da organização dos saberes.

Esta condição da “teoria do conhecimento” na Bibliografia faz dela não apenas partícipe de uma “virada linguística” no contexto filosófico do Oitocentos, mas fonte para tal acontecimento epistemológico: a amplitude do mundo modificado entre o século XV e o XVIII quando observado pela ótica bibliográfica, ou seja, pelos elementos sócio-históricos alterados direta ou indiretamente pela produção, uso e disseminação de artefatos bibliográficos, bem como pela reflexão sobre tais artefatos, demonstra a relevância filosófica da Bibliografia em sua maturação no Setecentos. Tal condição diante da “virada linguística” na Filosofia pode ser vislumbrada na apresentação sinóptica da Bibliologia como ciência que possuiu a Bibliografia como sua teoria geral. (Saldanha, 2015, p. 161)

Saldanha e Couzinet (2018, p. 199) compreendem a bibliografia como “[...] a raiz e a estrutura de um castelo epistêmico rachado, hoje tratado como informacional no discurso francófono-francês [...]”. Nesse sentido, é importante localizar a Bibliografia na mesma tradição que disciplinas como a Bibliologia e a Documentação, em larga medida sendo um exercício desafiador localizar a posição de cada disciplina, uma em relação às outras.

Saldanha (2020) destaca que a experiência Bibliográfica alicerça a estruturação científica que Peignot enxerga na Bibliologia, bem como Roubakine trabalha a partir da aplicação de técnicas bibliográficas no olhar ao livro a partir do leitor, além de que Ranganathan e Jesse Shere nela compreendem uma grande dimensão social.

Araujo (2017) defende que a caracterização da Bibliografia encontra sua origem e os consequentes desenvolvimentos teórico-metodológicos nos documentos, balizando estratégias para o mapeamento, organização e representação documentária, construindo esquemas da realidade documental. Nesse sentido, o autor argumenta que

A interpretação histórica do que seja o documento e a informação, que caminha ao lado das bases epistemológicas da Ciência da Informação, encontra na Bibliografia pilares que não podem ser negligenciados para uma compreensão retrospectiva e crítica do campo informacional. (Araujo, 2017, p. 67)

Ainda, Araujo (2017, p. 92) sustenta que "[...] a Bibliografia pode ser entendida como disciplina referencial a disciplinas histórica e epistemologicamente correlatas como é o caso da Documentação, Biblioteconomia e Ciência da Informação.". Tal questão ganha força quando atentamo-nos às preocupações de Gesner com as perdas bibliográficas ocorridas ao longo da história humana, legando à Bibliografia e seus dispositivos uma importante responsabilidade na salvaguarda da memória humana - uma das questões que atravessa os museus, inclusive sustentando-o a partir de seus mitos sobre o passado (Soares, 2023), e que é abordada também por Grigoletto (2019), conforme exploraremos à frente.

Em trabalho publicado dois anos depois, Araujo (2019) menciona Alfredo Serrai para sustentar a necessidade de índices para a comunicação entre usuários e depósitos de Monumentos e Documentos. Ainda, argumenta que a Bibliografia possui duas almas, uma técnico-indicial que ocupa-se de processos de indexação e suas implicações, e uma cultural repertorialística, que associa-se à seleção de documentos e monumentos que representem formas do patrimônio (Araujo, 2019). A ruptura com o sentido estritamente técnico do trabalho indicial pode ser observada, por exemplo, em Gesner, cuja "[...] indicialização atravessa autores, obras, contextos geográficos e culturais, autores de índices, técnicas de índices, tipógrafos, comerciantes, livreiros etc." (Araujo, 2018, p. 33).

Araujo, Crippa e Saldanha (2015) destacam o papel importante da Bibliografia enquanto fundamento para a CI, ocupando o espaço de "mãe" das disciplinas de organização da informação e do conhecimento.

Em outros termos, o foco, por exemplo, da Ciência da Informação nas relações entre Ciência e Tecnologia seria, claramente, uma especialização da ampla fortuna crítica e aplicada dos estudos bibliográficos, pelo menos se nosso panorama for calcado em um enfoque histórico que não toma o século passado como solucionador de todas as questões da Modernidade. (Araujo; Crippa; Saldanha, 2015, p. 496)

É interessante observar junto a Araujo e Crippa (2016), que a preocupação com a chamada sobrecarga informacional é um assunto já bastante antigo, que assombrava referências clássicas do campo da Bibliografia - nesse sentido, não

vivemos exatamente uma novidade ou problemas tão inéditos, mas uma caracterização própria deste tipo de fenômeno - aqui, importa recordar Fernandes (1995) e a caracterização histórica da produção de informação a partir da tentativa de controle dos saberes. Acrescenta-se a isso, o fato de que a Antiguidade e a Idade Média conheciam princípios de organização e representação da informação e do conhecimento, mas com características e necessidades próprias ao seu tempo. Ao aproximar-se da modernidade, as necessidades são outras, no sentido de que

A coincidência entre a visão humanista e a invenção da impressão tipográfica, com a consequente explosão informacional, obriga os intelectuais a desenhar formas de organização dos materiais e, ao lado do interesse pela classificação dos seres, na base da busca científica, muitos se dedicaram também à organização dos saberes." (Araujo; Crippa, 2016, p. 232).

Uma das ideias marcantes de Gesner, é a da "ordem dos livros", que denota a preocupação do período com uma determinada desordem necessitada de controle - aqui podemos observar de maneira muito direta a colocação de um problema que aflige o campo nos dias contemporâneos, mas que é sinalizada como característica da época moderna por Fernandes (1995), que situa como força motriz da produção informacional a necessidade do sujeito de nosso tempo em ordenar e gerir saberes.

Transpondo o problema da elaboração de repertórios da antiguidade para a contemporaneidade, pode-se observar o esforço em construir um repertório bibliográfico de Jesse Shera, onde Vieira, Lucas e Araujo (2017) denotam a preocupação com compreender o que há de anterior em relação ao próprio repertório no exercício bibliográfico. De acordo com os autores (Vieira; Lucas; Araujo, 2017, p. 216), o trabalho desenvolvido "[...] é mais do que um repertório: é um mapa de documentos que traduzem o próprio pensamento de Shera. Nesse sentido, a Bibliografia torna-se chave fundamental para a apropriação das ideias de Shera na dinâmica da ciência".

Para Crippa (2016), um conceito central para pensar a teoria e a prática da Bibliografia, é o "gesto". O gesto bibliográfico perpassa, na perspectiva da autora, todo o campo - das etapas de reflexão à ação, envolvendo as listas, repertórios e catálogos. O estabelecimento de sentido aos dados trabalhados por um bibliógrafo, sua orientação em determinado quadro de conhecimento, a manipulação dos registros com o uso de técnicas e tecnologias muito próprias é que constituem o gesto bibliográfico (Crippa, 2016). Importa destacar nesta seara, que além da manutenção

e da sustentação da memória humana, o gesto bibliográfico opera a construção ativa destes processos, atribuindo sentido para o conhecimento e criando maneiras de observar os objetos em questão (Crippa, 2016). O trabalho de organização da informação e do conhecimento, bem como sua representação, são entendidos aqui enquanto protagonizados pelo bibliógrafo que produz as condições de possibilidade de acesso e recepção dos produtos informacionais. A Bibliografia enquanto uma Arte está vinculada ao fazer específico da atividade de organizar o conhecimento, num sentido propriamente artesanal, onde o bibliógrafo ocupa papel de artífice criador de modelador das maneiras pelas quais se acessa o conhecimento: “O gesto bibliográfico, nessa dimensão, remete ao desenvolvimento e à capacidade e habilidade no uso de dispositivos para a seleção e organização do conhecimento, dentro de um quadro de racionalidade individual.” (Crippa, 2016, p. 36).

Na baliza do gesto bibliográfico, é possível observar toda uma sorte de práticas muito anteriores à formalização do campo, como no caso de Cassiodoro, que desempenha uma espécie de cartografia dos saberes, com o estabelecimento de percursos informacionais para a obtenção de conhecimento em época muito anterior aos impressos (Crippa, 2015).

A estrutura da bibliografia de Cassiodoro adquire, na lógica das preocupações que ele mesmo expressa em todo seu percurso intelectual, uma função concreta nas reflexões sobre as atividades bibliográficas mais contemporâneas, pois o gesto de devolver os traçados do conhecimento, seus registros materiais com suas marcas e a representação dos conteúdos documentários são, hoje em dia, algumas das preocupações centrais das Ciência da Informação. (Crippa, 2015, p. 113)

Se a CI discute o acesso e uso da informação, a Bibliografia aparece como alicerce metadisciplinar para o tratamento de documentos, evidenciando que diversas problemáticas contemporâneas da área podem ser observadas nas raízes da Bibliografia. As operações de seleção e ordenação desenvolvidas por Cassiodoro, desde as diferenças entre leituras sagradas e humanas, estudos da Bíblia e da cultura clássica, um programa de educação cristã ou comentários sobre materiais heréticos a serem evitados, denotam grande preocupação com a mediação da informação. Não se tratava da simples elaboração de uma lista de livros em determinada biblioteca, mas uma verdadeira seleção de títulos com um percurso bastante específico de apropriação, com um lugar legado para cada texto na estrutura que possibilita a forma de conhecimento específica que expressa (Crippa, 2015).

Na manifestação dessas preocupações encontra-se o paradoxo de uma reaproximação dos problemas contemporâneos de disponibilização da informação “desmaterializada” pelas tecnologias digitais, lá onde no século VI a “desmaterialização” era necessária pela falta de disponibilidade de materiais. Observa-se, assim, a busca de soluções em “plataformas” diversificadas (a voz, a imagem, o texto escrito) e a procura de linguagens capazes de alcançar os mais variados públicos. (Crippa, 2015, p. 111).

No mesmo sentido, pensando o papel de mediação e de estabelecimento de percursos, pode-se recordar a abordagem de Naudé - já contemporâneo a figuras como Giordano Bruno, Descartes e Galileu -, que pensa seu projeto como uma memória do mundo, procurando evitar o esquecimento - principalmente em relação ao campo da política (Crippa, 2017). A partir de Naudé, Araujo e Araújo (2018) exploram relações entre a Bibliografia e a Bibliofilia, atentando para além da técnica, a abordagem cultural imbricada na atividade disciplinar - na produção de Naudé encontram-se obras valoradas pelo autor, compreendidas em sua qualidade (Araujo; Araújo, 2018). Os trabalhos de Araujo e Reis (2016, 2017) apontam para os catálogos de livros raros e dispositivos ligados à bibliofilia como importantes para o desenvolvimento da Bibliografia. Nesse sentido, aflora a perspectiva de sociologia dos textos, no sentido proposto por McKenzie (2018) - aqui, a História do Livro assume um papel fundamental. A interrelação entre Bibliografia e bibliofilia é bastante sólida, já que a bibliofilia e suas demandas contribuem para a especificação da Bibliografia e seus métodos, enquanto esta delimita e conforma as características da bibliofilia (Araújo; Reis, 2017). Ainda, é no ambiente bibliográfico que se desenvolvem relações comerciais e bibliofílicas que sustentam, por exemplos, noções como a de raridade para livros (Araújo; Reis; Silveira, 2018).

Compreendendo a Bibliografia como uma mediadora entre o mundo documental e os indivíduos, Lima, Araujo e Araújo (2021) denotam a preocupação não apenas com aspectos técnicos de análises dos textos, mas também com processos sociais de sua transmissão. Argumentando que os livros devem ser observados sempre em estreita relação com sua materialidade, as autorias destacam como a Bibliografia Material pode contribuir para a análise de documentos manuscritos oriundos do medievo - no caso, Livros de Horas -, pensando em grande amplitude documental (Lima; Araujo; Araújo, 2021). Isso é interessante, pois além da primeira dimensão do enunciado, que é um alastramento da bibliografia como capaz de operar a análise de uma série de itens diversos entre si, observa-se o uso da bibliografia para

a análise de um objeto de interesse não exclusivamente pragmático: a função de um livro de horas hoje, não é a consulta em uma prateleira por um usuário qualquer - pode-se vislumbrar, nesse sentido, uma grande aproximação entre os interesses e necessidades teóricas e metodológicas em comum para campos como a biblioteconomia e a museologia, o que leva a pensar as possíveis contribuições da bibliografia para os processos de documentação museológica.

Grigoletto (2019) destaca a influência de elementos ligados à circulação de objetos em associação à Bibliografia, como no caso dos antiquários e sua formação humanista. Nesse sentido, a autora recorre a Araujo para caracterizar a Bibliografia como uma prática que fundamenta o tratamento documental a partir de procedimentos como a descrição e a classificação, além de promover a mediação, representação e mapeamento de saberes e do conhecimento (Grigoletto, 2019). Se o próprio ato de documentar passa pela racionalização do patrimônio e desempenha-se espécie de agenciamento na representação de valores com a informação, a autora defende que

[...] pela verificação de que as práticas preservacionistas exercem funções para além da patrimonialização e das ordenações disciplinares, científicas e burocráticas, enfatiza-se a relevância da aproximação entre a Bibliografia e a Arquivologia para abordagens diferenciais sobre as representações no campo do patrimônio e suas possibilidades de continuum. (Grigoletto, 2019, p. 211-212)

É o gesto que opera como vetor de força para a atividade de preservação, com a documentação desenvolvendo atividades mediadoras.

Além da importância da realização de descrição para a prática (Tolentino; Ortega, 2016), Ortega e Carvalho (2017) destacam atividades como as de seleção, representação e ordenação, além da preservação, prestação de serviços e exposição. Em síntese, são conjuntos de atividades sobre documentos com vistas a atender necessidades de informação socialmente conformadas. Ainda, a Bibliografia opera um sentido de memória secundária da informação, um fio que deve guiar o sujeito na biblioteca e dirigir sua escolha.

Bibliografia, Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação possuem características próprias, ligadas a seu tempo histórico, cultural, social de desenvolvimento, mas compartilham entre si, influenciando-se mutuamente, o campo da mediação documentária em abordagem bibliográfica (Ortega, 2016). A autora (Ortega, 2016) destaca a partir de Meyriat que documentação forma um sistema técnico-social voltado à obtenção de informação, composto por seres humanos,

objetos materiais e ferramentas - além dos processos técnicos necessários. A vontade de informação é fundamental para que um objeto seja documento - documento não é dado, mas produto de vontade, vontade de informar ou se informar (esta última, absolutamente necessária). Desta maneira, o potencial informativo ou os sentidos de um documento não são esgotados em seus usos anteriores. A dimensão informativa de um objeto é construída em sua interpretação.

Assim, para uma maior compreensão do documento em abordagem bibliográfica, a exploração das abordagens arquivística e museológica permite identificar distinções, em torno das quais características comuns apresentam-se como fundamentais ao conceito. As operações sobre objetos transformando-os em documentos diferenciam-se quanto ao tipo de olhar realizado, o qual é definido segundo interesses socialmente constituídos que são concretizados em contextos institucionais correspondentes. Para Johanna Smit (2000b, p. 125), as expressões 'informação bibliográfica', 'informação arquivística' e 'informação museológica' ressaltam o termo 'informação' e se diversificam, a partir da raiz comum, por atributos que as especificam, baseados nos tipos de utilização destas informações. Os procedimentos documentários do tipo bibliográfico, arquivístico e museológico apresentam, cada qual, características próprias e exclusivas, uma em relação à outra, sob certa configuração comum que as congrega. (Ortega, 2016, p. 57)

Retomando aspectos ligados ao ambiente do museu, Crippa (2018) argumenta que ações comuns da prática cotidiana, como seleção, catalogação e exposição, além de ordenar o patrimônio cultural, constituem gestos autoritários que demarcam objetivamente aquilo que deve ser lembrado ou esquecido:

Por isso, na maioria dos casos, os artistas que operam com/sobre o arquivo como paradigma, metáfora ou medium, se engajam para subverter os métodos tradicionais de classificação e realizar contra-modelos de organização que, às vezes, estão bem longe de ser sistemas ordenados. Aqui se desenvolve uma dialética entre a arte que se coloca "fora" das regras e a ideia de arquivo, fortemente atrelada à necessidade de regras e formalidade. (Crippa, 2018, p. 62)

*

Conforme explorou-se acima, questões de orientação ética e política atravessam tanto a prática da Documentação Museológica, como da Bibliografia. Tal questão tornou-se evidente durante a análise do corpus da pesquisa. Ao discutir a história da Bibliografia no Brasil, Juvêncio e Rodrigues (2015) destacam o papel da Biblioteca Nacional e sua aderência ao projeto otletiano, centrado na ideia de construção da paz mundial, vinculado a uma perspectiva de universalismo bibliográfico. Destaca-se ainda o papel da Bibliografia enquanto uma disciplina da

Biblioteconomia, central para a organização do conhecimento humano, alinhando-se aos ideais do Instituto Internacional de Bibliografia (Juvêncio; Rodrigues, 2015). Nesse sentido, é importante recordar Juvêncio e Rodrigues (2016) que, ao identificar o posterior descontinuação das atividades na Biblioteca Nacional, frisam a possível consequência “invisibilidade do livro”. Nota-se, portanto, além das relações teóricas e metodológicas entre as práticas, é possível observar associações de sentido ético e político - se é no presente habitual compreender o museu como um espaço de transformação social e formação de identidades, pode-se observar na institucionalização da Bibliografia grandes esforços de prisma ético e político.

Menezes (2015, 2019) concentra suas análises a partir de uma perspectiva linguístico -pragmática da bibliografia, observando interligações entre classificação, retórica e construção do conhecimento. O norte da abordagem do autor passa pela crítica a formas do pensamento ocidental, buscando observá-lo a partir de conhecimentos tradicionais dos corpos indígenas. Tratando a citação como um importante recurso nesta perspectiva, Menezes (2019) fala em descolonizar o pensamento citando para além do sentido colonizador, propondo refletir por exemplo o quanto grafismos podem citar e classificar sentidos que colocam o corpo em relações com outros corpos, realizando a função de escrita, numa possibilidade bibliográfica que une *biblion* e *graphos*. Nesse sentido, constituiria-se um modo ameríndio de citar o mundo, em paralelo com métodos convencionais da bibliografia, em insurgência aos esquemas classificatórios ocidentais:

O corpo é como se um livro selvagem. O sujeito ameríndio é estabelecido pelo corpo e sua noção de pessoa é delimitada não pela posse da alma – de onde nasce o documento enquanto técnica cultural: os dados intelectuais que inscrevem seus signos representativos num suporte “dão forma” ao documento –, mas pelo corpo (carcaça/maloca e seus duplos). Não há um problema de cultura no mundo ameríndio, toda a natureza é humana e portadora de suas técnicas culturais, o que varia é como a partir de seus corpos cada humanidade significa o mundo (perspectivam seus documentos), que não é igual para todos, todavia, é homônimo. (Menezes, 2019, p. 305-6)

Araujo e Silveira (2023) procuram mapear bibliografias brasileiras que repertoriam documentos gráficos, identificando obras de escritoras, bem como o lugar legado a elas nestas bibliografias. Procuram demonstrar silenciamentos que ocorrem na escrita bibliográfica. Uma interessante questão apontada pelas autoras, é a necessidade de observar as bibliografias não apenas pelo que é por elas repertoriado,

mas também pelo que nelas falta. Nesse sentido, é possível pensar em possibilidades de constituir a escrita das mulheres historicamente. As mulheres foram colocadas à margem da cultura letrada, sendo invisibilizadas na escrita bibliográfica. Investigar estas questões (inclusive em sentido histórico-bibliográfico) pode contribuir fazer justiça à história das mulheres (Araujo; Silveira, 2023).

Silva, Garcez, Araújo, Fevrier e Vieira (2023) partem da proximidade entre figuras colecionistas bibliófilas com a atividade da bibliografia, para pensar a seleção historicamente construída de textos e a sustentação da memória. Nesse sentido, a seleção de documentos operacionalizada nestes contextos é compreendida como balizada por valores sociais, políticos e econômicos que possibilitam ou não o reconhecimento e validade de determinados discursos, entendendo que coleções e repertórios são constituídos com a sobreposição de determinadas culturas sobre outras. Pensando a constituição de uma Bibliografia Negra, procurando estabelecer uma memória escrita e identidades bibliográficas negras a partir da cultura escrita, a Bibliografia passa a assumir um caráter estratégico:

As bibliografias podem auxiliar no enfrentamento a ações epistemicidas e memoricidas da população negra e afrodiaspórica [...] e promover a Bibliografia Negra atendendo aos princípios da justiça social e suas esferas (social, racial, ecológica, de gênero e informacional) [...], sobretudo ao focar o pensamento e legado ancestral de, sobre e por grupos étnico-raciais aviltados pelos processos coloniais e capitalistas, e pela centralidade da raça nas sociedades ocidentais. (Silva; Garcez; Araújo; Fevrier; Vieira, 2023, p. 80).

Romeiro e Santos (2020) apresentam a proposta da Lesboteca como um catálogo bibliográfico, proporcionando oportunidade para refletir a respeito da Bibliografia em um sentido amplo, que oportuniza o acesso a materiais bibliográficos por grupos específicos a partir de suas necessidades. Nesse sentido, o catálogo bibliográfico surge como um instrumento que pode contribuir com causas de grupos sociais historicamente marginalizados. Tal espaço de informação pretende constituir-se enquanto uma biblioteca para o público lésbico, procurando promover acesso à informação e visibilidade a um grupo historicamente marginalizado, procurando agrupar tematicamente obras de temáticas que auxiliem na valorização e justiça social. Nesse sentido, a Lesboteca funciona como um espaço para registro de informação, além de busca e recuperação. Considerada pelas autoras um SOC, pensado como um catálogo bibliográfico em termos da bibliografia (Romeiro; Santos, 2020).

Romeiro e Santos (2023) destacam que muitos catálogos bibliográficos seguem centrados em produções de conhecimento relacionadas com o saber colonial, sendo necessário pensar outros caminhos para a bibliografia e para os catálogos, contemplando fontes de informação distintas. Nesse sentido, apresentam a Biblioteca Ailton Krenak e a proposta de conservação de conhecimentos indígenas. Nela, são catalogadas fontes de informação como vídeos, por exemplo. São 332 materiais audiovisuais indexados, além de artigos, entrevistas e outras comunicações. Operando como uma espécie de "biobibliografia", a biblioteca é centrada na oralidade. É interessante ainda, observar o caráter colaborativo da organização dos materiais, o que adiciona ainda mais camadas de possibilidade para a bibliografia em ambientes digitais (Romeiro; Santos, 2023).

Grigoletto, Soella e Fagundes (2020) tratam da "Bibliografia Sensível", que constitui uma proposta que envolve observar na ação de censura e de sujeição sobre a obra de Cassandra Rios, a produção de documentos sensíveis, constituindo uma bibliografia sensível já que houveram tentativas institucionais de realizar o apagamento de seus enunciados e discursos - a bibliografia sensível aponta temas e questões que passaram por tentativa de silenciamento. Tratando-se de uma proposta de alargamento do conceito de Bibliografia.

A breve explanação do conteúdo de algumas obras censuradas de Cassandra Rios possibilita a compreensão, frente aos preceitos morais e intelectuais (literários) da época, dos motivos que impulsionaram as ações para retirá-las de circulação. Tais obras enunciam existências cerceadas, impedidas de ser e viver; são materialidades que podem ser consideradas pontos de referência para inferências sobre memórias vividas. Essas obras, seja pelo seu conteúdo ou mesmo por terem sido objeto para produções documentais oficiais, como os pareceres de censura, passam a adquirir um status diferencial. (Grigoletto; Soella; Fagundes, 2020, p. 15)

É interessante observar, nesse sentido, a análise realizada por Amorim e Sales (2021, p. 23):

Talvez a grande semelhança entre Otlet e Ranganathan, no que se refere à Bibliografia, esteja notadamente no desejo de justiça e democracia. Porém, o fizeram de maneira diferente. Otlet deu protagonismo aos fazeres que envolviam os documentos com vistas à centralização de sua organização para permitir a equidade de sua recuperação. Ranganathan centralizou atenção no objeto livro de modo a torná-lo mais atrativo à grande massa de leitores. Para Ranganathan, o passado consolidou uma lógica aristocrática acadêmica que reproduzia o elitismo do livro. A ideia ranganathiana era induzir o cidadão comum ao consumo do livro, investindo num

futuro bibliográfico mais justo. Temos, assim, em Otlet e Ranganathan um desejo de justiça e democracia, mas por caminhos diferentes. Na Bibliografia otletiana, o protagonismo do saber estava nos processos que envolviam o documento, ao passo que, na Bibliografia ranganathiana, o protagonismo estava no próprio objeto-livro.

Pensar a Bibliografia como um poderoso instrumento ligado à política, passa por entendê-la como fundamental para a manutenção de valores já consolidado, bem como para a contestação e a promoção de transformações no mundo. Pode-se observar a partir dos trabalhos mencionados acima, o potencial da Bibliografia nesse sentido. Marques e Araujo (2022) auxiliam na compreensão da questão, ao discutir episódios de biblioclastia nos Bálcãs. Ainda, a noção de patrimônio bibliográfico auxilia em compreender a maneira como materiais bibliográficos podem ser mobilizados em prol de determinado sentido de memória e identidade. A biblioclastia opera no sentido de limitar o acesso e preservação de determinados bens culturais - um plano de associação com a memória e identidade., que envolve apagamento da memória, etnocídio, renascimento histórico-cultural e dominação (Marques; Araujo, 2022). É interessante observar que se é possível enxergar a biblioclastia como um "negativo" do papel "natural" de práticas como a Bibliografia e Documentação Museológica, já que opera no sentido contrário da preservação do patrimônio e da memória, é importante lembrar que desempenha na verdade um papel ativo de construção de determinado patrimônio e memória em específico. Se as questões sobre memória, apagamento, justiça e identidade são centrais para as nossas discussões em torno do que são documentos e do que desempenham a Bibliografia e a Documentação em Museus, é importante destacar que todas as suas ações de preservação e resguardo de memória e patrimônio, promovem também determinado apagamento e esquecimento.

Almeida (2018) aponta que a CI deve conversar com a obra de McKenzie em no mínimo dois sentidos: primeiro como uma área voltada à análise histórica de processos sociais envolvendo os textos que vão da produção à circulação e à recepção, além de interrogar textos que transcendem o suporte livro. Nesse sentido, destaca o potencial da bibliografia no sentido poder ocupar-se do caráter discursivo dos textos (Almeida, 2018).

A proposição do autor em aproximar o conceito de representação social (Almeida, 2019) passa pela ideia de que os sujeitos utilizam-se da linguagem para produzir sentido e conhecimento compartilhável, e está associada à percepção do

conhecimento e da informação em sua apropriação social. É a partir destas questões que o autor entende que se travam os desafios contemporâneos para a Bibliografia:

A apropriação dos recursos e interstícios proporcionados pela internet no que tange à geração de formas, conteúdos e identidades proporciona a emergência de repertórios culturais híbridos, que misturam práticas tradicionais e inovadoras, institucionalizadas e não-institucionalizadas, legais e “marginais”. [...] Nesse sentido, a internet hoje é talvez o front mais ativo da guerra cultural. Estará a bibliografia preparada para participar dessas batalhas? E, em estando, sabe qual lado irá apoiar? Perguntas difíceis num momento bastante nebuloso da história, e que a releitura dos trabalhos de McKenzie permite vislumbrar historicamente algumas linhas de força e de reflexão que podem contribuir para nos trazer alguns pontos de partida para a formulação de respostas. (Almeida, 2019, p. 260).

Lara (2018) destaca em seu trabalho a polissemia que atravessa o termo “Bibliografia”, passando desde o campo disciplinar, até os produtos de sua atividade. Entendendo-a como um mecanismo de memória secundária, aponta que mesmo com transformações tecnológicas, os princípios fundamentais da prática se mantêm. Pode-se observar uma forte ligação da Bibliografia com uma ideia de Mediação, já que “Listas de livros, repertórios temáticos críticos ou não referentes a coleções locais ou extramuros não teriam um fim em si mesmo, mas objetivavam a divulgação, mesmo para círculos restritos respondendo a imperativos culturais e institucionais, como também tecnológicos” (Lara, 2018, p. 142).

Se é possível observar determinada crise para a Bibliografia, principalmente no que toca à diversidade de suportes e no crescimento exponencial da produção textual, ou na dissolução da figura do bibliógrafo em tarefas desempenhadas por empresas que reúnem e selecionam textos – como nos casos da Web of Science e da Scopus, é possível vislumbrar reavivamentos de instrumentos das bibliografias enquanto produtos culturais que podem construir abordagens alternativas, pensando a própria cultura como um sistema aberto e pluralista (Lara, 2018).

*

No tocante ao desenvolvimento histórico dos estudos relacionados à Documentação Museológica, Dutra e Gosling (2020) destacam a importância do ENANCIB para a integração da museologia com a CI. Dutra e Gosling (2020) demonstram que, nos anos de 2007 e 2008, apenas sete publicações relacionadas à museologia foram realizadas no ENANCIB - em 2007 foi instaurado um tópico de discussão no evento intitulado "Debates sobre Museologia e Patrimônio", e em 2009 foi criado o GT "Museu, Patrimônio e Informação" -, enquanto apenas no ano de 2009,

foram registradas 15 publicações. O número persistiu sempre acima de 11 publicações, atingindo um pico de 24 no ano de 2019. Outro interessante dado, é a constatação de que o tema da Documentação é, junto ao tema dos Museus Virtuais, o mais trabalhado no escopo das temáticas ligadas aos museus no ENANCIB. É importante observar as análises realizadas por Dutra e Gosling (2020), pois reforçam a integração entre as áreas a partir da temática debatida ao longo deste trabalho. Pode-se recordar, inclusive, que nos resultados do levantamento realizado, observou-se que a única tese de doutorado sobre documentação museológica recuperada, vem de um Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Tratando do desenvolvimento dos trabalhos a respeito da Bibliografia, Gardin e Araujo (2020) realizam importante contribuição, onde identificam nas décadas de 1960, 1970 e 1980 e 1990 uma produção sobre Bibliografia muito técnica, ligada à produção de materiais para campos do conhecimento diversos. Ao passo em que nos anos 2000 aumentam as publicações a respeito de aspectos teóricos e epistemológicos, e nos anos 2010 a epistemologia da Bibliografia passa a ser objeto de estudos no contexto da CI, como um construto de conhecimento da sociedade.

A CI se define, ao longo do tempo, em oposição às demais áreas que se ocupam da organização dos saberes, centrando em si uma determinada ideia de progresso e desenvolvimento científico e tecnológico. Crippa (2019) parte da preocupação com o privilégio legado aos estudos centrados na bibliometria como perfil válido de estudos, em detrimento de outras abordagens bibliográficas possíveis. Identifica algumas mudanças de perspectiva na literatura principalmente a partir dos anos 2000, muito em virtude das transformações no campo da CI. A privação dos estudos bibliográficos e privilégio dos métricos estaria ligada com os processos de modernização do período da Ditadura Militar. A transformação do IBBD em IBICT esteve ligada ao direcionamento de produções mais estritamente científico-tecnológicas. Na época, a bibliometria ligava-se também ao controle da produção ideológica no campo acadêmico.

Não nos parece coincidência que no campo da Ciência da Informação - que no Brasil assumiu conotações diretamente ligadas à produção científica e tecnológica já nos anos 50 - somente no início dos anos 2000 se abriram espaços de pesquisa e discussão para tópicos ligados à leitura, à memória e, finalmente, a reflexões teóricas e práticas sobre a bibliografia. São anos que coincidem com governos preocupados com melhorias na educação e cultura. (Crippa, 2019, p. 15).

Ainda,

Com a transformação do IBBD no IBICT, o conceito de informação encontra a intersecção de dois aspectos: o primeiro serve a uma política de ciência e tecnologia, enquanto o segundo está a serviço de uma política de segurança distorcida, que favorece um Estado autoritário e marcado por políticas de vigilância, tratando a informação como setor pragmático e estratégico de ação de vigilância e coerção. Ambos os aspectos, além de seus mecanismos específicos, têm pontos de encontro, um dos quais pode ser identificado precisamente no uso que pode ser feito da bibliometria, da qual Edson Nery da Fonseca se tornou porta-voz. (Crippa, 2019, p. 29).

A caracterização e objetivos de determinada prática disciplinar sempre associam-se a especificidades de cada tempo histórico, bem como aos interesses e perspectivas daqueles que realizam concretamente o trabalho em seu interior. As idas e vindas das perspectivas de trabalho e legitimação ou não de determinado campo, são sempre carregadas de disputas teóricas que, muitas das vezes, apoiam-se em pretensões de representar o ponto mais alto e último de desenvolvimento teórico ou tecnológico. Ao tratar dos embates da Bibliografia com outras abordagens do campo, inclusive atentando para as formas de propor sua suposta obsolescência, Grigoletto (2018, p. 94) aponta que

As formas e os limites de e para a visibilidade da Bibliografia, pelos aspectos de seu saber/poder/fazer a partir e sobre o documento, correspondem aos agenciamentos direcionados aos movimentos para a naturalização e desnaturalização do tratamento da organização e representação dos saberes. A dimensão mediadora da Bibliografia pelo gesto bibliográfico, estabelece um continuum nos processos de desnaturalização. Em outras palavras, a Bibliografia tomada como um saber/fazer próprio é que conduz a transposição de ordenações e sistematizações que levaram a sua sujeição, indicando as suas potencialidades para recolocar sua autonomia racional.

Os trabalhos apresentados acima contribuem para evidenciar uma questão central ao se estudar a formação de campos científicos e disciplinares: a maneira como seus objetos e fronteiras são estabelecidos atende não apenas a critérios teóricos, “assépticos”, mas liga-se a uma diversidade de elementos que passam por caminhos que envolvem desde minúcias técnicas, até planos de trabalho, perspectivas e modelos de trabalho em relação ao patrimônio cultural, por exemplo. No exercício de pesquisa aqui desenvolvido, procurou-se identificar elementos comuns e pontos de contato que permitem compreender consonâncias entre abordagens aparentemente muito distintas sobre objetos dissonantes – a Bibliografia e a Documentação Museológica.

Os estudos sobre os conceitos de Documento e Classificação apontam, em geral, para uma ampliação de sua concepção e possibilitam vislumbrar interfaces identificação possíveis entre, por exemplo, livros, vestimentas, cartas, mobiliário ou vídeos. Tal identificação e aproximação possível observa-se não apenas em suas possibilidades descritivas, em sua guarda ou custódia, mas principalmente no núcleo de sua condição de objeto agenciado sob determinado gesto, de monumento mobilizado para cumprir determinada função no campo da cultura, da formação de identidades, de concepção de mundo, ou mesmo da conformação de campos científicos – a formação de acervos arqueológicos, históricos, ou taxonomias em museus de ciências naturais são ferramentas determinantes, assim como a elaboração e consolidação de repertórios. As aproximações entre Bibliografia e Documentação Museológica a partir de conceitos nucleares como Documento e Classificação, objetos e produção de sentido, permitem visualizar condicionantes fundamentais que atravessam as atividades do campo da Ciência da Informação em atividades que oscilam em serem compreendidas como disciplinas, práticas ou técnicas ao longo do tempo e em diferentes localidades.

Na sequência, apresentamos na Figura 1 uma nuvem de palavras formada a partir de conceitos extraídos durante as leituras realizadas para as análises, e sintetiza a presença de conceitos associados a Documento, Classificação, e que balizam as discussões que aproximam Bibliografia e Documentação Museológica não apenas entre si, mas fundamentalmente da Ciência da Informação.

Figura 1 – Conceitos associados aos debates sobre Documento e Classificação



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Conceitos como Informação, Representação, Gesto e Conhecimento são centrais para as práticas aqui estudadas, formam parte incontornável do trabalho bibliográfico e da documentação em museus, pululando o universo do campo informacional. Nesse sentido, também têm destaque atividades como a Descrição, a Indexação, o estabelecimento de Ordem e Arranjo, o Controle Documentário, a Organização, a Comunicação, a Mediação, a elaboração de Sistemas e Metadados, todos elementos incontornáveis do cotidiano daqueles que elaboram repertórios ou controlam acervos museológicos. Conceitos como a Musealização, o Agenciamento e o Gesto, sua influência sobre a Memória e o Patrimônio, a condição de Monumento dos documentos que se depreende destas atividades, seja por Intenção ou Atribuição, ou mesmo as consequências que vinculam estes campos ao conceito de Poder, demonstram como não só a condição teórica destas práticas e a existência concreta de seus objetos estão relacionados, mas principalmente como mesmo em suas aparentes diferenças, seu impacto e consequências na vida política e cultural desenvolve-se por caminhos e dispositivos similares.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que os aportes da AD atravessam toda a elaboração do trabalho, inclusive os processos de leitura e reflexão para a construção do referencial teórico, a realização das análises se constitui por um movimento contínuo, que passa em movimento duplo pelos fundamentos da literatura e pelos resultados da pesquisa, observando tanto os aspectos patentes nos resultados dos levantamentos, quanto questões presentes na literatura consolidada ao longo das décadas.

Quando se pensa a respeito de práticas como a Bibliografia ou a Documentação Museológica, se pensa em práticas que operam a agência e a construção de sentido de objetos diversos – seja um universo literário, o arcabouço conceitual de determinado domínio, ou determinada coleção documental, por exemplo. Longe de assumir o papel destas práticas enquanto simples atividades de processamento técnico, onde documentos são submetidos a procedimentos “esterilizados” ou “desinteressados”, aparenta constituir uma tendência importante de trabalho o pressuposto de que estas atividades realizam produção de sentido e, em última instância, constroem ativamente os objetos de que se ocupam. Este elemento é importante principalmente frente à noção primeira que se tem frente a um produto como um catálogo que se oferece ao leitor de maneira tal, que se poderia imaginar de que todas as obras, objetos ou eventos ali relacionados assim estiveram desde sua origem, como um simples dado da natureza.

Os conceitos de Documento e Classificação parecem constituir uma baliza fundamental para as atividades da Bibliografia e da Documentação Museológica - assim como, e aqui encontra-se uma pedra de toque fundamental pra o problema discutido, também parecem ser conceitos centrais para todas as práticas e propostas disciplinares que ocupam-se da informação e da agência sobre os saberes, colocando a Ciência da Informação numa relação histórica e epistemológica direta com estas práticas que a antecedem no tempo e que são oriundas de outro espaço.

Crippa (2016) discute o chamado “gesto bibliográfico”, demonstrando que a construção de repertórios é um ato balizado por sujeitos concretos e determinados. Em caminho similar, Soares (2023) demonstra que a documentação da *musealia* é delimitadora de seu sentido e que mesmo procedimentos que soam única e profundamente técnicos, como a escolha de métodos para escavações arqueológicas, não são “apenas” técnicos, mas produtores ativos de sentido. Existem diferenças

importantes entre os produtos “estritos” de cada uma das práticas. Os repertórios oriundos da Bibliografia, por exemplo, podem ser libertos da ocupação de uma única coleção e arranjo de documentos, arrolando quantos itens forem necessários e de maneira independente à sua custódia física. Os produtos da Documentação Museológica, por sua vez, remetem a coleções formadas de maneira anterior a sua produção. Importa recordar, contudo, que aparentam ser os próprios procedimentos de documentação museológica que, desde a aquisição de itens, delimitam o que é ou não legítimo dentro de determinada coleção, bem como o sentido específico que cada documento assumirá dali em diante. No mesmo sentido, é a partir de um conjunto de gestos que determinados itens são legitimados enquanto documentos e produzidos para constituir um repertório – que, por sua vez, é também um mapa de determinado saber humano (Capaccioni, 2006).

O Documento aparece com primazia na literatura, tanto ao se discutir o espaço do museu, como em Reis, Moraes, Barros e Santos Junior (2019), Diniz, Redigolo e Barros (2021), Padilha e Café (2014), Padilha (2015), Ballardo e Mendonça (2021; 2023) e Dutra e Pereira (2022), como para discutir o espaço – sem a necessária correspondência de um espaço físico – da Bibliografia, como em Duarte e Juvêncio (2020), Araujo, Crippa e Saldanha (2015), Araujo (2019), Crippa (2016), Karpinski e Vieira (2020), Grigoletto, Soella e Fagundes (2020), Grigoletto (2019), Crippa (2018) e Ortega (2016), que se destacam na construção de contribuições a respeito do tema.

Entender que o sentido de biblos que habita a base do termo Bibliografia está associado à ideia de um objeto com informação objetivada, que conservam e transmitem informação, sendo possível associá-la ao conceito de documento e que este, por sua vez, corresponde a certo sentido de genericidade (Ortega, 2016) que aflora pontos de contato entre documentos – tanto por intenção, como por atribuição – de origens tão diversas, possibilita pensar a ampliação dos limites tipológicos tanto do objeto documentado quanto dos repertórios produzidos, aproximando Bibliografia e Documentação Museológica a partir da centralidade, da incontornabilidade e da potência do Documento.

O conceito de Classificação também é reafirmado pela literatura com grande papel de centralidade nas práticas estudadas, passando com destaque por trabalhos como os de Reis, Moraes, Barros e Santos Junior (2019), Padilha e Café (2014), Diniz, Redigolo e Barros (2021), Silva e Pereira (2022), Ortega (2016), Araujo (2017), Crippa (2015; 2016), Sales (2019), Araujo e Araújo (2018) e Grigoletto (2019). Se a

classificação é necessariamente sempre impingida aos objetos museológicos (Padilha; Café, 2014), também é um dos principais mecanismos de ação da atividade bibliográfica (Araujo, 2017), com “[...] escolhas classificatórias e de representação [...]” (Crippa, 2016, p. 30) sendo a base fundamental que permite a manutenção de conhecimentos.

O gesto bibliográfico, que atravessa desde a reflexão até a ação bibliográfica, na elaboração de listas, repertórios e catálogos, estabelecendo sentido a uma matéria prima que condensa o conhecimento humano, manipulando registros a partir de técnicas e tecnologias de determinado tempo (Crippa, 2016), assemelha-se em muito aos exercícios que produzem a musealização – no sentido apresentado por Desvaley e Mairesse (2013). A abordagem de Grigoletto (2019), observando em paralelo à atividade bibliográfica a constituição de gestos documentários e, especificamente, a dimensão do gesto nos processos de patrimonialização, atenta aos procedimentos de agenciamento sobre o passado através de objetos, mediando documentos e construindo lugares simbólicos, permite notar, para além das diferenças inerentes às técnicas e demandas específicas (Ortega, 2016; Duarte; Juvêncio, 2020), princípios comuns centrados no gesto que aproximam a Bibliografia e a Documentação Museológica.

É a dimensão do gesto, inclusive, que produz os padrões específicos e lógicas de pensamento que sedimentam o lugar legado a cada tipo de conhecimento e visão de mundo, como pode-se perceber em produções como as de Menezes (2015; 2019), Araujo e Silveira (2023), Silva, Garcez, Araújo, Fevrier e Vieira (2023), Romeiro e Santos (2020), Romeiro e Santos (2023) e Grigoletto, Soella e Fagundes (2020).

A importância destas questões demonstra-se imensa, principalmente quando tomamos contato com trabalhos como os de Silva, Garcez, Araújo, Fevrier e Vieira (2023), que demonstram como a produção de instrumentos e possibilidades e formas de acesso à informação são condicionadas por estruturantes sociais. Ou, então, os de Turner (2015, 2016, 2017), que demonstram como a maneira historicamente determinada de observar processos sociais e culturais delimita a construção de instrumentos e sistemas que, por sua vez, condicionam as possibilidades discursivas de determinada coleção. Estes paralelos aparentam indicar que conceitos como documento e classificação são estruturantes para práticas de agência sobre formas de conhecimento, como nos casos abordados na pesquisa – documentos nunca são dados, sempre são produzidos por meio de processos classificatórios, que só se

cristalizam sobre documentos. Estes por sua vez, se materializam em objetos os mais diversos, desde a acepção tradicional do livro para a bibliografia e da antiguidade para o museu, até a ampliação do material de que cada campo se ocupa, com a bibliografia comportando objetos tridimensionais (Reyes Gómez, 2010), assumindo a amplitude do conceito de texto (McKenzie, 2018), ou a documentação museológica observando experiências como a arte contemporânea e os ecomuseus (Brulon, 2015).

A partir destas questões, aparenta ser possível pensar nestas práticas no interior do universo do chamado “problema informacional” (Amorim, 2022), reforçadas por relações de contingência histórica. Se é possível encontrar formas análogas à bibliografia desde a antiguidade e através dos séculos – conforme os resultados da pesquisa que apresentam questões, por exemplo, em Calímaco, Cassiodoro, Gesner, Peignot e Naudé -, também é possível encontrar formas análogas aos museus e à documentação de seus itens ao longo do tempo. A formalização de ambos enquanto prática, contudo, é característica do período moderno, preocupadas em mapear o mundo e racionalizá-lo, em tornar eficiente sua compreensão. Não à toa, as revoluções burguesas – notadamente a francesa – animaram fôlego na produção de repertórios (Torres Ramírez, 1996) e a fundação de museus com enormes esforços para a construção de coleções (Soares, 2023). Cada esforço em sua especificidade cumpriu o objetivo de, por meio da produção, reconhecimento e ordenação de documentos, fortalecer e legitimar os nascentes Estados Nacionais – passando, ambas, por aspirações universalizantes. Não pode-se deixar de associar estes aspectos indicativos de elementos abordados no estudo do objeto da CI – Fernandes (1995) argumenta que a informação enquanto objeto é em si um produto moderno, uma tentativa de religar coisas que parecem escapar umas às outras, produzindo coesão e sentido.

A despeito das diferenças em suas conformações ao longo do tempo e dos espaços “tradicionais” de cada prática – o mundo dos livros de um lado, e o mundo das *naturalia* e *mirabilia* de outro -, ou mesmo das características dos objetos mais recorrentes a cada uma, a depender de sua ativação (Ortega, 2016), parece ser possível aproximar epistemologicamente os esforços produzidos pela Bibliografia e pela Documentação Museológica ao longo do tempo. Principalmente ao observar, por um lado, a natureza de seus produtos e de suas atividades, materializados em documentos e centrados em documentos, mas, principalmente, pelo atravessamento do *gesto* – no sentido proposto por Crippa (2016) e Grigoletto (2019) – de seus agentes.

A partir dos resultados obtidos e das reflexões surgidas durante o exercício da presente pesquisa, entende-se algumas possibilidades de futuros desdobramentos e pesquisas futuras: 1) realização de estudos comparados entre instrumentos de classificação e ordenação documental ligados à Bibliografia e ligados à Documentação Museológica; 2) pesquisas sob a abordagem histórica e epistemológica da Análise de Domínio, tomando como fontes primárias (em sentido historiográfico) trabalhos de sistematização e manuais ligados à Bibliografia e à Documentação Museológica publicados no Brasil; 3) pesquisas ligadas à formalização institucional de Bibliotecas e Museus em território brasileiro, observando relações sociológicas e institucionais destas instituições, observando potenciais influências epistemológicas entre estas unidades informacionais em suas práticas cotidianas.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. C. **A classificação de documentos fotográficos**: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2012. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/Albuquerque,%20A.C._doutorado_C.I._2012.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.
- ALBUQUERQUE, A. C. Tratamento temático da informação e a documentação museológica: aspectos e reflexões referentes à classificação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 16., João Pessoa, 2015. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB; Ancib, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2969/0>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- ALFARO LÓPEZ, H. G. Bibliografía: la raigambre humanista de la bibliotecología. *In*: RÍOS ORTEGA, J.; RAMÍREZ VELÁZQUEZ, C. A. (coord.). **Oportunidades y retos en la formación, investigación y aplicación del conocimiento bibliotecológico**. México: UNAM; Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2012. p. 129-141. Disponível em: https://ru.iibi.unam.mx/jspui/bitstream/IIBI_UNAM/CL518/1/oportunidades_y_retos_conocimiento_bib_hector_guillermo_alfaro_lopez.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.
- ALMEIDA, M. A. O frasco quebrado: a bibliografia e a cultura da convergência. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. esp. “V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia”, p. 243-263, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/124043>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- ALMEIDA, M. A. O Frasco Quebrado: desafios para a Bibliografia no mundo contemporâneo. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, Brasil, v. 9, n. 2, p. 215–218, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/151014>. Acesso em: 16 fev. 2025.
- ALMEIDA, M. A. O frasco quebrado: a bibliografia e a cultura da convergência. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, p. 137-158, edição especial V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/emquestao/article/view/92325>. Acesso em: 16 fev. 2025.
- ALONSO, B. T.; BARROS, C. M. Menção à bibliografia nos metadados de representação de objetos museais. **Scire**: representación y organización del conocimiento, v. 29, n. 1, p. 25-30, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/225277>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- AMORIM, I. S. O problema da informação: considerações sobre a designação da área. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 5-28, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/211543>. Acesso em: 12 nov. 2024.
- AMORIM, I. S.; SALES, R. Tensões epistemológicas na bibliografia e na

documentação: os diferentes olhares de Otlet e Ranganathan. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 12, n. 2, p. 4–31, 2021 Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/183145>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARAUJO, A. V. F. De indicibus librorum e a arte de indicialização em Conrad Gesner (Parte II): ilustração e aplicação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, p. 137-158, edição especial V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/92832/54414>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARAUJO, A. V. F. Os 500 anos do pai da Bibliografia: da celebração ao gesto bibliográfico de Conrad Gesner (2016-1516). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. esp., p. 65-96, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/xgF4ZrwThqZrBqWLF8pBHQw/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARAUJO, A. V. F. **Sobre a eminência e o eco da Bibliografia**: nos rastros do método bibliográfico gesneriano e dos fundamentos do campo. 2018. Tese (Doutorado em Cultura e Informação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI: 10.11606/T.27.2018.tde-13092018-144446. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-13092018-144446/pt-br.php>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ARAUJO, A. V. F. **Sobre a eminência e o eco da Bibliografia**: nos rastros do método bibliográfico gesneriano e dos fundamentos do campo. 2018. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018.

ARAUJO, A. V. F.; ARAÚJO, D. M. P. Fundamentos da Biblioteconomia moderna em Gabriel Naudé: notas transversais pela lente episteme da bibliografia e da bibliofilia. **Revista Brasileira De Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 03–23, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1180>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARAUJO, A. V. F.; ARAÚJO, D. M. P. Um catálogo beneditino em perspectiva bibliográfica: a representação documentária dos livros antigos da Biblioteca do Mosteiro de São Bento em São Paulo, Brasil (séculos XV-XVIII). **Palavra Chave**, La Plata, v. 11, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/165536>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ARAUJO, A. V. F.; CRIPPA, G. Confusa e irritante multidão de livros: relações entre o contexto histórico-informacional da Europa Moderna e a estrutura documentária de Bibliotheca Universalis, de Conrad Gesner. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp, p. 224–241, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118774/116245>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARAUJO, A. V. F.; CRIPPA, G.; SALDANHA, G. S. Em busca da bibliografia: sobre o i seminário internacional "a arte da bibliografia". **RBBB: Revista Brasileira de**

Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 11, n. especial, p. 495-512, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/1574>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ARAUJO, A. V. F.; CRIPPA, G.; SALDANHA, G. S. Em busca da Bibliografia: sobre o I Seminário Internacional A Arte da Bibliografia. **Revista Brasileira De Biblioteconomia E Documentação**, São Paulo, 11, 495–512. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/529>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARAÚJO, C. A. Á. **O que é Ciência da Informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.

ARAUJO, D. M. P.; REIS, A. S. Bibliografias setecentistas e os conceitos de livro raro. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp, p. 41–64, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/dK5fZjLFvtG7Lpg5n7tpLTr/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARAUJO, D. M. P.; REIS, A. S. Bibliotecas, Bibliofilia e Bibliografia: alguns apontamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, número especial, p.168-184, jul. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118770>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARAÚJO, D. M. P.; REIS, A.; SILVEIRA, F. J. N. Bibliofilia, bibliografias e a construção do sistema axiológico da raridade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 38–57, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/34496/24172>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARAUJO, D. M. P.; SILVEIRA, F. J. N. Mulheres escritoras em bibliografias brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 52 n. 1, p. 77-89, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6264>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BALLARDO, L. Documentação museológica: uma perspectiva a partir das práticas na atuação profissional. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 11, n. esp., p. 85–98, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11iEspecial.42768. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/42768>. Acesso em: 21 ago. 2024.

BALLARDO, L. M.; MENDONCA, E. C. Escoliose e Cifose de Scheuermann: o trajeto da documentação museológica de coleções arqueológicas no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 12, n. 1, p. 145–171, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/176444>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BALLARDO, L. M.; MENDONCA, E. C. Os métodos de pesquisa no sítio arqueológico como fonte de informação para a documentação museológica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 28, n. 2, p. 50–77, 2024. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/45480>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BALSAMO, L. **Bibliography: History of a Tradition**. Berkeley: Bernard M. Rosenthal Inc., 1990.

BARBUY, H. Documentação museológica e pesquisa em museus. *In*: GRANATO, M.; SANTOS, C. P.; LOUREIRO, M. L. N. M. (orgs.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia; 10). p. 33-44. Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2008/mast_colloquia_10.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

BARITÉ, M.; COLOMBO, S.; DUARTE BLANCO, A.; SIMÓN, L.; CABRERA CASTROMÁN, G.; ODELLA, M. L.; VERGARA, M. **Diccionario de organización del conocimiento**: Clasificación, Indización, Terminología. 6. ed. Montevideo: CSIC, 2015.

BIANCHINI, C.; SABBA, F.; SARDO, L. Proposal for a new methodological approach to the study of 20th century Bibliography. **Bibliothecae.it**, Bolonha, v. 10, n. 2, p. 138-151, 2021. Disponível em: <https://bibliothecae.unibo.it/article/view/14051>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BLOCH, M. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BORGES, J. L. O idioma analítico de John Wilkins. *In*: BORGES, J. L. **Outras inquisições**: Obras completas II. São Paulo: Globo, 2000.

BRANDT, M.; MEDEIROS, M. B. B. Folksonomia: esquema de representação do conhecimento?. **TransInformação**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 111-121, maio/ago., 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/F8mxgMCbfMYTjYvCXpPQtd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 maio 2025.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9, 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP; Ancib, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRIET, S. **O que é a documentação**. Brasília, DF: Brique de Lemos, 2016.

BROOKES, B. C. The foundations of information science. Part I. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, [S. l.] v. 2, n. 3-4, 125-133, 1980. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/016555158000200302>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRULON, B. Os objetos de museu, entre a classificação e o devir. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 25-37, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/025>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 42, n. 5, p. 351-60, Jun. 1991. Disponível em: [https://skat.ihmc.us/rid=1KR7VC4CQ-SLX5RG-5T39/BUCKLAND\(1991\)-informationasthing.pdf](https://skat.ihmc.us/rid=1KR7VC4CQ-SLX5RG-5T39/BUCKLAND(1991)-informationasthing.pdf). Acesso em: 12 nov. 2024.

BUFREM, L. S. A produção científica brasileira sobre estudos bibliográficos: uma análise diacrônica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. esp., p. 67-88, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/92424/54061>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAMARGO-MORO, F. **Museu: Aquisição - Documentação**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CAPACCIONI, A. El papel y el futuro de la Bibliografía. Reflexiones entre España e Italia. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, v. 31, p. 105-109, 2008. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN0808110105A>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CAPACCIONI, A. Mapas y memorias: apostillas a una historia de la Bibliografía. **Documentación de las Ciencias de la Información**, Madrid, v. 29, p. 9-24, mayo 2006. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/DCIN/article/view/DCIN0606110009A>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CAPRONI, A. M. Sapere aude (dizia Kant): a bibliografia, uma ordem do discurso no século XXI? **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 4-13, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/34494/24231>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CAPRONI, Attilio Mauro. **Il pantheon dei pensieri scritti**. Milano: Milano Edizioni CUSL; C.R.E.L.E.B. – Università Cattolica, 2011. (Minima Bibliographica, 11).

CARVALHO, R.; FONSECA, L. D. P. A.; REDIGOLO, F. M. Diálogo sobre indexação na Biblioteconomia e Museologia. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, p. 1-24, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60786>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CATARINO, M. E.; BAPTISTA, A. A. Folksonomia: um novo conceito para a organização dos recursos digitais na web. **DataGramaZero**, [S. l.], v. 8, n. 3, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/6095>. Acesso em: 26 maio 2025.

CERAVOLO, S. M.; TÁLAMO, M. F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 10, p. 241-253, 2000. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.2000.109390. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revmae/article/view/109390>. Acesso em: 12 nov. 2024.

COSTA, A. F. Classificações sociais. **Leitura: Revista da Biblioteca Nacional**, Lisboa, v. 3, n. 2, p. 65-75, out. 1997. Disponível em: https://www.academia.edu/1797083/Costa_AF_1998_Classifica%C3%A7%C3%B5es_sociais. Acesso em: 12 nov. 2024.

COUZINET, V. Complexidade e documento: a hibridação das mediações nas áreas em ruptura. **RECIIS** - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 10-16, set. 2009. Disponível em: <https://www.reciis.iciet.fiocruz.br/index.php/receis/article/view/750>. Acesso em: 12 nov. 2024.

COUZINET, Viviane. Fabrique de la liste: dispositif entre mémoire et commémoration. *In*: JORNADA CIENTÍFICA INTERNACIONAL REDES E PROCESSOS INFO-COMUNICACIONAIS: MEDIAÇÕES, MEMÓRIAS E APROPRIAÇÕES (REDE MUSSI), 2., 2012, Rio de Janeiro, RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Rede Mussi, 2012. p. 132-149.

CRIPPA, G. “O maravilhoso número das imagens”: os primeiros “catálogos” de coleções de arte no renascimento. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/150093>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CRIPPA, G. Cassiodoro e as Institutiones Divinarum Litterarum como fonte histórica para a discussão sobre práticas bibliográficas e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 86–117, 2015. DOI: 10.5433/1981-8920.2015v20n2p86. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23126>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CRIPPA, G. Cassiodoro e as Institutiones Divinarum Litterarum como fonte histórica para a discussão sobre práticas bibliográficas e organização do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23126>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CRIPPA, G. Entre arte, técnica e tecnologia: algumas considerações sobre a bibliografia e seus gestos. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. especial, p. 23-40, ago. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118748/116231>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CRIPPA, G. Entre arte, técnica e tecnologia: algumas considerações sobre a bibliografia e seus gestos. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp, p. 23–40, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/41627>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CRIPPA, G. Narrativa como gesto bibliográfico: gabriel naudé entre erudição e política. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. esp., p. 21-35, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/qKkyDbCXnFQvyPyfM7y3qFb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CRIPPA, G. O desenvolvimento e o entrelaçamento entre bibliografia, bibliometria e política no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, p. 137-158, edição especial V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2019. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/92407>. Acesso em: 16 fev. 2025.

CRIPPA, G. A invenção bibliográfica da arte na modernidade: notas históricas sobre a organização do conhecimento artístico no século XVI. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 38–57, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/34498/24174>. Acesso em: 16 fev. 2025.

DAHLBERG, I. Teoria da Classificação, Ontem e Hoje. Tradução do inglês por Henry B. Cox. Palestra apresentada à Conferência Brasileira de Classificação Bibliográfica, Rio de Janeiro, 12-17 de setembro de 1972. **Anais** [...]. Brasília: IBICT; ABDF, 1979. p. 352-370. (v. 1). Disponível em: <https://eooci.uff.br/teoria-da-classificacao-ontem-e-hoje/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DAHLBERG, I. Teoria do Conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/115>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013. Disponível em: https://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

DINIZ, J. V. C.; REDIGOLO, F. M.; BARROS, T. H. B. Documentação museológica e SOC. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 6, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/230828>. Acesso em: 16 fev. 2025.

DUARTE, B. T.; CHAGAS, M. de S. Documentação, museu e memória: A Coleção Getúlio Vargas do Museu Histórico Nacional. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, p. 01-18. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73449>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DUARTE, B. T.; JUVENCIO, C. H. Controle bibliográfico, uma revisão é necessária? o universo documental e a questão terminológica. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 01–12, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73451>. Acesso em: 16 fev. 2025.

DUTRA, L. F.; GOSLING, M. S. Tendências de pesquisa sobre museus e informação no Brasil: um estudo cienciométrico a partir dos anais do ENANCIB. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, p. 169–195, 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39356>. Acesso em: 16 fev. 2025.

DUTRA, L. F.; PEREIRA, F. C. M. Museus: de gabinetes de curiosidades a especializados sistemas de informação. **AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, Curitiba, v. 11, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/212100>. Acesso em: 16 fev. 2025.

EGAN, M.; SHERA, J. Foundations of a Theory of Bibliography. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 22, n. 2, p. 125-137, abr. 1952. Disponível em:

<https://www.proquest.com/docview/1290726596?sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FERNANDES, G. C. O objeto de estudo da Ciência da informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 25-30, jan./jun. 1995. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/40821>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FREIRE, G. H. A. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/rPpchWXW8kKL8tYQ36tJH4w/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FREIRE, G. H. A.; SILVA, J. A configuração do campo da Ciência da Informação: marcas de uma identidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. esp., p. 161-174, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/92360>. Acesso em: 12 nov. 2024.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In*: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. (org.). **Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 13-36. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5167774/mod_resource/content/1/Aula%204_02%2004_Texto%201_O%20carater%20social%20material%20e%20publico.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

FROHMANN, B. Revisiting “what is document?”. **Journal of documentation**, [S. l.], v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220410910937624/full/html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GARDIN, D. A. O.; ARAUJO, A. V. F. Trajetória e corporalidade da produção científica sobre bibliografia: um estudo preliminar a partir do portal de periódicos capes (1960-2019). **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 01-12, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73687>. Acesso em: 16 fev. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANAZ, M. M. Práticas de Coleção: seleção e classificação dos restos do passado. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-graduação em História**, Porto Alegre, v. 7, n. 11, p. 162-171, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6547>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/332>. Acesso em:

12 nov. 2024.

GRIGOLETO, M. C. O patrimônio institucionalizado pela perspectiva do gesto: aproximações entre Bibliografia e Arquivologia. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, p. 137-158, edição especial V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/92381>. Acesso em: 16 fev. 2025.

GUIMARÃES, J.; MARTÍNEZ-ÁVILA, D.; MARTINS, A.; GOMES, P. H. C. Análise de domínio em Ciência da Informação: uma análise da produção científica internacional. **Scire: representación y organización del conocimiento**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 37-43, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/4445>. Acesso em: 12 nov. 2024.

HJØRLAND, B. Classification. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 44, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2017-2-97/classification-volume-44-2017-issue-2?page=1>. Acesso em: 12 nov. 2024.

HJØRLAND, B. Concept Theory. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [S. l.], v. 60, n. 8, p. 1519–1536, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.21082>. Acesso em: 12 nov. 2024.

HJØRLAND, B. Domain analysis in Information Science: Eleven approaches – traditional well as innovative. **Journal of Documentation**, [S. l.], v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220410210431136/full/html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

HJØRLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. In: FRÍAS, J. A.; TRAVIESO, C. (ed.). **Tendencias de investigación em organización del conocimiento**. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2003.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 46, n.6, p.400-425, Jul. 1995. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/%28SICI%291097-4571%28199507%2946%3A6%3C400%3A%3AAID-ASI2%3E3.0.CO%3B2-Y>. Acesso em: 12 nov. 2024.

HJØRLAND, B.; HARTEL, J. Afterward: Ontological, epistemological and social dimensions of domains. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 30, n. 3/4, p. 239-245, 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/297845253_Afterword_Ontological_epistemological_and_sociological_dimensions_of_domains. Acesso em: 12 nov. 2024.

JUVENCIO, C. H.; RODRIGUES, G. M. A Bibliografia Nacional Brasileira: histórico, reflexões e inflexões. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, São Paulo, v. 7, edição esp., 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118769>. Acesso em: 16 fev. 2025.

JUVENCIO, C. H.; RODRIGUES, G. M. A bibliografia no Brasil segundo os preceitos otletianos: a liderança da Biblioteca Nacional e outras ações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23130>. Acesso em: 16 fev. 2025.

KARPINSKI, C.; VIEIRA, K. R. A Arte de documentar a natureza em relatos de viagem às Cataratas do Iguaçu (BRASIL e ARGENTINA, 1883-1914). **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 01–19, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/75476/44701>. Acesso em: 16 fev. 2025.

KRUMMEL, D. **Bibliografías**: sus objetivos y métodos. Madrid: Pirámide, 1993.

LARA FILHO, D. Museu, objeto e informação. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 163-169, maio/ago., 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/yTzcxHRfM8BZvG9jdmPL8Qc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LARA, M. L. G. Conceito de bibliografia, ou conceitos de bibliografia?. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 127-151, set. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/34501>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LARA, M. L. G. Documento e signiicação na trajetória epistemológica da Ciência da Informação. *In*: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.). **Documento**: gênese e contextos do uso. Niterói: EdUFF; 2010. p. 35-56. Disponível em: <https://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LARA, M. L. G.; ORTEGA, C. D. Para uma abordagem contemporânea do documento na Ciência da Informação. *In*: INTERNATIONAL SOCIETY FOR KNOWLEDGE ORGANIZATION (ISKO), 2012, Ferrol. **Actas [...]**. Ferrol: ISKO, 2012. Disponível em: https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/11621/CC_132_art_23.pdf;jsessionid=A52622623D3F569E4BEA28A7A1AA241D?sequence=1

LE COADIC, Y.-F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, J. Documento/monumento. *In*: LE GOFF, J. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 485-499. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LIMA, J. F. C.; ARAUJO, A. V. F.; ARAUJO, D. M. P. Manuscritos da fé sob uma lupa: aspectos da bibliografia material face à coleção de livros de horas da Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 35, n. 02, p. 231-252, jul./dez. 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/124896868/Manuscritos_da_f%C3%A9_sob_uma_lupa.

Acesso em: 16 fev. 2025.

LINARES COLUMBIÉ, R. La Historiografía de la Ciencia de la Información y sus periodizaciones: una aproximación. **Revista cubana de información en ciencias de la salud**, Havana, v. 33, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://acimed.sld.cu/index.php/acimed/article/view/2022>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LÓPEZ YEPES, J. **Teoría de la documentación**. Barañain-Pamplona: Ediciones Univeridad de Navarra, 1978.

LOUREIRO, J. M. M. Esboço acerca da documentação museológica. In: GRANATO, M.; SANTOS, C. P.; LOUREIRO, M. L. N. M. (org.). **Documentação em Museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia; 10). p. 23-29. Disponível em: https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2008/mast_colloquia_10.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

LOUREIRO, M. L. N. M.; LOUREIRO, J. M. M. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **MIDAS: Museus e estudos interdisciplinares**, [S. l.], v. 1, p. 1-13, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/78#quotation>. Acesso em: 12 nov. 2024.

LUND, N. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. **Journal of Documentation**, [S. l.], v. 66, n. 5, p. 734-749, 2010. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220411011066817/full/html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MARIN TORRES, M. T. **Historia de la Documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

MARQUES, D. S.; ARAUJO, A. V. F. Biblioteca invisível: a biblioclastia na guerra da bósnia e herzegovina (1992-1995). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/25794>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MARQUES, W. R. **Bases documentais para a elaboração de repertórios bibliográficos em musicologia a partir do acervo do Padre Jaime Diniz**. 2023. 300 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

MCKENZIE, 2010

MCKENZIE, D. F. **Bibliografia e a sociologia dos textos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MENEZES, V. S. Citação, uma guerrilheira cultural nas encruzilhadas do amanhã. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, p. 137-158, edição especial V Seminário Internacional A Arte da Bibliografia, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/92450>. Acesso em: 16 fev. 2025.

MENEZES, V. S. O gesto bibliográfico e a modernidade. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23129>. Acesso em: 16

fev. 2025.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. **Introducción al estudio de la información y la documentación**. Medellín: Universidad de Antioquia, 1998.

OLIVEIRA, A. K. R. **Museologia e Ciência da Informação**: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de 'Roupas Brancas'. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-27102009-002603/publico/Oliveira.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

OLIVEIRA, E. F. T. **Estudos métricos da informação no Brasil**: indicadores de produção, colaboração, impacto e visibilidade. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018.

ORTEGA, C. D. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID**: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp, p. 41–64, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118749>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ORTEGA, C. D. Sobre a configuração histórica da noção de documento em Ciência da Informação. In: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. (org.). **Documento**: gênese e contextos do uso. Niterói: EdUFF, 2010. p. 57-80. Disponível em: <https://ppgci.uff.br/wp-content/uploads/sites/86/2019/11/PPGCI-ISEI-livro1.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ORTEGA, C. D.; CARVALHO, M. C. O papel da Bibliografia na construção do conhecimento em Ciência da Informação: o caso da Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. esp., p. 65-96, jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/qtYmnLTZLQPxF9vpzsgzT9h/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. G. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, [S. l.], v. 11, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/45489>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ORTEGA, C. D.; SALDANHA, G. S. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. esp., p.189-203, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/6HSgrbhV5BJgkb6HXxnw3BK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 nov. 2024.

OTLET, P. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos / Livros, 2018.

PADILHA, R. C. O museu como um espaço de pesquisa: proposta para descrição do acervo fotográfico histórico. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 20, n. 43, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/40087>. Acesso em: 16 fev. 2025.

PADILHA, R. C.; CAFE, L. M. A. Organização de acervo fotográfico histórico: proposta de descrição. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 5, n. 1, p. 90–111, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/73527>. Acesso em: 16 fev. 2025.

PADILHA, R. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. (Estudos Museológicos, v. 2).

PENSATO, R. **Curso de Bibliografia**. Gijón: Ediciones Trea, 1994.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

PINHEIRO, L. V. R. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. *In*: AQUINO, M. A. (org.). **O campo da Ciência da Informação: gênese, conexões e especificidades**. João Pessoa, UFPB, 2002. p. 61-86. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/17/1/LenaGeneseUFPB-2.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

POMBO, O. Da classificação dos seres à classificação dos saberes. **Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa**, Lisboa, n. 2, 1998. Disponível em: <https://webpages.ciencias.ulisboa.pt/~ommartins/investigacao/opombo-classificacao.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2024.

POMIAN, K. Coleção. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004. 457 p. (v.1, Memória-História). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2897806/mod_resource/content/1/Pomian%20%281984b%29.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

POSSAS, H. C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. *In*: FIGUEIREDO, B.; VIDAL, D. (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CNPq, 2005.

POULOT, D. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RABELLO, R. A dimensão categórica do documento na ciência da informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 131–156, 2011. DOI: 10.5007/1518-2924.2011v16n31p131. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2011v16n31p131>. Acesso em: 12 nov. 2024.

RABELLO, R. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista – Marília, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/e0b4954d-dedf-43db-b3a3-f93102a2c141>. Acesso em: 12 nov. 2024.

REIFSCHNEIDER, O. D. B. O livro como objeto museológico. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 15-24, 2011. Disponível

em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1432>. Acesso em: 12 nov. 2024.

REIS, E. P.; MASCARENHAS, F. A. C.; BALLARDO, L. M. Documentação museológica em coleções de Geociências: o caso do Museu Geológico da Bahia. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, Brasil, v. 14, n. 2, p. 248–271, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/208969>. Acesso em: 16 fev. 2025.

REIS, M. DA S.; BARROS, T. H. B.; SANTOS JUNIOR, R. L. Proposta metodológica para a elaboração do microtesouro do acervo de medalhística do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. **Memória e Informação**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 65-75, maio 2021. Disponível em: <https://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcbr/article/view/156>. Acesso em: 12 nov. 2024.

REIS, M. S.; MORAES, J. B. E.; BARROS, T. H. B.; SANTOS JUNIOR, R. L. Análise documental na Museologia: um breve exercício de identificação de conceitos. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 2, p. 90–102, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/7287>. Acesso em: 16 fev. 2025.

REYES GÓMEZ, F. **Manual de Bibliografía**. Madri: Castalia Instrumenta, 2010. n

ROBINSON, A. M. L. **Introducción a la bibliografía**: guía práctica para trabajos de descripción y compilación. Madrid: Pirámide, 1992.

ROCHA, A. K. Documentação Museográfica, Documentação Museológica e Documentação em Museus: uma reflexão para discutirmos o uso de termos a partir de conceitos. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 11, n. esp., p. 201–219, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11iEspecial.43324. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/43324>. Acesso em: 27 ago. 2024. Acesso em: 12 nov. 2024.

ROMEIRO, N. L.; SANTOS, B. A. Bibliografia Lilás: lesboteca e a construção de um catálogo bibliográfico para visibilidade lésbica. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 01–22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73458>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ROMEIRO, N. L.; SANTOS, B. A. Bibliografia selvagem: um estudo sobre a biblioteca do Ailton Krenak e seu catálogo colaborativo. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 52 n. 1, p. 77-89, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6096>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SABBA, F. Natureza e origem da Bibliografia: uma perspectiva disciplinar para contemporaneidade. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 65-98, ago. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118750/116234>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SALDANHA, G. **Ciência da Informação**: Crítica epistemológica e historiográfica. Rio

de Janeiro: IBICT, 2020.

SALDANHA, G. S. A posição da bibliografia na epistemologia de Peignot no setecentos. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 2, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23128>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SALDANHA, G.; COUZINET, V. A fundamentação epistemológica da bibliografia entre Robert Estivals e Jean Meyriat: notas de um discurso francófono. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 181-202, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/34503/24181>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SERRAI, Alfredo. **Natura elementi e origine della bibliografia in quanto mappa del sapere e delle lettere**. Roma: Bulzoni Editore, 2010.

SILVA, A. M. Arquivística, biblioteconomia e museologia: Do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, [S. l.], v. 42, n. 3-4, 2021. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/ojs/index.php/tae/article/view/10910>. Acesso em: 21 ago. 2024.

SILVA, C. M. A. **A ordenação como processo de Organização da Informação: uma discussão (necessária) sobre classificação bibliográfica**. 2022. 229f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –Universidade Federal de Minas Gerais, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/43292/6/TESE_CamilaSilva.pdf. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; ARAÚJO, D. M. P.; FEVRIER, P. R.; VIEIRA, G. M. A contribuição de pessoas bibliófilas e bibliógrafas negras dos séculos XIX e XX para construção de uma Bibliografia Negra. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 52 n. 1, p. 77-89, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6093/6250>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; ARAÚJO, D. M. P.; FEVRIER, P. R.; VIEIRA, G. M. A contribuição de pessoas bibliófilas e bibliógrafas negras dos séculos XIX e XX para construção de uma Bibliografia Negra. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 52 n. 1, p. 77-89, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6093/6250>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SILVA, L. F.; PADILHA, R. C. A interoperabilidade semântica das fichas de catalogação dos museus modernistas Brasileiros. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 113–128, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/64482/0>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SILVA, L. F.; PEREIRA, A. M. Documentação das práticas administrativas: diálogos entre a Museologia e a Biblioteconomia. **Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 36, n. 2, 2022 Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/237481>. Acesso em: 16 fev. 2025.

SOARES, B. B. **Pensar os Museus**: mito, história, tradição. Rio de Janeiro: NAU

Editora, 2023.

TENNIS, J. Com o que uma Análise de Domínio se parece no tocante a sua forma, função e gênero? **BRAJIS: Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, Marília, v. 6, n. 1, p. 3-15, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/3026>. Acesso em: 12 nov. 2023.

TENNIS, J. T. Two axes of domains for domain analysis. **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 30, n. 3/4, p. 191-195, 2003. Disponível em: https://faculty.washington.edu/jtennis/Publications_files/Tennis2003KO30-3-4.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

TOLENTINO, V. S. **A técnica da descrição em catálogos e bibliografias: contribuição aos fundamentos da catalogação**. 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

TOLENTINO, V. S. **Aspectos conceituais do processo de descrição: uma abordagem sob a ótica da Bibliografia e da Catalogação a partir do livro impresso**. 2021. 127 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

TOLENTINO, V. S.; ORTEGA, C. D. A descrição sob o ponto de vista da catalogação, da bibliografia e da catalografia. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 2–18, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n46p2>. Acesso em: 16 fev. 2025.

TORRES RAMÍREZ, I. **Qué es la Bibliografía: Introducción para estudiantes de Biblioteconomía y Documentación**. Granada: Servicio de Publicaciones de la Universidade de Granada, 1996. 227 p.

TURNER, H. “Organizing Knowledge in Museums: A Review of Concepts and Concerns.” **Knowledge Organization**, [S. l.], v. 44, n. 7, p. 472-484, 2017. Disponível em: <https://www.webofscience.com/wos/woscc/full-record/WOS:000426896500002>. Acesso em: 12 nov. 2024.

TURNER, H. Critical histories of museum catalogues. **Museum Anthropology**, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 102–110, 2016. Disponível em: https://figshare.le.ac.uk/articles/journal_contribution/Critical_Histories_of_Museum_Catalogues/10229825?file=18456377. Acesso em: 12 nov. 2024.

TURNER, H. Researching the care of collections information. **Practicing Anthropology**, [S. l.], v. 37, n. 3, p. 46, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/23639540/Researching_the_Care_of_Collections_Information_by_H_Turner. Acesso em: 12 nov. 2024.

VICKERY, B. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980.

VIEIRA, K. R.; LUCAS, E. R. O.; ARAUJO, A. V. F. Jesse Shera: entre citações e

bibliografia. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 22, n. 2 (esp.), p. 208–226, 2017. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1307>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VÍLCHEZ, F. P. A Tradição e a Sobrevivência das Fontes Gregas e Latinas. *In*: OLIVEIRA, J. C. M.; SELVATICI, M. (org.). **Textos e representações da antiguidade**: transmissão e interpretações. Maringá: Eduem, 2012. p. 27-40.

VILELA, K. G. F. **Catálogo de Manuel Cícero Peregrino**: contribuição da Bibliografia Histórica à Organização do Conhecimento. 2020. 149 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

VOOS, H. Lotka and Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 270-272, jul./ago. 1974. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/bla/jamest/v25y1974i4p270-272.html>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ZAMMATARO, A. F. D.; ALBUQUERQUE, A. C. Os conceitos de informação, documento e regime de informação a partir da perspectiva Frohmanniana na Ciência da Informação uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, v. 19, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8662643>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ZAMMATARO, A. F. D.; ARAUJO, A. V. F.; ALBUQUERQUE, A. C. Bibliografia: uma precursora da organização do conhecimento. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...] Porto Alegre: ANCIB, 2022. p. 1-8. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/201961>. Acesso em: 12 nov. 2024.

ZUBIAGA, A.; KÖRNER, C.; STROHMAIER, M. Tags vs Shelves: From Social Tagging to Social Classification. *In*: ACM conference on Hypertext and hypermedia, 22. 2011, Eindhoven. **Proceedings** [...]. Eindhoven: ACM, 2011. p. 93-102. Disponível em: <https://www.zubiaga.org/publications/files/ht2011-tags-vs-shelves.pdf>. Acesso em: 26 maio 2025.